

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO**

**PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA): Proposta de Modelo de
Avaliação de Satisfação (MAS) dos Agricultores Familiares sobre os aspectos
operacionais e socioeconômicos**

DANIEL TEOTONIO DO NASCIMENTO

CASCAVEL

2015

Daniel Teotonio do Nascimento

**PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA): PROPOSTA DE MODELO
DE AVALIAÇÃO DE SATISFAÇÃO (MAS) DOS AGRICULTORES FAMILIARES
SOBRE OS ASPECTOS OPERACIONAIS E SOCIOECONÔMICOS**

**PURCHASE FOOD PROGRAM: PROPOSAL SATISFACTION EVALUATION
MODEL OF FAMILY FARMERS ON THE OPERATIONAL AND
SOCIOECONOMIC ASPECTS**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Administração: da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Administração**.

Orientador: Professor Dr. Jerry Adriani Johann
Coorientador: Professor Dr. Dirceu Basso

CASCADEL

2015

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

N194p Nascimento, Daniel Teotonio do
Programa de aquisição de alimentos (PAA): proposta de modelo de avaliação de satisfação (MAS) dos agricultores familiares sobre os aspectos operacionais e socioeconômicos. /Daniel Teotonio do Nascimento.— Cascavel (PR), 2015.
108 p.

Orientador: Prof. Dr. Jerry Adriani Johann
Coorientador: Dirceu Basso

Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Cascavel, 2015.
Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Administração

1. Políticas públicas. 2. Políticas públicas - Avaliação. 3. Pequeno produtor. 4. COAFASO. 5. Compra com doação simultânea. I. Johann, Jerry Adriani. II. Basso, Dirceu. III. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. IV. Título.

CDD 20.ed. 338.1
CIP – NBR 12899



Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Cascavel CNPJ 78680337/0002-65
Rua Universitária, 2069 - Jardim Universitário - Cx. P. 000711 - CEP 85819-110
Fone:(45) 3220-3000 - Fax:(45) 3324-4566 - Cascavel - Paraná




PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

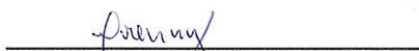
DANIEL TEOTONIO DO NASCIMENTO

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): Proposta de Modelo de Avaliação de Satisfação (MAS) dos Agricultores Familiares sob a Perspectiva da Sustentabilidade Ambiental, Operacional e Socioeconômica.

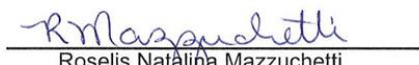
Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação stricto sensu em Administração - Profissional em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Mestre em Administração, área de concentração Competitividade e sustentabilidade, linha de pesquisa Sustentabilidade no agronegócio, APROVADO(A) pela seguinte banca examinadora:


Orientador(a) - Jerry Adriani Johann

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)


Loreni Teresinha Brandalise

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)


Roselis Natália Mazzuchetti

Cascavel, 10 de dezembro de 2015

AGRADECIMENTO

*Primeiramente a **DEUS** por ter-me concedido saúde, motivação e principalmente proteção, durante as inúmeras viagens (mais de 80) realizadas de Foz do Iguaçu à Cascavel.*

*A todos os meus familiares, especialmente aos meus pais, **Genésio Teotonio do Nascimento e Maria Aparecida do Nascimento**, pois mesmo com as dificuldades, sempre me incentivaram nos estudos. Também minha eterna gratidão a **Luis Castro Quinteiro** e a **Sara do Nascimento Borges**, que sempre compreenderam a importância deste meu sonho e sempre estiveram ao meu lado, me encorajando para alcançá-lo.*

*Também de forma mais que especial ao meu orientador **Jerry Adriani Johann** e ao coorientador **Dirceu Basso** pela paciência e ensinamentos, pois não mediram esforços para direcionar-me na melhoria da dissertação e do modelo desenvolvido.*

Em suma, agradeço a todas e a todos que, de maneiras diferentes, estiveram ao meu lado nesta intensa caminhada, em especial:

*A todos os professores que contribuíram com minha formação durante este mestrado, pois de cada um aprendi algo especial e que me tornará melhor profissional e ser humano (**Claudio Antonio Rojo; Edison Luiz Leismann; Elizandra da Silva; Elza Hofer; Geysler Rogis Flor Bertolini; Jerry Adriani Johann; Loreni Teresinha Brandalise; Marcio Nakayama Miura; Ronaldo Bulhões; Silvana Anita Walter; Sandra Mara Stocker**).*

*A todos os meus colegas, desta primeira Turma do Mestrado Profissional em Administração da Unioeste, deixando aqui registrado toda minha gratidão. Penso que nossa união e sinergia contribuiu enormemente para que todos concluíssemos este projeto. Um agradecimento muito especial aos colegas de curso e amig@s **Adriana Lima, José Henrique de Oliveira e Leonor Venson**, compartilhando muitas horas de viagem, dividindo alegrias, angústias e expectativas.*

*À Cooperativa da Agricultura Familiar e Solidária do Oeste do Paraná (**COAFASO**), representada por **Blamidir Lazzarini**, que autorizou a realização desta pesquisa na organização, bem como aos técnicos do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (Capa), **Edimar** de Foz do Iguaçu e **Altair** de Missal, por terem me acompanhado na pesquisa de campo.*

*Às minhas chefiatas imediatas da UNILA, **Thiago Moreno** e **André Gallina**, pelo apoio na realização desta capacitação.*

RESUMO

O Governo Federal instituiu em 2003 o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), visando facilitar a comercialização dos alimentos da agricultura familiar e, ao mesmo tempo, assegurar a segurança alimentar de determinados coletivos. Hoje, o PAA é considerado uma importante política pública nacional para a agricultura familiar, o que torna imprescindível verificar o grau de satisfação de um de seus principais atores, os agricultores familiares, pois são eles que desencadeiam todo o processo do PAA. Notou-se que as metodologias de avaliação do PAA, desenvolvidas até o momento, possuem direcionamentos específicos, não incluindo importantes indicadores operacionais e socioeconômicos do PAA. Assim, esta dissertação teve como objetivo desenvolver um modelo para a avaliação da política pública (PAA), modalidade *Compra com Doação Simultânea* (CDS), capaz de detectar o grau de satisfação dos agricultores familiares, em relação aos aspectos operacionais e socioeconômicos do programa público. O *Modelo de Avaliação de Satisfação* (MAS) desenvolvido teve duas finalidades: a) detectar o grau de satisfação dos agricultores familiares em relação à política pública PAA; e b) avaliar o grau de satisfação dos agricultores familiares em relação à gestão das cooperativas ou associações às quais estão filiados. A pesquisa, quanto aos fins, foi descritiva e explicativa e, quanto aos meios, foi bibliográfica, documental, de campo e estudo de caso. Para se verificar a aplicabilidade da metodologia proposta, o Modelo MAS foi testado na Cooperativa da Agricultura Familiar e Solidária do Oeste do Paraná (COAFASO). Os dados foram tabulados e analisados, segundo as etapas estabelecidas no Modelo MAS, utilizando-se de técnicas estatísticas de análise exploratória e análise bidimensional. Após a realização de todas as etapas, constatou-se a viabilidade do Modelo proposto, uma vez que foi capaz de detectar, de forma objetiva, o grau de satisfação dos agricultores familiares. Os resultados apontaram que os agricultores familiares estão satisfeitos em relação ao PAA e a gestão da Cooperativa COAFASO. Todavia, determinado número de produtores manifestou insatisfação com alguns indicadores do PAA, especialmente quanto aos preços pagos por seus produtos em relação aos grupos prioritários, e também quanto à documentação exigida. Sobre a gestão da Cooperativa igualmente detectaram-se alguns indicadores negativos. Dessa maneira, foram realizadas duas propostas de intervenção: uma direcionada aos órgãos públicos e outra aos diretores da COAFASO.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Avaliação de Políticas Públicas, Pequeno produtor, COAFASO, Compra com Doação Simultânea.

ABSTRACT

The government introduced, in 2003, the Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (Food Acquisition Program), to facilitate the marketing of farming family food, even so, ensuring food security for certain groups. The PAA is considered an important national public policy for farming family, which is essential to check the satisfaction level of one of its main performer, the farmers, because they are the ones that initiate the entire PAA process. It was noticed that the assessment methodologies of the PAA, developed up to now, have specific directions, not including important operating and socioeconomic indicators of the PAA. Therefore, this paper aimed to develop a model for the evaluation of public policy (PAA), the mode Compra com doação simultânea (CDS) (Purchase with Simultaneous Donation), able to detect the degree of satisfaction of the farmers in relation to operational and socioeconomic aspects of the public program. The Modelo de Avaliação de Satisfação (MAS) (Satisfaction Evaluation Model) developed, had two purposes: a) to detect the grade of satisfaction of farmers about the PAA public policy; and b) to assess the grade of satisfaction of family farmers about the management of the cooperatives or associations with which they are affiliated. The research, in its purpose, was descriptive and explanatory, about the means, it was bibliographical, documentary, field and study case. To verify the applicability of the proposed methodology, the Model MAS was tested in the Cooperativa da Agricultura Familiar e Solidária do Oeste do Paraná (COAFASO) (Cooperative of Agriculture Family and Solidarity of Western Paraná State). Data were tabulated and analyzed according to the steps set out in the Model MAS, using statistical techniques of exploratory analysis and dimensional analysis. After executing all the steps, it was verified the viability of the proposed Model, as it was possible to detect, in an objective way, the satisfaction level of the family farmers. The results showed that the farmers are satisfied about the PAA and the COAFASO Cooperative management. However, a number of producers showed dissatisfaction with some of the PAA indicators, especially about the prices paid for their products and for the required documents in relation some priority groups. About the Cooperative Management also were found some negative indicators. Thus, there were made two proposals of intervention. One targeted to the public agencies and other to the directors of COAFASO.

Keywords: Public Policy, Assessment of Public Policies, Small producer, COAFASO, Purchase with Simultaneous Donation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Categoria de atores das políticas públicas	28
Figura 02 – Ciclo de Políticas Públicas	29
Figura 03 – Tipos de avaliação de políticas públicas	32
Figura 04 – Programa de Aquisição de Alimentos e a Segurança Alimentar do Governo Federal	36
Figura 05 – Volume de Recursos Liberados para o PAA (2003-2014) no Brasil	39
Figura 06 – Quantidade de Produtos Adquiridos pelo PAA em Quilos (2003-2014) no Brasil	40
Figura 07 – Recursos Executados do PAA (período de 2003-2010) por Modalidade no Brasil	40
Figura 08 – Recursos Executados do PAA (período de 2011-2014) por Modalidade no Brasil	41
Figura 09 – Caracterização dos Tipos de Avaliação do Modelo MAS	55
Figura 10 – Concepção do MAS	56
Figura 11 – Proporção de respostas da Variável II – Grau de Satisfação PAA	78
Figura 12 – Frequência de respostas da Variável III – Grau de Satisfação – Gestão Cooperativa	82

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Quantidade de Anos que Mora no Município	69
Tabela 02 – Quantidade de Anos que Trabalha no Meio Rural	70
Tabela 03 – Qual o tamanho da sua propriedade rural?	70
Tabela 04 – Quantidade de anos que é produtor familiar	70
Tabela 05 – Quantidade de membros de sua família que trabalha na agricultura familiar	71
Tabela 06 – Canais pelo qual inteirou-se sobre o PAA	71
Tabela 07 – Ano da primeira entrega pelo PAA	72
Tabela 08 – Momento de filiação à cooperativa	72
Tabela 09 – Motivo de participação no PAA	73
Tabela 10 – Quantidade de modalidades que participam do PAA	73
Tabela 11 – Existência de Problemas na entrega dos produtos – qualidade	73
Tabela 12 – Interesse na produção de orgânicos	74
Tabela 13 – Problemas em entregar os produtos acordados na proposta	74
Tabela 14 – Principal dificuldade para participar do PAA	74
Tabela 15 – Conhecimento de pessoas impedidas de participar no PAA	75
Tabela 16 – Relação PAA e produção	75
Tabela 17 – Relação PAA e comercialização	75
Tabela 18 – Teste de independência (qui-quadrado – X^2)	83

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Diferenças entre o Modelo Patronal e o Familiar	22
Quadro 02 – Modalidades de Operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos do Ministério do Desenvolvimento Agrário	37
Quadro 03 – Consolidação dos Resultados dos Impactos do PAA, segundo Levantamento da Produção Científica (2005-2015)	45
Quadro 04 – Variáveis e Categorias de Construção dos Indicadores do MAS	52
Quadro 05 – Alocação de Pesos e Elaboração do Grau de Satisfação dos Agricultores Familiares	57
Quadro 06 – Classificação do Grau de Satisfação em Relação ao PAA-CDS	58
Quadro 07 – Classificação do Grau de Satisfação em Relação à Gestão da Cooperativa	58
Quadro 08 – Tratamento dos Valores das Classes Adjacentes das Questões do Formulário de Pesquisa (Apêndice A)	64
Quadro 09 – Proporção de Respostas da Variável II – Grau de Satisfação PAA	77
Quadro 10 – Alocação de Pesos e Elaboração do Grau de Satisfação dos Agricultores	79
Quadro 11 – Frequência de Respostas da Variável III – Grau de Satisfação – Gestão da Cooperativa	81
Quadro 12 – Alocação de Pesos e Elaboração do Grau de Satisfação dos Agricultores Familiares em Relação à Gestão da Cooperativa ou Associação	82
Quadro 13 – Proposta de Melhoria na Política Pública PAA	85
Quadro 14 – Proposta de Melhoria na Gestão da Cooperativa – COAFASO	87

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

BACEN – Banco Central

CadÚnico – Cadastro Único para Programas Sociais

CDAF – Compra Direta da Agricultura Familiar

CDS – Compra com Doação Simultânea

CMN – Conselho Monetário Nacional

COAFASO – Cooperativa de Agricultura Familiar e Solidária do Oeste do Paraná

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CRPEstoque – Formação de Estoque pela Agricultura Familiar

DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf

ESTATCAMP – Consultoria Estatística e Qualidade

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MAS – Modelo de Avaliação de Satisfação

MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome

MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAA Leite – Incentivo à Produção e Incentivo de Leite

PGI – Plataforma de Gestão de Indicadores

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SEBRAE/MG – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais

VBP – Valor Bruto de Produção

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA	17
1.1.1	Questão de Pesquisa	18
1.2	OBJETIVOS	18
1.2.1	Geral	18
1.2.2	Específicos	18
1.3	JUSTIFICATIVA E CONTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO TÉCNICA	19
1.4	ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	19
2	REFERÊNCIAS TEÓRICAS E PRÁTICAS	21
2.1	AGRICULTURA FAMILIAR	21
2.2	COOPERATIVISMO	24
2.3	POLÍTICAS PÚBLICAS	26
2.4	PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS	34
2.5	EXPERIÊNCIAS SIMILARES NO BRASIL	41
2.6	INDICADORES FUNDAMENTAIS PARA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS	48
3	MODELO PROPOSTO	50
3.1	FUNDAMENTAÇÃO DO MODELO MAS	50
3.2	ETAPAS DE APLICAÇÃO DO MAS	56
4	MÉTODO E TÉCNICAS DE PESQUISA DA PRODUÇÃO TÉCNICA	60
4.1	DELINEAMENTO DA PESQUISA	60
4.2	UNIVERSO, AMOSTRA E SUJEITOS	61
4.3	PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	62

4.4	PROCEDIMENTOS E ANÁLISE DE DADOS	62
4.5	LIMITAÇÕES DOS MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	65
5	CONTEXTO DA SITUAÇÃO PROBLEMA	66
5.1	CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO ONDE FOI APLICADO O MODELO MAS	66
6	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	68
6.1	APLICAÇÃO DO MODELO PROPOSTO	68
6.1.1	Etapa I – Definição da organização para a aplicação do Modelo MAS	68
6.1.2	Etapa II – Aplicação do instrumento de pesquisa, tabulação e discussão dos resultados dos dados	69
6.1.3	Etapa III – Proposta de Intervenção na Política Pública	84
6.2	AVALIAÇÃO DO MODELO PROPOSTO	88
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
	REFERÊNCIAS	93
	ANEXO A: MODELO LÓGICO DO IPEA – PROGRAMAS JÁ EXISTENTES	99
	APÊNDICE A: FORMULÁRIO DE PESQUISA	103
	APÊNDICE B: VERSÃO FINAL DO FORMULÁRIO DE PESQUISA	106

1 INTRODUÇÃO

A participação social nos processos de discussão, elaboração, gestão e controle das políticas públicas foi uma das principais reivindicações defendida pelos agentes sociais no processo de redemocratização brasileiro – ocorrido na década de 80. Efeito dessa mobilização, a Constituição Federal de 1988 introduziu novos instrumentos de gestão social das políticas públicas, o que motivou o início da participação da sociedade civil nas ações governamentais, como foi o caso dos atores relacionados com a agricultura familiar (Silva & Marques, 2009).

Nota-se que a dívida histórica com a agricultura familiar, começou a ser saldada somente a partir dos anos 90, pois apesar de a agricultura familiar desempenhar um importante papel na segurança alimentar e na geração emprego no campo, o Estado sempre lhe dispensou um tratamento marginal ou secundário (Maia, 2009).

Em virtude do reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura familiar durante as últimas duas décadas, o setor rural passou a despertar mais a atenção dos agentes públicos e da sociedade. Segundo o Censo Agropecuário de 2006, a agricultura familiar contava com cerca de 4,4 milhões de estabelecimentos, respondia por 38% do valor total da produção agropecuária com um valor de R\$ 54,4 bilhões, era responsável pela segurança alimentar e empregava 74,4% da mão-de-obra no campo, ou seja, 12,3 milhões de trabalhadores, além do gerenciamento de uma área de 80,25 milhões de hectares (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2006).

Ademais desses atributos, outra multifuncionalidade importante da agricultura familiar referia-se à sua relação mais respeitosa com o meio ambiente, passando a ser uma opção mais sustentável, se comparada com o modelo convencional agrícola (Carneiro & Maluf, 2003).

Nesse contexto de tentativa de valorização da agricultura familiar, o Governo criou em 28 junho de 1996, por meio do Decreto n.º 1946 (1996), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural, constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda.

Segundo Mattei (2010, p. 57), a criação do Pronaf:

Representou a legitimação, por parte do Estado, de uma nova categoria social – os agricultores familiares – que até então era praticamente marginalizada, tanto no acesso aos benefícios da política agrícola, quanto nas designações de *pequenos produtores*, *produtores familiares*, *produtores de baixa renda* ou *agricultores de subsistência*.

Foi a partir da institucionalização do Pronaf que o conceito do termo ‘agricultura familiar’ foi se tornando menos ideológico e mais operacional, estabelecendo critérios e características para acessar ao programa governamental. Do ponto de vista operacional, o Pronaf apresenta, atualmente, quatro grandes linhas: (a) financiamento da produção; (b) financiamento de infraestrutura e serviços municipais; (c) capacitação e profissionalização dos agricultores familiares; e (d) financiamento da pesquisa e extensão rural (Schneider, Cazella & Mattei, 2009).

Outras políticas públicas complementares também foram desenvolvidas nos últimos anos, talvez visando corrigir imperfeições do Pronaf e, ao mesmo tempo, buscando sintonia com o Programa Fome Zero – como é o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), instituído em junho de 2003. O PAA, como é mais conhecido, é uma política pública no qual são adquiridos alimentos dos agricultores familiares que se enquadram no Pronaf, sendo esses alimentos destinados à formação de estoques de segurança ou canalizados para populações em situação de risco alimentar (Companhia Nacional de Abastecimento [CONAB], 2009; Grisa & Schneider, 2014; Tanaca, Souza & Ganga, 2014).

Na atualidade, o PAA é operacionalizado através de seis modalidades distintas: a) Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea – CDS; b) Formação de Estoques pela Agricultura Familiar – CPR Estoque; c) Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF; d) Incentivo à Produção e Incentivo de Leite – PAA Leite; e) Compra Institucional; e f) Aquisição de Sementes.

Participam do PAA a União, Estados, Distrito Federal e Municípios. O grau de envolvimento de cada ente é estabelecido de acordo com a modalidade. No âmbito federal, a maioria das modalidades é gerenciada pelo Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), com a cooperação efetiva da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) na operacionalização do programa, sendo o elo entre os estados, municípios e os agricultores familiares.

Desde 2003 o PAA vem aumentando seu campo de atuação, atendendo cada vez mais os beneficiários, sejam *receptores* (pessoas com risco de insegurança alimentar), ou *fornecedores* (agricultores familiares). A participação desses últimos era de 41.464 em 2003, alcançando seu pico em 2012, com 185.487 agricultores familiares cadastrados no programa (Plataforma de Gestão de Indicadores - [PGI], 2015).

Também são expressivos os recursos financeiros aportados ao programa: de 144 milhões em 2003 para um aporte de 838 milhões em 2013, quando culminou – o que representou também um aumento progressivo da quantidade de produtos adquiridos (PGI, 2015).

Por outro lado, a Compra com Doação Simultânea (CDS) é a modalidade que possui maior movimentação nas operações, tanto em volume de recursos, como em número de agricultores familiares atendidos. Assim, descreve a CONAB (2015) que os objetivos da modalidade de Compra com Doação Simultânea devem “promover a articulação entre a produção da agricultura familiar e a destinação dessa produção, visando o atendimento direto às demandas de alimentação ou de suplementação alimentar e nutricional dos programas sociais e o desenvolvimento da economia local.”

Os produtos adquiridos da agricultura familiar abastecem os órgãos públicos de alimentação e nutrição e também as ações de acesso à alimentação empreendidas por entidades da rede socioassistencial local. Para participar da Compra com Doação Simultânea pela CONAB, os agricultores familiares devem estar organizados em cooperativas ou associações. Essas organizações precisam encaminhar Proposta de Participação à CONAB. Ademais, todos os agricultores devem possuir a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).

Aprovada a Proposta de Participação, a organização emite uma Cédula de Produto Rural (CPR-Doação) e passa a fornecer alimentos às entidades conforme definido na Proposta. Após a confirmação da entrega dos produtos, a CONAB disponibiliza os recursos pactuados na conta da organização, que realiza o pagamento aos agricultores. Na execução pela CONAB, as organizações de agricultores entregam os produtos diretamente nas entidades beneficiárias. Por exemplo, na cidade de Foz do Iguaçu/PR, os produtos são adquiridos dos agricultores familiares, associados da Cooperativa COAFASO, que é a entidade responsável pela proposta de entrega dos produtos. Posteriormente, os agricultores entregam os produtos ao Banco de Alimentos do Município, que os recebe segundo os critérios estabelecidos pela CONAB, e os repassam aos beneficiários, selecionados pelo município, conforme o grau de vulnerabilidade alimentar. Neste caso, os recursos financeiros para execução do PAA são repassados pelo MDS para a CONAB, que fica responsável pelo pagamento aos agricultores.

O limite de participação por unidade familiar/ano é de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), para agricultores que participem por meio de organizações da agricultura familiar (via CONAB).

Considerando a importância dessa política pública para o meio rural, sendo de abrangência nacional, torna-se imprescindível verificar o grau de satisfação de um de seus principais atores, que são os agricultores familiares, pois são eles que desencadeiam todo o processo da política pública PAA, e que sem sua participação efetiva, as metas do programa não serão alcançadas.

Alguns estudos já abordaram os impactos do PAA, diretos ou indiretos para os agricultores familiares. Tais pesquisas revelam que os impactos são diferenciados, a depender

da modalidade do PAA, da região, das entidades participantes e das unidades executoras. Nascimento, Silva, Johann e Basso (2015) consolidaram esses resultados em cinco categorias: resultados positivos; resultados positivos e negativos de maneira concomitante; resultados pouco perceptíveis, porém negativos; resultados pouco perceptíveis, porém positivos. Ressalta-se que em nenhum estudo verificaram-se somente impactos negativos do PAA. Todavia, foram observadas debilidades em alguns indicadores do PAA. O detalhamento desses estudos e outras pesquisas relacionadas aos impactos do PAA foi abordado na seção 2.5 - Experiências Similares no Brasil.

Observou-se que os estudos relacionados às avaliações dos impactos do PAA para os agricultores familiares estiveram centralizados na realidade de uma determinada localidade, e apesar das contribuições serem importantes para aquela realidade, não se constatou uma preocupação em desenvolver um modelo de avaliação representativo que pudesse ser aplicado a produtores de outras regiões.

Considerando que a cidadania moderna não tolera ineficácia por parte do Estado, faz-se necessário um acompanhamento constante das políticas públicas em execução. Dessa forma, o objetivo desta dissertação foi desenvolver um modelo para a avaliação da política pública (PAA), modalidade *Compra com Doação Simultânea* (CDS), capaz de detectar o grau de satisfação dos agricultores familiares, em relação aos aspectos operacionais e socioeconômicos do programa público.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Verificou-se a falta de um modelo representativo e abrangente, para a avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos, que fosse capaz de identificar o grau de satisfação dos agricultores familiares – um de seus principais atores. Isso tem impossibilitado, de certa maneira, os ajustes necessários para a melhoria do programa. Conforme já destacado, os modelos avaliativos existentes tiveram propósitos mais específicos e focados em realidades locais.

Por meio de informações preliminares, verificou-se que o PAA apresentava debilidades em alguns de seus indicadores, principalmente àqueles relacionados com a falta de capacitação para os agricultores familiares e para a gestão das cooperativas ou associações; com a falta de

parcerias locais; com o baixo valor por produtor e com o baixo limite de entrega por agricultor. Sem uma metodologia ampla e padronizada, havia poucas possibilidades de se constatar esses possíveis gargalos da política pública, o que dificultava a tomada de decisão dos gestores.

1.1.1 Questão de Pesquisa

Qual é o grau de satisfação dos agricultores familiares em relação aos aspectos operacionais e socioeconômicos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), modalidade Compra com Doação Simultânea (CDS)?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Geral

Desenvolver um modelo para a avaliação da política pública (PAA), modalidade *Compra com Doação Simultânea* (CDS), capaz de detectar o grau de satisfação dos agricultores familiares, em relação aos aspectos operacionais e socioeconômicos do programa público.

1.2.2 Específicos

- a) Definir os indicadores fundamentais para avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos.
- b) Aplicar o Modelo de Avaliação de Satisfação (MAS) aos agricultores familiares da COAFASO.
- c) Propor ajustes ao Modelo MAS, se for necessário, após a aplicação na COAFASO, tornando a metodologia aplicável a outras regiões do Brasil.
- d) Contribuir com ações de melhorias à Política Pública PAA e à gestão da COAFASO, com base nos diagnósticos alcançados.

1.3 JUSTIFICATIVA E CONTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO TÉCNICA

As políticas públicas são elaboradas e executadas com o intuito de resolver problemas de determinados coletivos. Dentre os problemas, destacam-se aqueles relacionados à maneira de os agricultores familiares e suas organizações se inserirem nos mercados. Os mercados são compreendidos como espaços sociais (redes, campos, arenas), resultantes das interações entre os agricultores e os demais atores (públicos e privados) (Conterato, Niederle, Triches, Marques & Schultz, 2011). O fortalecimento e a legitimação da agricultura familiar encontram-se associados à ampliação das suas relações comerciais.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) tem como objetivo, por um lado, facilitar a comercialização dos produtos da agricultura familiar e melhorar a renda e qualidade de vida dos agricultores, e por outro lado, prover uma alimentação saudável a determinados grupos em situação de insegurança alimentar. Nesse sentido, considerando a importância dessa ação, desde sua criação em 2003, o Governo Federal vem introduzindo recursos crescentes e elevados no decorrer desses 12 anos, para a implementação do Programa. Diante disso, faz-se necessário o desenvolvimento de metodologias para avaliar o desempenho do programa público.

Quando se avaliam as políticas públicas, por meio de modelos de avaliação de desempenho, toda a sociedade é beneficiada com os resultados, dado que, com base nos diagnósticos, as ações são fomentadas, melhoradas e/ou até suprimidas. Esse estudo procurou contribuir para uma maior efetividade no gerenciamento dos produtos alimentícios pelas cooperativas e associações, evitando prejuízos para os associados e perdas de produtos alimentícios.

1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Esta dissertação está estruturada em 7 capítulos. **No Capítulo 1, Introdução**, é realizada uma apresentação geral do contexto histórico das políticas públicas para a agricultura familiar, em seguida se apresenta o problema em estudo, seus objetivos geral e específicos e, por fim, a justificativa e contribuição da produção científica.

O Capítulo 2 trata das referências teóricas e prática no qual se discutem os principais elementos, conceitos e importância da agricultura familiar, do cooperativismo, das políticas públicas e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Abordam-se também as

experiências similares no Brasil, bem como os indicadores fundamentais para a avaliação do PAA.

Já no **Capítulo 3** é apresentada a proposta do *Modelo de Avaliação de Satisfação (MAS) dos Agricultores Familiares*, abordando sua fundamentação, constructos e etapas de aplicação.

No **Capítulo 4** são apresentados os métodos e técnicas da pesquisa, delineando os aspectos gerais do estudo, universo, amostra e sujeitos. Relatam-se também os procedimentos de coleta e análise dados, assim como as limitações dos métodos e técnicas de pesquisa.

Já o **Capítulo 5** aborda o contexto da situação-problema, caracterizando a organização escolhida para a aplicação-piloto do Modelo.

No **Capítulo 6** é realizada a análise e interpretação dos resultados, sendo primeiramente abordada a aplicação do Modelo proposto e posteriormente sua avaliação quanto à aplicabilidade.

Por fim, apresentam-se no **Capítulo 7** as considerações finais, citando as conclusões gerais, limitações da pesquisa e sugestões para próximos trabalhos.

2 REFERÊNCIAS TEÓRICAS E PRÁTICAS

Neste capítulo, foram abordadas as temáticas da agricultura familiar (seção 2.1), do cooperativismo (seção 2.2) das políticas públicas (seção 2.3), e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (seção 2.3), com o objetivo de fornecer um aporte teórico para caracterizar esta pesquisa. Também foram temas deste capítulo as experiências similares no Brasil (seção 2.5) e os indicadores fundamentais para avaliação do *Programa de Aquisição de Alimentos* (seção 2.6).

2.1 AGRICULTURA FAMILIAR

A pequena propriedade rural tem passado por significativas mudanças desde a década de 1970. Esse cenário de instabilidade forçou os agricultores familiares a se unirem e a defenderem seus espaços como atores protagonistas do desenvolvimento rural brasileiro.

Apesar de a agricultura familiar ocupar um importante papel na segurança alimentar e no abastecimento interno, esse setor sempre conviveu com uma dicotomia, pois o Estado sempre lhe dispensou um tratamento secundário. Somente nos últimos anos houve um planejamento de políticas públicas voltadas a esse segmento rural (Silva & Marques, 2009).

Analisando a literatura, nota-se que não há um consenso para a definição do termo “agricultura familiar”. Apesar de não ser um termo propriamente novo, sua origem está atrelada ao surgimento da agricultura moderna, pois sempre houve pequenos agricultores que cultivaram em suas próprias terras e comercializavam o excedente. O termo pode estar relacionado a critérios como: tamanho da propriedade, quem administra a terra, tempo de trabalho da família, dentre outros. Percebe-se ainda, que esses critérios foram estabelecidos considerando contextos políticos, étnicos, socioeconômicos e ambientais da época (Schmitz & Mota, 2008).

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura [FAO] (2014) opta pelo conceito de agricultura familiar de uma maneira mais genérica incluindo todas as atividades agrícolas de base familiar. Está relacionada a diversas áreas do desenvolvimento rural, consistindo em um meio de organização da produção agrícola, florestal, pesqueira, pastoril e aquícola, que são gerenciadas e operadas por uma família e predominantemente dependente de mão-de-obra familiar, tanto de mulheres quanto de homens.

Agricultura familiar é uma forma de produção onde predomina a interação entre gestão e trabalho. São os agricultores familiares que dirigem o processo produtivo, dando ênfase na

diversificação e utilizando o trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado (Ministério do Desenvolvimento Agrário [MDA], 2015).

Nas últimas décadas, tem-se visto uma evolução significativa de modelos de produção agropecuária e de alimentos que atendem a requisitos específicos e diferenciados dos modelos convencionais, como a Agricultura Orgânica (Pérez, 2011). Assim, a agricultura orgânica assume maior legitimidade com a crescente preocupação da opinião pública a respeito dos impactos ambientais (Schultz, 2011).

O pequeno produtor cumpre sua função social e ambiental quando consegue produzir sem agredir o meio ambiente. Utiliza os recursos naturais finitos, de forma racional e adequada, visando à manutenção do equilíbrio ecológico e à garantia da saúde, da qualidade de vida e do bem-estar social e econômico dos potenciais consumidores e dos próprios membros da agricultura familiar (Mallmann, Eckhardt, Rempel & Périco, 2013).

Guanziroli *et al.* (1996) diferenciaram a agricultura familiar da agricultura patronal, a partir dos estudos realizados em parceria entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), na década de 90, conforme Quadro 1.

Analisando a conceituação da agricultura familiar estabelecida pelo poder público, seja Estado ou Governo, observa-se que a primeira conceituação ocorreu por meio da Lei 4.504 (1964), que estabeleceu o Estatuto da Terra, em que a propriedade familiar é definida como

[...] o imóvel que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com a ajuda de terceiros.

Quadro 01 – Diferenças entre o Modelo Patronal e o Familiar

Modelo Patronal	Modelo Familiar
- Completa separação entre gestão e trabalho	- Trabalho e gestão intimamente relacionados
- Organização centralizada	- Direção do processo produtivo assegurada diretamente pelos proprietários
- Ênfase na especialização	- Ênfase na diversificação
- Ênfase em práticas agrícolas padronizáveis	- Ênfase na durabilidade dos recursos naturais
- Trabalho assalariado predominante	- Trabalho assalariado complementar
- Tecnologias dirigidas à eliminação das decisões “de terreno” e “de momento”	- Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo
- Tecnologias voltadas principalmente à redução das necessidades de mão-de-obra	- Tomada de decisões “ <i>in loco</i> ”, condicionadas pelas especialidades do processo produtivo
- Pesada dependência de insumos comprados	- Ênfase no uso de insumos internos

Fonte: Guanziroli *et al.* (1996)

É importante também mencionar a conceituação de agricultor familiar segundo o Pronaf, pois somente tem acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos os agricultores familiares quem dispõe de Declaração de Aptidão do Pronaf (DAP).

Em 1995, por meio da Resolução CMN/BACEN nº 2.191 (1995), entrou em vigência o PRONAF, no qual o agricultor familiar foi definido como aquele que:

- a) explora a parcela de terra na condição de proprietário, parceiro, arrendatário ou posseiro;
- b) não mantém empregado permanente, sendo admitido recorrer eventualmente à ajuda de terceiros, quando a natureza da atividade agrícola o exigir;
- c) não detém, a qualquer título, área maior que 4 módulos fiscais, quantificados na legislação em vigor;
- d) no mínimo 80% de sua renda bruta anual deve ser proveniente da exploração agropecuária ou extrativa;
- e) reside na propriedade ou em aglomerado urbano ou rural próximo.

Naquele momento também foi estabelecido por agricultor familiar, uma renda máxima anual de R\$ 27.500,00, por unidade familiar.

Essa conceituação no âmbito do Pronaf passou por algumas modificações durante essas duas décadas, e hoje estão vigentes os seguintes critérios para ser agricultor familiar:

- a) explorar parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, comodatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária, ou permissionário de áreas públicas;
- b) residir na propriedade ou em local próximo;
- c) não dispor, a qualquer título, de área superior a quatro módulos fiscais, contíguos ou não, quantificados segundo a legislação em vigor (este item não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse os quatro módulos fiscais);
- d) obter, no mínimo, 50% da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento;
- e) ter o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando apenas eventualmente o trabalho assalariado, de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária, podendo manter empregados permanentes em número menor que o número de pessoas da família ocupadas com o empreendimento familiar - exceto na Linha PRONAF Microcrédito (Grupo "B"), em que não se admite a manutenção de qualquer empregado assalariado, em caráter permanente;
- f) ter obtido renda bruta anual familiar de até R\$ 360 mil nos últimos 12 meses que antecedem a solicitação da DAP, considerando neste limite a soma de todo o Valor Bruto de Produção (VBP), 100% do valor da receita recebida de entidade integradora e das demais rendas provenientes de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, recebidas por qualquer componente familiar, exceto os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais (Banco Central do Brasil [BACEN], 2015).

Por fim, destacar que nesta dissertação se compreende a agricultura familiar de maneira ampla e diversificada, conforme explicada por Schmitz e Mota (2008, p. 438):

O meio rural, cenário em que a agricultura familiar se situa, é hoje, mais do que nunca, espaço constituído por múltiplas atividades agrícolas e não-agrícolas, motivo pelo qual a agricultura familiar é aqui compreendida numa concepção mais ampla incluindo, de forma integral, atividades como a organização de agricultores, produção, beneficiamento, comercialização de produtos agrícolas e não-agrícolas, turismo, pesca, artesanato, etc.

2.2 COOPERATIVISMO

A cooperação entre as pessoas, devido à necessidade, surgiu desde o início da história da civilização, pois os seres humanos perceberam o poder da união, no sentido de realizarem suas atividades e ações com mais rapidez, menores desgastes e custos. Hoje nota-se que o cooperativismo é uma das formas de associativismo mais desenvolvida e valorizada no Brasil.

O cooperativismo é um movimento, filosofia de vida e modelo socioeconômico, capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social. Suas referenciais fundamentais são a participação democrática, solidariedade, independência e autonomia. O cooperativismo está associado a valores universais e se desenvolve independentemente de território, língua, credo ou nacionalidade (Organização das Cooperativas Brasileiras [OCB], 2015).

Nesse mesmo sentido, Gawlak (2007) indica que o cooperativismo moderno está baseado nos seguintes princípios: adesão voluntária e livre; gestão democrática; participação econômica dos associados; autonomia e independência; educação, formação e informação; cooperação entre as cooperativas; e interesse pela comunidade. Esses princípios permitem que o cooperativismo seja uma alternativa socioeconômica que leva ao sucesso do grupo, com equilíbrio e justiça.

Por outro lado, quanto à conceituação da legislação, a Lei nº 5.764 de 1971 (1971) indica que as sociedades cooperativas possam ser consideradas:

- a) Singulares.** Para se constituir uma cooperativa singular são necessários no mínimo vinte associados. Caracterizam-se pela prestação direta de serviços aos membros;
- b) Cooperativas centrais ou federações de cooperativas.** São constituídas com no mínimo três singulares, com o objetivo de organizar os serviços econômicos e assistenciais de interesse em comum das filiadas;
- c) Confederações de cooperativas.** São constituídas de, no mínimo, três federações. Unem-se quando há a necessidade de transcender o âmbito da capacidade das federações.

Assim, nota-se que, nas cooperativas, os cooperados dispõem de liberdade e independência de ações. É essa relação que os mantém na cooperativa. Esse tipo de relação teve início em Rochdale (Inglaterra), em 1844. No Brasil há registro formal a partir de 1889 (Costa, Amorim Junior & Silva, 2015).

Considerando o contexto do cooperativismo rural a partir dos anos de 1970, nota-se que o cooperativismo surgiu como uma alternativa aos produtores, em resposta à competitividade dos mercados. Além disso, as cooperativas propiciaram o fortalecimento da união entre os

cooperados, antes isolados em suas propriedades, permitindo o compartilhamento de suas ansiedades, responsabilidades e custos (Andrade & Alves, 2013). Com a maior competitividade e exigência dos consumidores, quem mais sofre no setor rural são os pequenos produtores organizados em pequenas cooperativas e associações. Além disso, são vítimas de descaso por parte das autoridades públicas brasileiras (Rosalem, Silva, Silva & Alcântara, 2009).

Segundo Nazzari e Zimmermann (2015), o associativismo forte pode congrega estilos mais adaptáveis de cooperação com conseqüente melhoria da qualidade de vida dos cooperados. O desenvolvimento e a sustentabilidade da propriedade rural familiar proporcionam o fomento com visão orientada para produção, transformação e comercialização dos produtos. Para tanto, demanda-se assistência técnica e capacitação aos cooperadores, para gestão econômica e solução dos gargalos da comercialização da produção.

Segundo Pires e Silva (2004), a cooperação é uma das principais estratégias para o enfrentamento de uma economia por natureza excludente, que passou a ser evidenciada com a globalização. Nesse sentido, uma das maneiras de preencher esta deficiência dos sistemas de mercados é a criação de cooperativas e empresas de economia solidária – um canal importante de organização do produtor e da produção, geração de trabalho e renda, agregação de valor e comercialização da produção.

Para que as cooperativas possam sobreviver, Oliveira (2007) indica que essas organizações também devam acompanhar as tendências dos mercados. As empresas cooperativas têm a tendência de não acompanharem as novas orientações do mercado. Hoje, sem dúvida alguma, a visão moderna das empresas está focada nos clientes, e essa é mais uma visão que os dirigentes das cooperativas modernas devem observar, como mais uma forma de se manterem competitivos.

Simioni, Siqueira, Binotto, Spers, e Araújo (2009, p. 740), definiu assim a situação das cooperativas no Brasil:

O cenário das cooperativas apresenta-se em diferentes situações: algumas em situação econômica privilegiada; outras ainda procurando formas de sobrevivência e adequação à realidade e, as demais, que enfrentam dificuldades financeiras e estão em processo de autoliquidação. Pode-se afirmar que algumas das causas estão relacionadas à falta de capacidade de adequação às mudanças, às novas tecnologias, falta de lealdade e fidelidade à organização, à instabilidade econômica das últimas décadas e aos decorrentes planos econômicos que se fizeram presentes por um longo período na economia brasileira.

Nesse contexto de complexidade e competitividade, as cooperativas, como qualquer empresa, devem ser geridas de maneira eficaz e eficiente, buscando, além de criar um ambiente de sinergia entre cooperativa e política pública (PAA), satisfazer seus próprios cooperados. Para

isso, torna-se importante a realização de pesquisa junto aos cooperados, visando identificar suas percepções sobre a gestão do empreendimento, bem como dos programas públicos dos quais os cooperados participam.

Dado o caráter participativo da gestão das cooperativas – princípio da participação democrática –, o monitoramento por parte dos dirigentes é essencial, pois permite acompanhar a percepção dos cooperados quanto ao grau de comprometimento, confiança, cooperação, poder e satisfação (Lizote, Verdinelli, Zimmermann, Silveira & Rosa, 2013).

A comunicação dos dirigentes das cooperativas com seus cooperados propicia a antecipação de problemas na gestão, além de evitar a insatisfação de seus filiados. Para Pereira, Cançado, Rodrigues e Silva (2013), uma frequente comunicação contribui para uma gestão participativa dos empreendimentos, possibilitando ganhos como: (a) estabelecimento de compromisso no trabalho e na produção com autêntica coerência ou legitimidade entre associados; (b) diálogo conscientizador entre os associados, compartilhando ideias e valores sobre o modo de pensar e de agir coletivamente.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS

Dentre os acontecimentos mais marcantes que ocorreram na esfera das políticas públicas para o meio rural brasileiro, a partir da década dos 90, pode-se destacar a criação do *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)*. O surgimento deste programa representou o reconhecimento e a legitimação do Estado em relação às especificidades de uma nova categoria social – os agricultores familiares –, que até então era designada por *pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência*. Ou seja, a política pública foi criada em um contexto de pressão dos agricultores familiares, dados seus problemas vivenciados, especialmente quanto à dificuldade de comercialização de seus produtos (Schneider, Cazella & Mattei, 2009).

Assim, as políticas públicas são criadas para revolver problemas de uma determinada coletividade. Uma política pública possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público. Em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevantes (Secchi, 2014).

As políticas públicas democráticas e inclusivas procuram envolver todos os agentes de um sistema nacional: comunidade, poder público e privado e sociedade civil organizada. Elas

são elaboradas e pensadas a partir da identificação das necessidades, que se dá pela observação de fatos e de indicadores (Simão *et al.*, 2010).

Uma política pública é um conjunto de princípios e critérios e linhas de ação que garantem e permitem a gestão do Estado na solução de problemas nacionais. Considerando que o Estado foi criado para permitir o bem-estar dos indivíduos, as políticas públicas são mecanismos utilizados pelos governos, capazes de garantir que os cidadãos possam buscar a felicidade, de forma equitativa, sem que sejam prejudicados pelas ações de outros indivíduos ou organizações (Dias & Matos, 2012). Algumas políticas podem ser consideradas de Estados, enquanto outras são apenas de governos.

Para o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas [SEBRAE/MG] (2008), as políticas públicas podem ser ações, metas ou planos que governos (nacionais, estaduais ou municipais) elaboram, para alcançar o bem-estar da sociedade, primando pelo interesse público.

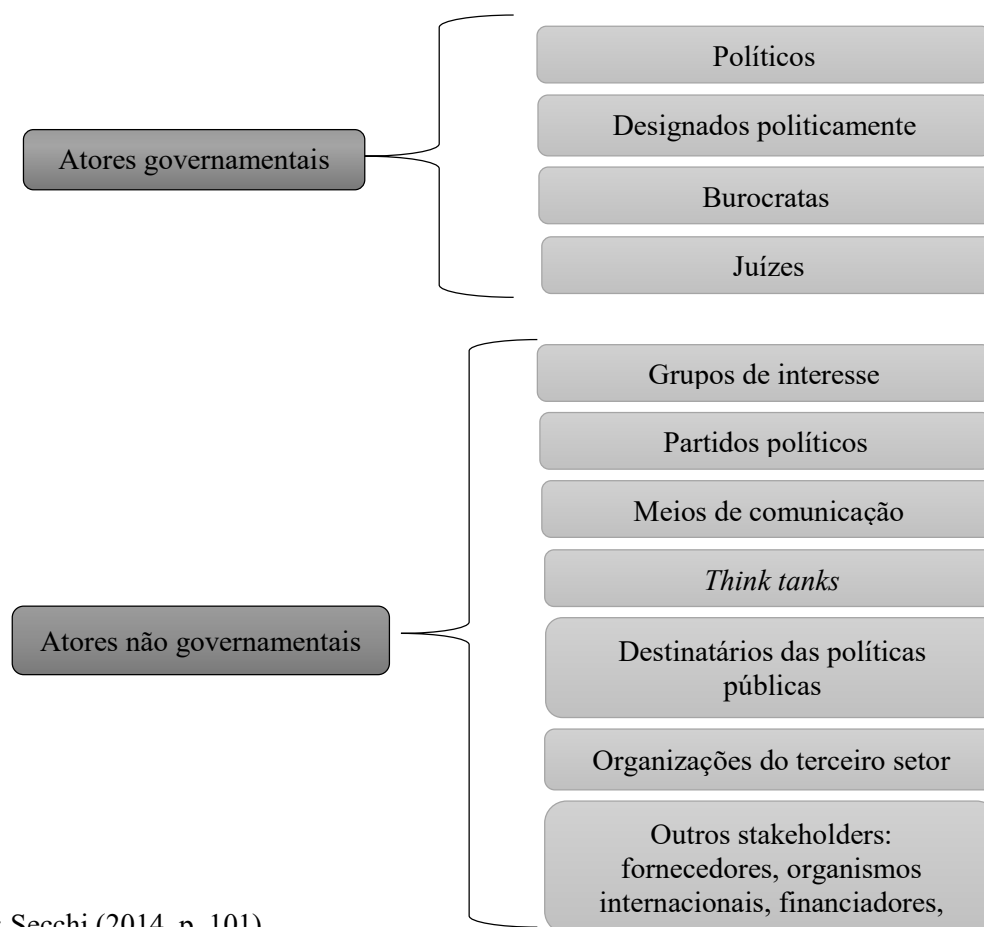
Para Mendes, Souza-Lima, Hammerschmidt, Lourenço e Guaragni (2010, p. 17),

As políticas públicas variam de acordo com o grau de diversificação da economia, com a natureza do regime social, com a visão que os governantes têm do papel do Estado no conjunto da sociedade e com o grau de atuação dos diferentes grupos sociais, como partidos, sindicatos, associações de classe e outras formas de organização social.

Os elementos mais comuns encontrados na definição de políticas públicas são:

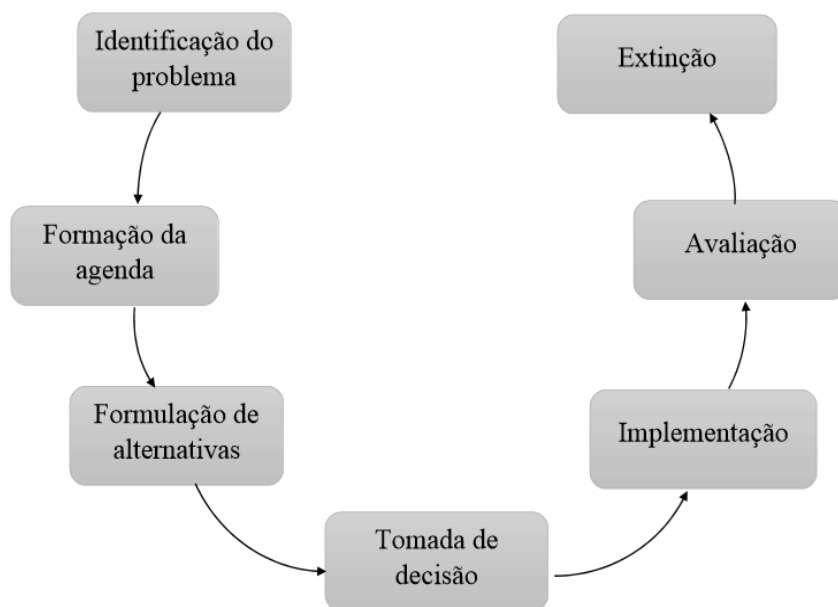
a) a política pública é feita em nome do público; b) a política pública é geralmente feita ou iniciada pelo governo; c) a política pública é interpretada e implementada por atores públicos e privados; d) a política pública é o que o governo pretende fazer; e) a política pública é o que o governo escolhe não fazer (Birkland, 2010, p. 20).

Secchi (2014) explica que na literatura de ciências políticas, os atores são aqueles indivíduos, grupos ou associações que desempenham um papel na arena política. São exemplos de atores individuais os políticos, os burocratas, os magistrados, os formadores de opinião. Os atores coletivos são grupos e organizações que defendem seus interesses comuns. São exemplos de atores coletivos os sindicatos, associações, organizações do terceiro setor etc. Secchi também categorizou os atores em: atores governamentais e atores não governamentais (Figura 01).

Figura 01 – Categoria de atores das políticas públicas

Fonte: Secchi (2014, p. 101)

O processo de elaboração de políticas públicas também é conhecido como ciclo de políticas públicas. O ciclo de políticas públicas é um esquema de visualização e interpretação que organiza a vida de uma política pública em fases sequenciais e interdependentes. Nota-se que não há consenso na literatura sobre o número de fases, variando o ciclo da política pública entre quatro e sete fases. Neste estudo, optou-se por citar um modelo de sete fases, que foi elaborado por Secchi (2014). Segundo esse autor (Figura 02), o ciclo de políticas públicas é composto das seguintes fases: 1) identificação do problema, 2) formação da agenda, 3) formulação de alternativas, 4) tomada de decisão, 5) implementação, 6) avaliação, e 7) extinção.

Figura 02 – Ciclo de Políticas Públicas

Fonte: Secchi, (2014, p. 43)

É possível sintetizar a explicação de Secchi (2014) quanto às fases do ciclo de políticas públicas de acordo com os detalhamentos a seguir: **1) Identificação do problema.** Uma questão é a discrepância entre o *status quo* e uma situação ideal possível. Já outras situações podem ocorrer subitamente, como é o caso dos desastres naturais. Trata-se de perceber o problema, delimitá-lo e avaliar as possibilidades de solução. **2) Formação da agenda.** A agenda é um conjunto de problemas ou temas entendidos como relevantes. Ela pode tomar forma de um programa de governo, um programa orçamentário, um estatuto partidário ou, ainda, de uma simples lista de assuntos que o comitê editorial de um jornal entende como importante. Trata-se da inclusão de determinado pleito ou necessidade social na agenda de políticas. **3) Formulação de alternativas.** A formulação de soluções passa pelo estabelecimento de objetivos e estratégias, considerando que um mesmo objetivo possa ser alcançado de várias formas, por diversos caminhos. Nesta fase, o foco é selecionar a alternativa considerada mais conveniente. **4) Tomada de decisão.** A tomada de decisão representa o momento em que os interesses dos atores são equacionados e as intenções (objetivos e métodos) de enfrentamento de um problema público são explicitadas. **5) Implementação.** A fase de implementação é aquela em que regras, rotinas e processos sociais são convertidos de intenções a ações. A implementação é constituída pelo planejamento e organização do aparelho administrativo e dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos, necessários para executar a política. Trata-se de executar os conjuntos de ações pré-estabelecidos para atingir os objetivos de uma determinada política.

6) Avaliação. A avaliação da política pública é um processo de julgamentos deliberados sobre a validade de propostas para a ação pública. Consiste na mensuração, bem como na análise dos resultados produzidos. **7) Extinção.** As políticas públicas, de maneira semelhante ao ciclo de vida de um produto, possuem início, auge, maturação e extinção. A extinção normalmente se dá pela resolução do problema que estava pendente de solução, ou pela a ineficácia em resolvê-lo.

O conceito de avaliação da política pública trata, em termos amplos, da fase ou estágios do processo em que se determina como uma política pública de fato está funcionando na prática, consistindo em avaliar os meios em que são empregados e verificando se os objetivos estão sendo atingidos (Heidemann & Salm, 2014).

Para Rua (2009, p. 109) a avaliação de políticas públicas “é o exame sistemático de quaisquer intervenções planejadas, baseada em critérios e mediante procedimentos reconhecidos de coleta e análise de informação sobre seu conteúdo, estrutura, processo, resultados, qualidade e/ou impactos”. A mesma autora ainda indica que a avaliação se diferencia do monitoramento sob vários aspectos.

A avaliação é um exame discreto de processos, produtos, qualidade, efeitos e impactos, das ações realizadas. O monitoramento é o exame contínuo dessas variáveis. Enquanto que a avaliação pode ser usada ou não para subsidiar a tomada de decisões, o monitoramento sempre terá de ter uma aplicação prática. O monitoramento se concentra em atividades, processos e produtos, tendo como referência o desenho da política, do programa e do projeto, já a avaliação, por sua vez, não necessariamente tem essa relação com o desenho da intervenção, sendo inclusive recomendável o uso de metodologias de avaliação independente de objetivos.

Nesse mesmo sentido, Ramos e Schabbach (2012) diferenciam esses termos. Monitoramento ou acompanhamento é uma atividade gerencial interna, realizada sistematicamente durante o período de execução e operação, visando verificar a evolução da intervenção ao longo tempo, por meio de dados da gerência do projeto sobre metas iniciais, indicadores e resultados associados aos programas. Por sua vez, a avaliação pode ser realizada em três momentos diferentes: antes, durante ou mesmo algum tempo depois da implementação – após o programa provocar todo o seu impacto e com a preocupação centrada no modo, medida e razão dos benefícios advindos.

A avaliação é uma ferramenta importante, pois permite ao Governo e/ou Estado realizar uma séries de ações em função dos resultados obtidos, dentre os quais: gerar informações úteis para futuras políticas públicas; prestar contas de seus atos; justificar as ações e explicar seus atos; responder se o recursos, que são escassos, estão produzindo os resultados esperados e da forma mais eficiente possível; identificar as barreiras que impedem o sucesso de um programa;

e promover o diálogo entre os vários atores individuais e coletivos envolvidos (Dias & Matos, 2012).

Quanto ao uso das avaliações das políticas públicas, os resultados alcançados, envolvem, fundamentalmente, quatro possibilidades: instrumental, conceitual, como instrumento de persuasão e para o esclarecimento (Faria, 2005).

Ramos e Schabbach (2012), sintetizaram essas possibilidades da seguinte forma: O **uso instrumental** depende da qualidade da avaliação e da adequada divulgação de seus resultados, de sua inteligibilidade e da factibilidade das recomendações eventualmente propostas. No **uso conceitual**, as descobertas da avaliação (a sua própria realização) podem alterar a maneira como os técnicos compreendem a natureza, o modo de operação e o impacto do programa. Essa aprendizagem é potencializada quando os técnicos participam ativamente do processo de avaliação. A utilização da avaliação como **instrumento de persuasão** ocorre quando ela é um recurso para mobilizar o apoio à posição que os tomadores de decisão já têm sobre as mudanças necessárias na política ou programa e para ganhar novos adeptos para as mudanças desejadas. Já o uso para o **esclarecimento** incide sobre as redes de profissionais e comunidades de políticas, os formadores de opinião e as *advocacy coalitions*, no sentido de produzir alterações nas crenças e na forma de ação institucional, pautando, assim, a agenda governamental.

Nota-se que existem diferentes maneiras de se realizar uma **avaliação de políticas públicas**, a depender do ator, do foco, do objetivo e da complexidade do programa público. Uma pesquisa de satisfação com os beneficiários de uma determinada política pública é uma forma de avaliação. Obter respostas sobre o êxito ou não de uma determinada política pública é fundamental para quem se interessa em conhecer a atuação governamental, em avaliar seu grau de eficácia e eficiência e em conhecer os efeitos de sua intervenção, seus acertos e seus erros. A avaliação acadêmica é outra forma de avaliar os programas públicos, sendo mais formal, e enfoca a efetividade das políticas, seus impactos e benefícios, tendo como vantagem uma maior isenção e rigor científico (Jannuzzi, 2011).

Dias e Matos (2012), observaram que há uma tendência geral nas classificações de avaliações na literatura, que em sua maioria seguem a tipologia apresentada na Figura 03.

Pode-se sintetizar a explicação de Dias e Matos (2012) quanto os tipos de avaliação das políticas públicas, de acordo com os detalhamentos a seguir:

1) Avaliação interna versus externa. Na avaliação interna, o processo é realizado pela própria equipe do programa ou por pessoal contratado pelos próprios gestores. Possui como vantagem uma maior familiaridade com o programa. A avaliação externa é realizada por peritos contratados pela Administração, porém com total autonomia de análise. Possui como vantagem

a imparcialidade política e características técnicas. Nesta avaliação externa também estão incluídas todas as demais análises efetuadas pelos diversos *stakeholders* das políticas públicas.

2) Avaliação formativa ou somativa. Na avaliação formativa, o foco é fornecer informações para melhorar o objeto da política; é um processo de aprendizagem. O foco da avaliação somativa é levantar informações para decidir se um programa deve continuar, expandir-se ou se, por outro lado, deve terminar.

Figura 03 – Tipos de avaliação de políticas públicas



Fonte: Dias e Matos (2012, p. 98)

3) Dependendo do conteúdo da avaliação. É possível distinguir três tipos de avaliações com base nos elementos do programa a ser avaliado:

a) avaliação conceitual ou design. Seu objeto é analisar a concepção do programa, isto é, sua racionalidade, coerência e consistência. A análise visa constatar a qualidade do diagnóstico socioeconômico realizado (avaliação das necessidades) – observando a existência de objetivos claramente definidos e mensuráveis –, verificar sua correspondência com os problemas e examinar o modelo lógico de intervenções destinadas – tanto internamente, como para o programa em relação a outras políticas e programas;

b) avaliação do processo de implementação ou gestão do programa. Trata-se de examinar a maneira pela qual ele é gerido e executado, isto é, sua implementação. É medir a capacidade de um organismo em relação à concepção, à implementação, à monitorização, à avaliação de programas e grau de envolvimento dos gestores com essas tarefas, sua atitude, formação, organização, seu pessoal e a adoção de recursos para realizá-las de forma otimizada;

c) avaliação quanto aos impactos e resultados. Trata-se de saber em que medida a política ou programa alcança os objetivos ou atinge o valor de parâmetros ou critérios definidos e custos disponíveis. A avaliação dos impactos refere-se ao efeito mais geral do programa. É analisar a consequência da agregação política macroeconômica (o crescimento do PIB, a distribuição de renda, as taxas de desemprego e atividade etc.). Já a avaliação dos resultados refere-se à análise de desempenho do programa. Consiste em analisar os efeitos sobre os usuários/beneficiários do programa.

4) Avaliação em relação à aplicação ou execução do programa. A avaliação *ex-ante* é executada antes de se executar o plano, política ou programa, sendo seu objetivo principal analisar sua adequação às necessidades que o motivam e suas chances de sucesso. Já a avaliação intermediária é executada durante a implementação e objetiva a realização de uma análise crítica dos dados coletados sobre o programa como um todo e a mediação da forma como os objetivos estão sendo alcançados. Por fim, a avaliação *ex-post* é realizada ao término do programa, permitindo avaliar o sucesso do programa, o sucesso da estratégia concebida do mesmo, seu grau de flexibilidade, a sua eficácia e a eficiência e a adequação dos mecanismos de gestão e acompanhamento.

Jannuzzi (2011) explica que cada tipo de estudo avaliativo requer uma abordagem metodológica e/ou disciplina diferente. A avaliação de processos pode requerer emprego de técnicas variadas de coleta de informações usadas na pesquisa social. A avaliação de resultados e impactos, por sua vez, pode requisitar a adoção de entrevistas com agentes institucionais, grupos de discussão com beneficiários dos programas, pesquisas amostrais, delineamentos *quasi-experimentais* ou estudos comparativos de casos. Sejam avaliações de cunho quantitativo ou qualitativo, ambas possuem vantagens e limitações, cabendo ao avaliador a decisão, considerando a complexidade do programa e os critérios técnico-científicos pré-estabelecidos.

As funções de avaliação de políticas públicas, seja interna ou externa, requerem uma força de trabalho altamente treinada, com a gestão orientada para o futuro, bem como uma excelente capacidade de coleta de informação e de processamento de dados. Elas também exigem a coordenação adequada entre as organizações participantes, para garantir que a pesquisa em curso seja relevante e apropriada. No entanto, essas condições são raramente atendidas e os grandes esforços na avaliação de políticas são prejudicados pelas seguintes restrições técnicas e organizacionais: falta de apoio organizacional; falta de experiência em avaliação; percepção estreita do escopo da avaliação; falta de capacidade na coleta de dados (Wu, Ramesh, Howlett & Fritzen, 2014).

2.4 PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) é uma política pública criada pelo Governo Federal, instituído por meio do artigo 19, da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, no âmbito do Programa Fome Zero. A Lei nº 10.696 foi alterada pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. Com mais de 11 anos de vigência, o PAA já foi regulamentado por diversos decretos, resoluções e portaria. Desde 4 de julho de 2012, está vigente o Decreto nº 7.775 (2012) – apesar das alterações promovidas pelo Decreto n.º 8.293 de 12 de agosto de 2014.

O PAA conta com a participação dos entes da Federação, Estados, Distrito Federal e municípios como parceiros executores. Essa política pública, ademais de contribuir com a segurança alimentar de grupos em riscos, desde 2012, passou também a integrar o eixo "Inclusão Produtiva" do Plano Brasil sem Miséria, que tem como objetivo erradicar a pobreza extrema e melhorar as condições de bem-estar da população (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome [MDS], 2014).

A política pública PAA possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Os processos de comercialização por meio do PAA são mais simplificados, sendo dispensada a realização de processos licitatórios para a compra dos produtos da agricultura familiar. O Programa efetua a compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar com dispensa de licitação e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino (Hespanhol, 2013).

São objetivos do Programa de Aquisição de Alimentos, segundo a Lei nº 10.696 (2003), editada em 02 de julho:

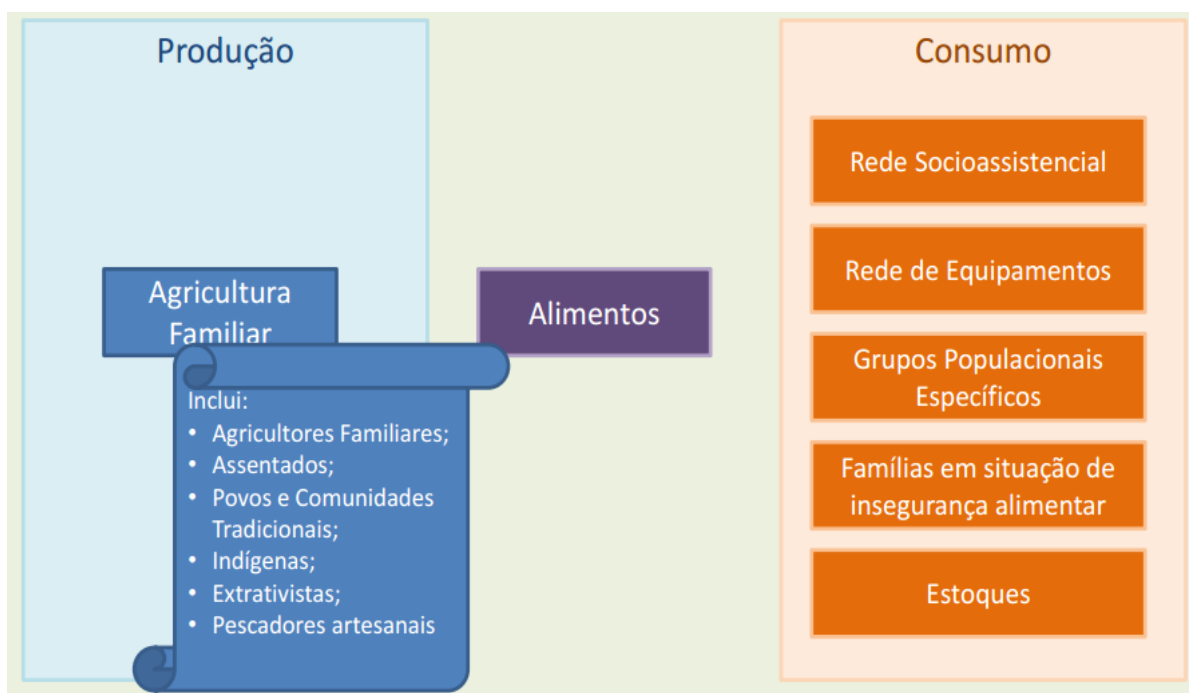
- a) **incentivar a agricultura familiar**, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento de alimentos e sua industrialização e à geração de renda;
- b) **incentivar o consumo e a valorização dos alimentos** produzidos pela agricultura familiar;
- c) **promover o acesso à alimentação em quantidade, qualidade e regularidade** necessárias, das pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável;

- d) **promover o abastecimento alimentar**, que compreende as compras governamentais de alimentos, incluída a alimentação escolar;
- e) **apoiar a formação de estoques** pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar;
- f) **fortalecer circuitos** locais e regionais e redes de comercialização.

Por outro lado, o PAA também contribui para a constituição de estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares e para a formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar. Ademais, o Programa foi idealizado para valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos; incentivar hábitos alimentares saudáveis e estimular o cooperativismo e o associativismo (MDS, 2015a).

Como instrumento de ampliação do público beneficiário, o PAA fomenta ainda o atendimento de famílias extremamente pobres por meio da Busca Ativa, impulsionando, principalmente os municípios, a conhecer suas famílias em situação de maior pobreza, encorajando a sua inserção no Cadastro Único para Programas Sociais – CadÚnico. Essa participação é estimulada, tanto pela inclusão de agricultores cadastrados, quanto pelo aumento de consumidores destes alimentos (MDS, 2014). A Figura 4 apresenta a inter-relação do PAA com a segurança alimentar.

Figura 04 – Programa de Aquisição de Alimentos e a Segurança Alimentar do Governo Federal



Fonte: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (2011)

A segurança alimentar tem servido como ferramenta estrutural de inumeráveis programas e projetos de luta contra a fome. Sua estrutura básica compreende quatro componentes centrais – disponibilidade, acesso, estabilidade e consumo (Gomes & Almeida, 2010).

No sentido de atender aos objetivos da Lei de criação do PAA, o programa encontra-se estruturado em 6 modalidades, conforme apresentado no Quadro 2.

Quadro 02 – Modalidades de Operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos do Ministério do Desenvolvimento Agrário

Modalidade	Conceito	Forma de acesso⁽¹⁾	Limites R\$/ por ano	Origem do Recurso
Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea - CDS	<p>A Modalidade Compra com Doação Simultânea promove a articulação entre a produção da agricultura familiar e as demandas locais de suplementação alimentar, além do desenvolvimento da economia local. Os produtos adquiridos dos agricultores familiares são doados às pessoas em insegurança alimentar, por meio da rede socioassistencial ou equipamentos públicos de segurança alimentar e à rede pública e filantrópica de ensino. A Compra com Doação Simultânea – CDS permite a aquisição de alimentos <i>in natura</i> ou processados, enriquecendo os cardápios dos beneficiários consumidores. O fornecimento de produtos orgânicos é privilegiado, sendo possível incluir até 30% a mais do que o valor pago para o alimento convencional.</p>	Individual	R\$ 6, 5 mil ou R\$ 8 mil (via organização)	MDS
		Organizações (cooperativas/associações)	R\$ 2 milhões⁽²⁾	
Formação de Estoques pela Agricultura Familiar – CPR Estoque	<p>A modalidade Apoio à Formação de Estoques foi criada para propiciar aos agricultores familiares instrumentos de apoio à comercialização de seus produtos, sustentação de preços e agregação de valor. Trata-se de apoio financeiro para a constituição de estoques de alimentos por organizações da agricultura familiar, para posterior comercialização e devolução de recursos ao Poder Público ou destinação dos alimentos aos estoques públicos. Ao identificar a possibilidade de formação de estoque de determinado produto, a organização de agricultores envia uma Proposta de Participação à CONAB do Estado.</p>	Individual	R\$ 8 mil	MDS/MDA
		Organizações (cooperativas/associações)	R\$ 1, 5 milhões⁽²⁾ (a primeira operação é limitada a R\$ 300.000,00)	
Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF	<p>A modalidade Compra Direta da Agricultura Familiar permite a compra de produtos específicos definidos pelo Grupo Gestor do PAA para formação de estoques públicos, destinados a ações de abastecimento social ou venda, cumprindo um importante papel na regulação de preços de alimentos, na movimentação de safras e estoques e na promoção da segurança alimentar e nutricional. Os produtos adquiridos pela Compra Direta têm sido utilizados especialmente para compor as cestas de alimentos distribuídas a grupos populacionais específicos.</p>	Individual	R\$ 8 mil	MDS/MDA
		Organizações (cooperativas/associações)	R\$ 500 mil⁽²⁾	

continua...

Quadro 02 (continuação):

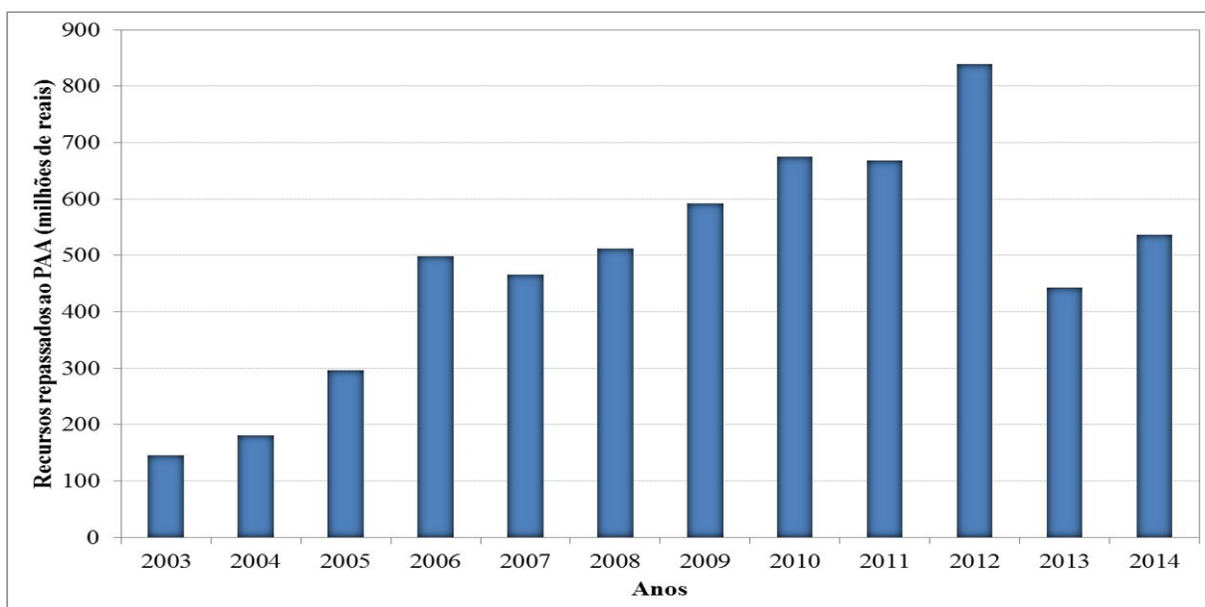
Modalidade	Conceito	Forma de acesso ⁽¹⁾	Limites R\$/ por ano	Origem do Recurso
Incentivo à Produção e Incentivo de Leite – PAA Leite	O PAA Leite tem como objetivo contribuir para o abastecimento alimentar de famílias em situação de vulnerabilidade social, por meio da distribuição gratuita de leite, além de incentivar a produção de leite dos agricultores familiares, para fortalecer o setor produtivo local e a agricultura familiar e integrar o leite aos demais ciclos de abastecimento do PAA. O PAA Leite adquire leite de vaca e também de cabra, que deve ser de produção própria dos agricultores familiares e deve cumprir os requisitos de controle de qualidade dispostos nas normas vigentes.	Individual	R\$ 4 mil por semestre	MDS
Compra Institucional	Permite que a Administração direta e indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios comprem alimentos da agricultura familiar com recursos próprios, por meio de chamada pública, com dispensa do procedimento licitatório.	Organizações (cooperativas/associações)	Definido anual por meio de resolução	MDS
Aquisição de Sementes	Através desta modalidade, o PAA pode comprar sementes de organizações da agricultura familiar, detentoras da Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP Jurídica -, e destiná-las a agricultores familiares, conforme a demanda de órgãos parceiros.	Individual	R\$ 20 mil (por órgão comprador, por ano)	Órgãos Compradores
		Organizações (cooperativas/associações)	R\$ 6 milhões⁽²⁾	
		Individual	R\$ 16 mil	
		Organizações (cooperativas/associações)	R\$ 6 milhões⁽²⁾ (as operações com valores superiores a R\$ 500 mil deverão ser realizadas por meio de chamada pública).	Unidades Executoras

(1) O beneficiário fornecedor poderá participar de mais de uma modalidade e os limites serão independentes entre si. (2) Respeitando os limites por unidade familiar.

Fonte: Adaptado do MDS (2015b)

Observou-se que houve expansão dos recursos alocados a cada ano ao PAA, resultando na ampliação do número de agricultores familiares participantes, de pessoas atendidas e da quantidade de alimentos adquiridos (Figura 5). Através da Plataforma de Indicadores do Governo Federal (PGI, 2015) foi possível constatar que, no período de 2003 a 2014, os volumes de recursos (todas as modalidades do PAA) repassados à política pública tiveram tendência crescente até 2012, passando de 145 milhões em 2003, para 838 milhões em 2012 (Figura 5), depois havendo uma redução em 2013 e 2014. Inferiu-se que as reduções desses recursos nos dois últimos anos são devido aos cortes financeiros ocorridos em praticamente todos os Ministérios Presidenciais, em virtude da diminuição das atividades econômicas do país e que impactam na diminuição da arrecadação de receitas federais.

Figura 05 – Volume de Recursos Liberados para o PAA (2003-2014) no Brasil

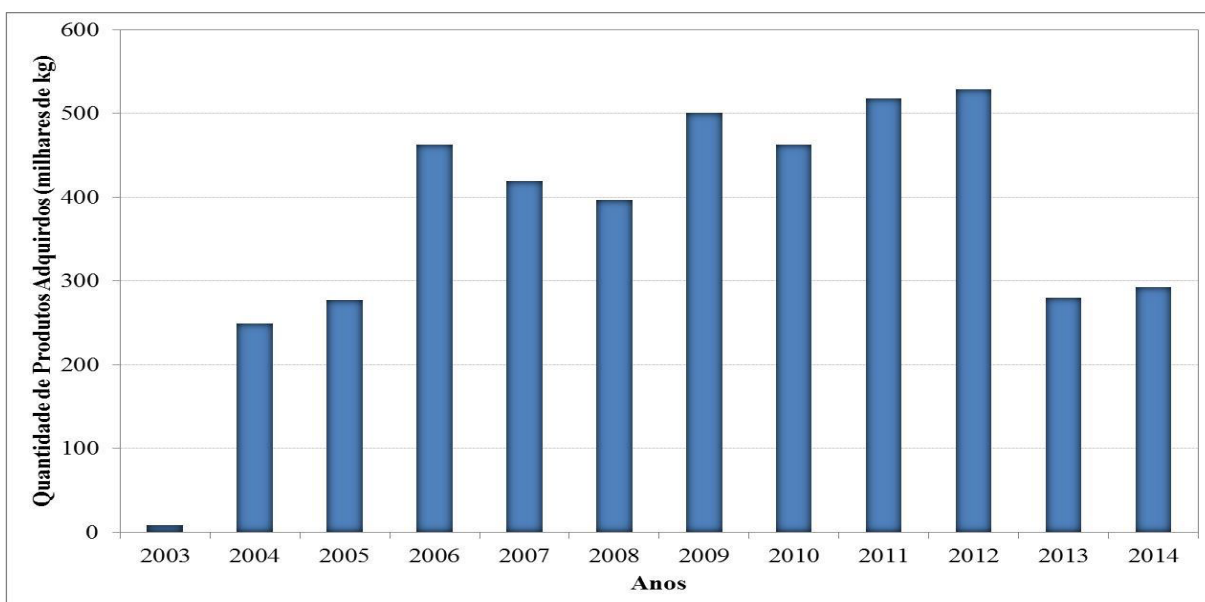


Fonte: PGI (2015)

A mesma tendência de crescimento é observada em relação ao volume de produtos adquiridos através do PAA. Apesar do decréscimo em 2013 e 2014, nota-se uma significativa evolução a partir de 2003 (Figura 6).

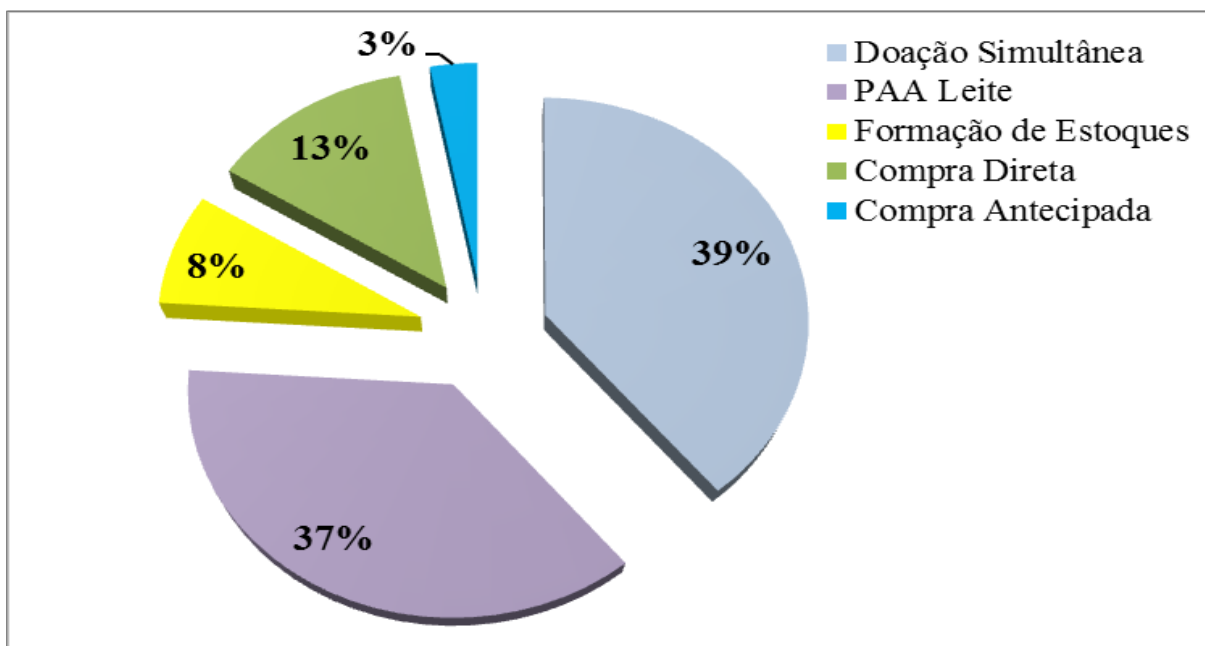
Em 2011, o Grupo Gestor do PAA realizou um processo de consolidação das informações, avaliando os resultados da Política Pública. O estudo revelou que as modalidades do PAA mais utilizadas foram a Compra com Doação Simultânea e o Incentivo à Produção e Consumo do Leite, no período de 2003-2010 (Figura 7), demonstrando o volume de execução do PAA por modalidades.

Figura 06 – Quantidade de Produtos Adquiridos pelo PAA em Quilos (2003-2014) no Brasil



Fonte: PGI (2015)

Figura 07 – Recursos Executados do PAA (período de 2003-2010) por Modalidade no Brasil

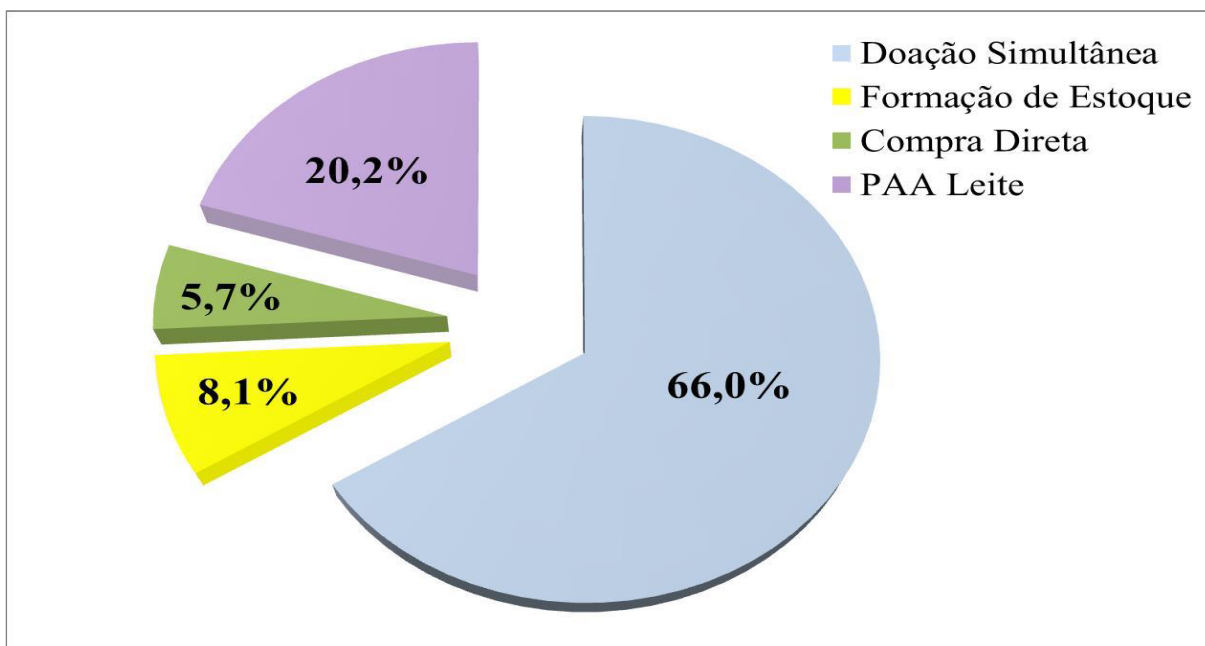


Fonte: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (2011)

Dados do Ministério do Desenvolvimento Social têm demonstrado que a tendência tem sido a mesma para o período de 2011-2014, mantendo a modalidade de Compra com Doação Simultânea (CDS) como aquela que mais recebe recursos do PAA (Figura 8).

Dessa forma, considerando que a modalidade do PAA de Compra com Doação Simultânea é a que mais recebe recursos e a que envolve um maior número de agricultores familiares, optou-se pela aplicação de um Modelo de Avaliação de Satisfação desses agricultores, quanto à sua percepção sobre os efeitos da política pública PAA-CDS, bem como quanto à avaliação da gestão da Cooperativa, à qual estão filiados.

Figura 08 – Recursos Executados do PAA (período de 2011-2014) por Modalidade no Brasil



Fonte: PGI (2015)

2.5 EXPERIÊNCIAS SIMILARES NO BRASIL

Devido à necessidade de verificação dos resultados efetivos dos programas públicos, no intuito de atender às exigências dos cidadãos/clientes, os governos e pesquisadores têm avaliado nos últimos anos, diferentes tipos de políticas públicas, desde as mais tradicionais, como saúde e educação, passando até as áreas sociais e políticas do desenvolvimento rural.

Para subsidiar a discussão sobre a avaliação do PAA, utilizou-se do levantamento da produção científica realizado por Nascimento, Silva, Johann e Basso (2015), no período de março e abril de 2015, no qual investigaram a produção científica sobre o tema durante a última década (2005 a março/2015).

O referido levantamento das produções científicas buscou identificar todos os aspectos avaliativos sobre o PAA, que investigaram a gestão da política pública e/ou as percepções de um dos atores do PAA.

Para a presente dissertação fez-se necessário detalhar principalmente os artigos, dissertações e teses que avaliaram os impactos e efeitos do PAA – positivos e negativos. O Quadro 3 apresenta os detalhamentos dos estudos que avaliaram os efeitos do PAA.

Valeriano (2012) direcionou sua investigação a uma **modalidade** específica do PAA – Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CPR-Doação) e como essa modalidade contribuiu para o processo de desenvolvimento local dos agricultores familiares. O estudo identificou as principais mudanças ocorridas na vida dos agricultores após o programa, a importância da segurança alimentar, seus pontos relevantes e alguns problemas desta política pública.

Já Veloso (2011) investigou os efeitos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no sentido de potencializar as **estratégias de reprodução econômica e social** e, assim, assegurar a manutenção dos produtores rurais que ainda permaneciam na atividade produtiva agropecuária no município de Junqueirópolis/SP. O estudo concluiu que o PAA tem alcançado pequenos proprietários rurais, embora estejam beneficiando, sobretudo, produtores com melhor grau socioeconômico e com maior inserção no mercados rurais.

Investigar as eficácias e os **impactos de iniciativas** voltadas para a segurança alimentar, tidas como principal instrumento dinamizador, foi o objeto de estudo dos autores Almeida, Ferrante, Paulillo e Bergamasco (2009). Um dos resultados apresentados pelos autores refere-se às características dos membros e das conexões da rede de capital social que se formou, demonstrando a elevada coesão social.

Já Lemos e Lima (2014) focaram em sua pesquisa a contribuição do PAA como fator de desenvolvimento local. Buscaram compreender a relação existente entre o PAA e o desenvolvimento local, visando analisar se o programa tinha contribuído na promoção do desenvolvimento da agricultura familiar. Os autores concluíram que apesar do PAA representar uma grande importância para o **desenvolvimento local**, as ações dessa política pública ainda são insuficientes para uma transformação significativa da economia e da sociedade local.

A pesquisa de Pérez (2011) concentrou-se em um estudo de aspectos ambientais, sociais e econômicos. O estudo investigou a configuração organizacional de uma rede de cooperativas, os benefícios alcançados pelos agricultores familiares, além de analisar a interpelação do segmento ao desenvolvimento sustentável.

Carneiro, Panhoca, Sampaio e Pacheco (2013) consideraram como positivos os resultados da política pública PAA, no sentido de apoiar **as dinâmicas locais**, fortalecendo os câmbios sociais, econômicos e de gestão das comunidades locais e dos agricultores familiares. Nesse mesmo sentido, Rissardo (2012) elencou fatores positivos do PAA, indicando que a política contribui para o aumento da oferta de alimentos saudáveis às populações em situação de insegurança alimentar e também para o desenvolvimento de meios associativos mais solidárias.

Holanda (2012) constatou que o PAA pode ser apresentado como uma ferramenta de desenvolvimento rural sustentável para os municípios isoladamente, sem interação entre os demais. Pontuou ainda que, apesar da contribuição do PAA para os agricultores familiares, o programa acusa fragilidades que precisam ser superadas, tais como: falta de mão de obra, de informação e treinamento sobre o programa.

Souza-Esquerdo e Bergamasco (2014) indicaram em sua pesquisa, que nos municípios estudados, ainda era pequena a participação dos agricultores no PAA. Dentre os fatores que podem explicar tal fato, ressaltaram a falta de informações aos agricultores sobre os programas, mas, sobretudo, o baixo valor passível de ser obtido por agricultor.

A política pública PAA apresenta resultados pouco perceptíveis e relativamente negativos. Uma desproporcionalidade na distribuição dos recursos do PAA para os Estados foi o motivo, apontado por Valnier (2011).

Dessa forma, em análise dos estudos que compuseram essa subseção, destacaram-se como principais resultados positivos do Programa de Aquisição de Alimentos, e que repercutem diretamente ou indiretamente na percepção de satisfação dos agricultores familiares, fatores como: valorização da agricultura familiar; incentivo à uma alimentação saudável para a população; apoio à sustentabilidade ambiental; melhoria de qualidade de vida dos agricultores familiares; e incentivo ao associativismo. Como fatores susceptíveis de melhorias: apoio à capacitação gerencial das associações e agricultores familiares; melhoria do preço de compra dos alimentos; equilíbrio da distribuição dos recursos do programa aos Estados; falta de conhecimento dos gestores públicos sobre o programa, dentre outros.

Nesse sentido, se faz importante a avaliação do grau de satisfação dos atores participantes das políticas públicas, visando investigar suas percepções e expectativas esperadas e alcançadas, com o programa público. Segundo o Programa de Gespública, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão [MPOG] (2013), as pesquisas de satisfação são relevantes na obtenção de informações sobre as expectativas, percepções de desempenho e preferências dos participantes de determinados projetos. A satisfação pode ser considerada um sentimento

de prazer ou desapontamento, resultante da comparação do desempenho esperado de um produto ou serviço, em relação às expectativas da pessoa (Kotler, 1998).

Quadro 03 – Consolidação dos Resultados dos Impactos do PAA, segundo Levantamento da Produção Científica (2005-2015)

Tipo	Autor e ano da Publicação	Título	Tipo do Estudo	Resultado dos Impactos	Principais impactos diretos ou indiretos nos agricultores familiares
1	Almeida <i>et al.</i> (2009)	Redes e programas de segurança alimentar no município de Araraquara-SP como instrumentos de desenvolvimento rural	Estudo de Caso	Pouco perceptível positivamente	Apesar das conexões da rede de capital social que se formaram (PAA), mostrando que há elevada coesão social, apresenta poucos atributos e reduzido impacto positivo, que precisam ser melhorados com pequenas intervenções de política pública.
1	Almeida; Ferrante; Paulillo (2010)	Rede de Segurança Alimentar de Forte Coesão Social, a partir do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Município de Araraquara-SP	Estudo de Caso	Positivo	Considerou que o PAA trouxe aspectos positivos para os agricultores, no entanto, verificou alguns entraves que necessitam de melhorias sobre a gestão do PAA, segundo os agricultores familiares.
1	Dias <i>et al.</i> (2013)	O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) como estratégia de inserção socioeconômica: o caso do Território da Cidadania Sertão do Apodi (RN)	Estudo de Caso	Positivo/Ne-gativo	Constatou a relação entre a existência de uma estrutura de organização dos agricultores familiares (cooperativas, associações etc.) com a diversificação da produção agrícola, e esta com o acesso ao PAA.
1	Carneiro <i>et al.</i> (2013)	Práticas de controle em empreendimentos solidários: estudo de caso a partir da perspectiva institucional	Estudo de Caso	Positivo	Observou que as políticas públicas de apoio à agricultura familiar possuem relevante peso nas dinâmicas locais e para os câmbios sociais, econômicos e de gestão, exercendo também papel de mecanismo coercitivo nos empreendimentos associativos.
1	Souza-Esquerdo; Bergamasco (2014)	Análise Sobre o Acesso aos Programas de Políticas Públicas da Agricultura Familiar nos Municípios do Circuito das Frutas (SP)	Estudo de Caso	Pouco perceptível positivamente	É pequena a participação dos agricultores familiares nos programas analisados. Dentre os fatores que puderam explicar tal fato, ressaltou-se a falta de informações aos agricultores sobre os programas e, sobretudo, o baixo valor passível de ser auferido por agricultor.
1	Simão; Silva; Silveira (2014)	Grau de Cobertura do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) junto aos Agricultores Familiares do Estado de Minas Gerais	Simulação /Modelagem em	Pouco perceptível positivamente	Constatou-se que a maioria dos recursos foi repassada a agricultores dos municípios de maior demanda das ações do programa e que o grau de cobertura total ainda se mostra incipiente, diante das necessidades das regiões demandantes.
1	Mota <i>et al.</i> (2014)	As Catadoras de Mangaba no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: um estudo de caso em Sergipe	Estudo de Caso	Positivo/Ne-gativo	Os principais resultados positivos mostraram que o PAA tem influenciado no aumento da renda, do consumo e da autoestima.
1	Cirino <i>et al.</i> (2014)	Gerenciamento de projetos vinculados ao Programa de Aquisição de Alimentos - Doação Simultânea em Minas Gerais	Estudo de Caso	Positivo/Ne-gativo	Pontos negativos: falta de informação e planejamento estratégico nas Associações/cooperativas proponente no PAA. Positivo: gestão dos projetos com uma pessoa exclusiva para o PAA

(continua)

Quadro 03 (continuação):

Tipo	Autor e ano da Publicação	Título	Tipo do Estudo	Resultado do Impactos	Principais impactos diretos ou indiretos nos agricultores familiares
1	Dias; Rocha (2015)	O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e seus efeitos nos municípios do Rio Grande do Norte - 2005 a 2011	Estudo de Caso	Positivo	As compras feitas pelo Governo Federal junto às cooperativas contribuíram significativamente para o crescimento do PIB <i>per capita</i> dos municípios.
1	Lemos, Lima (2014)	O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como política pública para a agricultura familiar e o desenvolvimento local	Estudo de Caso	Positivo/Negativo	Destacou que o PAA se constituiu como uma política pública importante para o fortalecimento da agricultura familiar e para o desenvolvimento local.
2	Carmo (2011)	Agricultura familiar e o programa de aquisição de alimentos em Cuiabá MT	Estudo de caso	Pouco perceptível negativamente	Apontou como impacto negativo que o PAA está sendo executado no Município de Cuiabá com algumas dificuldades e/ou imperfeições, devido à estrutura de governança responsável pela gestão do Programa, que atualmente é bastante precária.
2	Valmier (2011)	Programa de aquisição de alimento (PAA): uma análise comparativa nos estados de Rondônia e Acre	Estudo de caso	Pouco perceptível negativamente	Como aspecto negativo, destacou que, apesar de o aumento nos quantitativos de recursos e no número de agricultores familiares beneficiados, os recursos direcionados para os estados de Rondônia e Acre, comparados com os demais estados e regiões do país, foram ínfimos, considerando as características da agricultura familiar dos dois Estados.
2	Veloso (2011)	Políticas Públicas no município de Junqueirópolis (SP): PRONAF e PAA	Estudo de caso	Pouco perceptível negativamente	Destacou negativamente que, quanto à participação no PAA, apenas 34,29% dos produtores pesquisados afirmaram fazer parte do Programa.
2	Moal (2012)	Programa de aquisição de alimentos nos assentamentos rurais da reforma agrária – análise sob as lentes da multifuncionalidade da agricultura.	Teórico/Conceitual	Positivo	PAA na modalidade doação simultânea favoreceu dinâmicas agroalimentares, que levaram a um reconhecimento de múltiplas funções da agricultura familiar assentada do Pontal.
2	Holanda (2012)	Desenvolvimento rural sustentável: o caso do programa de aquisição de alimentos (PAA) no território da cidadania Vales do Curu e Aracatiçu-CE	Estudo de caso	Positivo/Negativo	Constatou que o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) pôde funcionar como uma ferramenta de desenvolvimento rural sustentável aos municípios isoladamente. Para o território não foi possível, devido à falta de interação entre os municípios.

(continua)

Quadro 03 (continuação):

Tipo	Autor e ano da Publicação	Título	Tipo do Estudo	Resultado do Impactos	Principais impactos diretos ou indiretos nos agricultores familiares
2	Paula (2012)	Políticas Públicas para agricultura familiar: uma avaliação sobre a correspondência do PAA e do PRONAF nos territórios da cidadania do Rio Grande do Norte - 2008 a 2010	Estudo de caso	Positivo/Negativo	As políticas PAA e PRONAF apresentaram uma associação direta, porém baixa, nos municípios dos Territórios da Cidadania. E, também, nos anos de 2008 e 2009, somente nos territórios do Mato Grande, Alto Oeste e Seridó, as ações do PAA e do PRONAF apresentaram correlações diretas e significativas.
2	Lemos (2012)	Políticas Públicas para a agricultura familiar: um estudo sobre o programa de aquisição de alimentos em Pernambuco na promoção do desenvolvimento local	Estudo de caso	Positivo/Negativo	Demonstrou em sua pesquisa que o Programa de Aquisição de Alimentos se constituiu como uma política pública importante para o fortalecimento da agricultura familiar.
2	Rossi (2012)	Programa de aquisição de alimentos (PAA) da agricultura familiar no município de São Carlos: impactos socioeconômicos nos agricultores familiares beneficiários	Estudo de caso	Positivo	Impactos positivos do programa em aspectos relacionados à condição de vida, uso do solo da propriedade, produção vegetal, comercialização dos produtos, renda agropecuária, associativismo, patrimônio familiar, investimentos na propriedade, acesso à extensão rural e informação, práticas agrícolas, gestão da qualidade dos produtos, entre outros.
2	Pérez (2011)	Agricultura familiar superando desafios em contextos concorrenciais: estudo de caso realizado na região Noroeste e Missões do estado do Rio Grande do Sul.	Estudo de caso	Positivo	Há evidências de que, na UNICOOPER, as estratégias são emergentes, possuem grande força competitiva e a estratégia genérica foi de diferenciação. A maioria das estratégias singulares surgiu e foi viabilizada em função do PAA.
2	Nascimento Neto (2012)	O programa de aquisição de alimentos PAA no município de Lagoa Seca PB: análise das transformações vivenciadas na agricultura familiar	Estudo de caso	Positivo/Negativo	Revelou que o PAA era legitimado entre as instituições de apoio e os agricultores. Contudo, a forma de execução apresentou algumas imperfeições.
2	Valeriano (2012)	Agricultura familiar e expansão da cana-de-açúcar sobre áreas de culturas anuais no estado de Goiás a partir da safra 2005/2-2006	Estudo de Caso	Positivo/Negativo	Identificou as principais mudanças ocorridas na vida dos agricultores após o programa, a importância da segurança alimentar, os pontos relevantes e alguns problemas desta política pública.
2	Rissardo (2012)	O PAA como instrumento mediador para o desenvolvimento local: o caso da CPR doação através do MMNEPA em Santa Maria do Pará	Survey	Positivo	Os resultados da implantação dos programas foram positivos, pois foi observado o aumento da renda dos agricultores, a garantia da comercialização e o equilíbrio financeiro das unidades produtivas.

Legendas: Tipo do estudo: 1 = artigo, 2 = dissertação.

Fonte: Adaptado de Nascimento, Silva, Johann e Basso (2015)

2.6 INDICADORES FUNDAMENTAIS PARA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

Como já ressaltado anteriormente, o processo de avaliação das políticas pública não possuiu um modelo ou procedimento rígido, devendo ser construído a partir de uma série de variáveis. Segundo Rua (2009) uma avaliação formal de políticas públicas não possui um método específico, podendo adotar um ou combinar vários, a serem selecionados de acordo com o foco da avaliação, a natureza do objeto avaliado, as restrições de tempo e custo.

No processo moderno de avaliação de políticas públicas, um de seus principais objetivos é a verificação da efetividade e transparência dos programas públicos. Como o PAA se trata de uma política pública nacional, optou-se por utilizar, como referência para desenvolvimento do MAS, o Modelo Lógico do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), no que couber. O IPEA (2010) indica que o modelo lógico busca configurar um desenho do funcionamento do programa, que seja factível em certas circunstâncias, para resolver os problemas identificados. Pode ser a base para um convincente relato do desempenho esperado, ressaltando onde está o problema objeto do programa e como este se qualifica para enfrentá-lo. O modelo lógico pode ser desenvolvido para implementação de novas políticas públicas, como também para avaliação de programas públicos em operacionalização. É nesse último caso que se enquadra a avaliação do PAA, considerando que o programa existe desde 2003.

Apresentam-se a seguir os procedimentos (conforme Anexo A) para elaboração de modelo lógico de programas existentes, conforme referência do IPEA, consistindo em três Etapas: Etapa I – coleta e análise das informações; Etapa II – pré-montagem do modelo lógico; Etapa III – validação do modelo lógico.

Etapa I – coleta e análise das informações:

a) Coleta de documentação. Verificação de toda a documentação relacionada à política pública como legislações, relatórios e demais documentos sobre a política pública;

b) entrevistas com integrantes da equipe gerencial. Os responsáveis pela construção do modelo lógico irão realizar entrevistas com os integrantes da equipe gerencial, para obter informações necessárias e sanar dúvidas e lacunas. Essas informações, adicionadas àquelas retiradas dos documentos coletados, serão sistematizadas em documento auxiliar para a pré-montagem do modelo lógico.

c) sistematização das informações coletadas. A análise dos documentos e das entrevistas realizadas deverá extrair as seguintes informações: problema que dá origem ao programa (descritores, se possível), causas e consequências do problema, objetivo do programa, público-alvo, recursos, ações, produtos, resultados e fatores relevantes do contexto.

Etapa II – Pré-Montagem do Modelo Lógico:

a) Explicação do problema e referências básicas (objetivo, público-alvo e beneficiários).

Explicita-se o problema e os descritores na situação inicial e, a seguir, inicia-se o processo de explicação do problema, identificando suas principais consequências.

b) Estruturação do programa para alcance de resultados. Tem como propósito definir as dimensões da pesquisa, definindo os tipos de avaliação, método e questões avaliadas.

c) Definição de fatores de contexto. Deverão ser verificados os fatores de contexto do programa, levantados durante a coleta de informações. Os fatores de contexto podem resultar em influência positiva ou negativa sobre a probabilidade de o programa atingir os resultados esperados.

Etapa III – Validação do Modelo Lógico:

a) Checagem dos componentes do modelo lógico. Validação pela equipe gerencial participante, no sentido de compartilhar possíveis ajustes.

b) Análise de vulnerabilidade. um momento importante de reflexão da equipe do programa, em relação a eventuais fragilidades nas ações propostas e que pode resultar tanto na reformulação da ação, quanto em sua estratégia de implementação.

3 MODELO PROPOSTO

Este capítulo teve como objetivo fundamentar o modelo proposto. Na primeira seção (3.1) apresentaram-se as ações realizadas para fundamentação do Modelo MAS. Já na segunda seção (3.2) foram detalhadas as 3 etapas para aplicação do Modelo.

Considerando que não foram localizados, nem na literatura e nem tampouco nos estudos científicos pesquisados, modelos representativos que abordassem diretamente a avaliação de satisfação dos agricultores familiares quanto aos aspectos operacionais e socioeconômicos do PAA, construiu-se uma metodologia, a partir dos elementos apresentados no referencial teórico (Agricultura familiar, políticas públicas, Programa de Aquisição de Alimentos, Cooperativismo e Experiências similares no Brasil), embasada nos pressupostos do Modelo Lógico do IPEA.

3.1 FUNDAMENTAÇÃO DO MODELO MAS

Utilizando-se das referências do Modelo Lógico do IPEA, realizaram-se as ações de fundamentação do Modelo MAS conforme segue.

Etapa I – coleta e análise das informações:

a) Coleta de documentação. Para a construção do MAS, a coleta da documentação foi realizada em sítios governamentais (legislações, decretos e resoluções) e institucionais – CONAB e MDS (histórico do PAA, volume de recursos, modalidades, participação dos produtores, entre outros). Além disso, considerando que o MAS verificou a eficiência da gestão das cooperativas ou associações, colheram-se, através da contadora da COAFASO, informações administrativas e contábeis da organização, onde foi testada a aplicabilidade do Modelo.

b) Entrevistas com integrantes da equipe gerencial. Essa ação não foi realizada com a equipe gerencial do PAA, considerando que a presente avaliação é externa, evitando a participação direta dos formatadores da política pública. No entanto, as lacunas e dúvidas sobre o programa foram sanadas por meio de documentação recolhida; consulta com especialista da área (Professor Universitário de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar); consulta com o Diretor de uma Cooperativa participante do PAA; e consulta com dois técnicos de Assistência Técnica e Extensão Rural.

c) Sistematização das informações coletadas. As informações coletadas, por meio dos diferentes processos, e relatadas nos capítulos anteriores, permitiram verificar a importância do PAA como política pública para o meio rural.

Etapa II – Pré-Montagem do Modelo Lógico:

a) Explicação do problema e referências básicas (objetivo, público-alvo e beneficiários). O problema cuida em analisar o grau de satisfação dos agricultores familiares quanto a alguns aspectos operacionais e socioeconômicos do PAA. Nesse sentido, **o modelo MAS teve como objetivos: conhecer os perfis dos agricultores familiares participantes do PAA; analisar o grau de satisfação desses agricultores em relação aos aspectos operacionais e socioeconômicos do PAA; e analisar o grau de satisfação em relação à gestão da cooperativa ou associação nas quais estão filiados.** Assim, o público-alvo do modelo MAS foram os agricultores familiares que participam do PAA, modalidade CDS, por meio das cooperativas ou associações. Os principais beneficiários do PAA são os próprios agricultores familiares e a população em situação de insegurança alimentar.

b) Estruturação do programa para alcance de resultados. Para alcançar resultados efetivos na aplicação do modelo MAS, primeiramente verificou-se que seria necessário traçar um perfil detalhado desses agricultores familiares participantes do PAA – modalidade *Compra com Doação Simultânea*. Isso se deve ao fato de a CONAB e os demais órgãos públicos (MDS e MDA) não possuírem dados significativos e detalhados em seus registros. Dessa forma, na Variável I – **Caracterização dos Agricultores Familiares participantes do PAA** – foi necessário considerar essa limitação de informações públicas, e, nesse sentido, foram orientados os indicadores, conforme apresentado no Quadro 4.

De maneira similar, apresenta-se no Quadro 4 os indicadores indispensáveis para analisar a satisfação dos agricultores familiares referente a Variável II – **Satisfação dos agricultores familiares em relação ao PAA** e a Variável III - **Satisfação em relação à gestão da cooperativa ou associação** nas quais estão filiados.

Quadro 04 – Variáveis e Categorias de Construção dos Indicadores do MAS

Variáveis	Categorias	Indicadores
I - Caracterização dos Agricultores Familiares participantes do PAA	Perfil dos agricultores familiares	<ol style="list-style-type: none"> 1. Dados sobre a atividade rural, propriedade, número de membros da família 2. Motivo da participação no PAA 3. Filiação junto às cooperativas ou associações 4. Relacionamento com as cooperativas e unidades recebedoras 5. Início na participação do PAA e quantidade de modalidade que participam 6. Predisposição para produção de orgânicos 7. Êxito na entrega dos produtos do PAA 8. Principal dificuldade para participar no PAA 9. Impactos dos PAA sobre a produção e comercialização
II - Satisfação dos agricultores familiares em relação ao PAA	Informação e capacitação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apoio das ATER 2. Apoio dos órgãos públicos 3. Apoio pelo operador do PAA
	Grupos prioritários do PAA	<ol style="list-style-type: none"> 1. Percepção sobre os grupos prioritários definidos pelo MDS 2. Percepção sobre a prioridade dada pelo PAA aos produtores de orgânicos e mulheres
	Documentação exigida pelo PAA	<ol style="list-style-type: none"> 1. Exigências para a DAP 2. Exigências para o PAA 3. Condições e obrigações do Termo de compromisso
	Questões operacionais do PAA	<ol style="list-style-type: none"> 1. Qualidade dos produtos entregues 2. Características dos produtos solicitados pela CONAB 3. Ajuda para o transporte e embalagens
	Aspectos financeiros do PAA	<ol style="list-style-type: none"> 1. Preços recebidos pelos produtos 2. Impacto do PAA sobre a renda 3. Relação preço recebido com o custo de produção

(continua)

Quadro 04 (continuação):

Variáveis	Categorias	Indicadores
II - Satisfação dos agricultores familiares em relação ao PAA	Os efeitos do PAA na produção	<ol style="list-style-type: none"> 1. Efeitos na compra de bens móveis 2. Efeitos no aumento e diversificação da produção 3. Efeitos na utilização de novas tecnologias
	Os efeitos sociais do PAA	<ol style="list-style-type: none"> 1. Efeitos na compra de bens duráveis 2. Efeitos na vida escolar dos filhos dos agricultores familiares 3. Percepção com a segurança alimentar 4. Percepção sobre a Política Pública PAA
III - Satisfação em relação à gestão da cooperativa ou associação nas quais estão filiados.	Aspectos da gestão da Cooperativa ou Associação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Grau de participação da proposta do PAA 2. Procedimentos dos PAA repassados pela Cooperativa ou Associação 3. Apoio operacional da Cooperativa ou Associação 4. Grau de oportunidade dada aos cooperados 5. Atendimento e resolução de conflitos dos cooperados 6. Grau de participação nas assembleias gerais 7. Estratégias adotadas pela cooperativa ou associação para celebração de parcerias 8. Transparências das informações e canais de reclamações

Fonte: Elaborado pelo Autor (2015)

Compreender a percepção dos agricultores sobre as questões operacionais do PAA e o seu grau de satisfação quanto aos resultados socioeconômicos, propiciados pela política pública, é fundamental para redirecionar algumas ações, caso seja necessário. Além disso, considerando que na modalidade de CDS-CONAB os agricultores familiares só podem entregar seus produtos através de uma cooperativa – de maneira análoga à variável anterior –, é importante verificar o grau de satisfação dos filiados quanto à gestão da organização, pois conflitos entre cooperativa e filiados podem impactar indiretamente no funcionamento do PAA.

c) *Definição de fatores de contexto.* Na definição das causas e consequências que podem impactar nos resultados do PAA, é necessário avaliar principalmente as variáveis econômicas e políticas do país, dado que o PAA é uma espécie de mercado institucional, atuando na compra de produtos da agricultura familiar. Em se tratando de um mercado institucional, esse é afetado pela oferta e demanda de produtos, ocasionando, por exemplo, a oscilação dos preços pagos aos produtores. Além disso, considerando que o PAA é uma política de governo, o mesmo pode ser afetado por decisões políticas e orçamentárias, isto é, o governo poderia interpretar o PAA como uma política pública não prioritária.

Etapa III – Validação do Modelo Lógico:

a) *Checagem dos componentes do modelo lógico.* Nesta ação, considerando que o modelo lógico proposto se trata de uma avaliação externa e de uma pesquisa acadêmica, os componentes do Modelo MAS foram checados pelo pesquisador e seus orientadores do estudo.

b) *Análise de vulnerabilidade.* Na construção do modelo lógico, foram observadas as possíveis fragilidades do modelo de avaliação, a fim de eliminá-las. Portanto, optou-se pela supressão da variável ambiental, pois no levantamento da produção científica foi verificado que as possíveis vulnerabilidades do PAA poderiam estar mais relacionadas às questões operacionais e socioeconômicas. Considerando que poucos estudos abordaram uma relação entre a variável ambiental e o PAA, quiçá trabalhos futuros poderão investigar a referida inter-relação.

O MAS é um modelo de avaliação externa, pois é realizado por pesquisadores que não participaram das fases anteriores da Política Pública. Possui caráter de avaliação formativa, considerando que o foco é fornecer informações para melhorar o objeto da política, contribuindo para o processo de aprendizagem sobre o assunto. O MAS tem como conteúdo de avaliação os impactos e resultados da política pública, pois seu principal objetivo é verificar o grau de satisfação de alguns dos atores participante do programa. Por fim, o Modelo proposto, em relação à execução do programa, tem característica de avaliação intermediária, dado que ocorrerá durante a implementação, tendo como objetivo a realização de uma análise crítica dos dados coletados sobre

o programa como um todo e a medição da forma como os objetivos estão sendo alcançados. A caracterização do Modelo MAS, em relação ao Modelo de Classificação de Avaliações de Políticas Públicas (Dias & Matos, 2012), pode ser visualizada na Figura 9.

Figura 09 – Caracterização dos Tipos de Avaliação do Modelo MAS

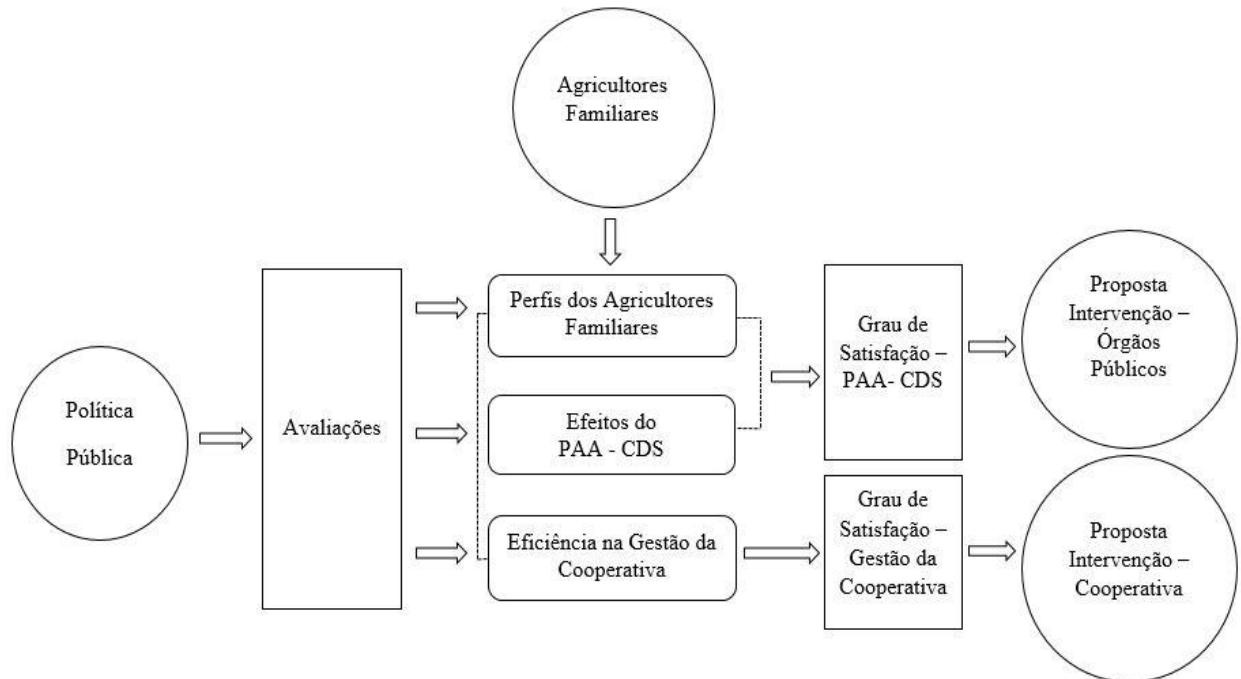


Fonte: Adaptado de Dias e Matos (2012, p. 98)

Dessa forma, o modelo de avaliação externa proposto, preencheu uma lacuna existente quanto à análise da satisfação dos agricultores familiares, que envolvessem consistentes aspectos operacionais e socioeconômicos. Por meio do levantamento da produção científica, constatou-se que as avaliações externas realizadas concentraram-se apenas em realidades locais, não havendo, nesses modelos, a preocupação de uma possível replicação a outras regiões do Brasil.

O modelo foi concebido a partir de três variáveis principais, que visaram identificar a percepção dos agricultores familiares: perfis dos agricultores familiares; grau de satisfação sobre os efeitos do PAA – CDS; grau de satisfação sobre a eficiência da cooperativa ou associação (Figura 10).

Figura 10 – Concepção do MAS



Fonte: Elaborado pelo Autor (2015)

3.2 ETAPAS DE APLICAÇÃO DO MAS

Nesta subseção são indicadas as três etapas estabelecidas para a aplicação do MAS.

Etapa I – Definição da organização onde será aplicado o Modelo de Avaliação da Satisfação (MAS) dos agricultores familiares

Nesta etapa deve ser selecionada uma Organização (Cooperativa ou Associação) fornecedora de Produtos do PAA, considerando que, na Modalidade de Compra com Doação Simultânea (CDS-CONAB), as entregas dos Produtos só podem ocorrer por meio de uma Organização, ou seja, individualmente, é vedado aos agricultores familiares realizarem a entrega dos produtos às unidades receptoras. Recomenda-se, portanto, incluir na população todos os agricultores familiares que participaram de algum projeto do PAA-CDS, independentemente do ano, no intuito de se alcançar uma população significativa e, assim, permitir uma amostra coerente e válida estatisticamente.

Este modelo proposto não limita a forma de se alcançar a amostra a ser investigada, devendo o pesquisador analisar as características gerais de sua população, região e forma de

acessibilidade dos dados, calculando sua amostra segundo o tipo mais apropriado a partir da literatura.

Etapa II – Aplicação do Instrumento de Pesquisa, tabulação e discussão dos resultados dos dados

Para a construção do instrumento, utiliza-se a estrutura composta por questões associadas a uma escala do tipo Likert. De acordo com Malhotra (2001), a escala Likert constitui-se em uma escala de medida com cinco ou sete categorias de respostas que podem variar de “discordo totalmente” a “concordo totalmente”. A escala adotada pelo estudo correspondeu a “0 = Muito Insatisfeito”; “1 = Insatisfeito”; “2 = Indeciso/Neutro”; “3 = Satisfeito”; “4 = Muito Satisfeito”.

As questões são subdivididas em três conjuntos de questões: Variável I – Perfil; Variável II – Avaliação do PAA; e Variável III – Avaliação da Gestão das Cooperativas. A escala de pontos foi escolhida devido à possibilidade de sua transformação em escala somada e por permitir a obtenção de escores de pontuação. O formulário de pesquisa é apresentado no Apêndice A. O instrumento foi desenvolvido a partir dos indicadores elencados no Quadro 4. Ressalta-se que a Variável I não possui perguntas em escalas, pois se trata de questões com respostas semiestruturadas, visto que se busca conhecer seus perfis. Assim, a tabulação e a escala de Likert serão utilizadas apenas nas Variáveis II e III.

Após a aplicação do instrumento, os dados deverão ser tabulados utilizando o Quadro 5, onde as questões são calculadas, multiplicando-se o número de vezes de cada resposta **(a)** pela respectiva pontuação (pesos) a ela atribuída **(b)**. Todos estes resultados são somados **(c)** e, em seguida, divididos pelo número de questões relacionadas à satisfação dos agricultores familiares **(d)**, conforme a proposta metodológica apresentada por Bertolini (2004).

Quadro 05 – Alocação de Pesos e Elaboração do Grau de Satisfação dos Agricultores Familiares

(a) N° Respostas	(b) Pesos	(a X b) Resultado
A	4	
B	3	
C	2	
D	1	
E	0	
(c) Soma dos Resultados (d) N° de questões (e = c / d) Resultado		

Fonte: Adaptado de Bertolini (2004, p.76)

Como já detalhado, a **Variável I** do instrumento de pesquisa é composta de questões que não são contempladas nas bases de dados dos órgãos executores da política pública. Dessa forma,

esses conjuntos de indagações permitem, junto aos demais conjuntos, entender quais são as possíveis potencialidades e gargalos do programa.

Na **Variável II** do instrumento de pesquisa, o foco foi verificar o grau de satisfação dos agricultores familiares, considerando as diversas dimensões da Política Pública, quais sejam: operacionais e/ou socioeconômicas. Para viabilizar os cálculos de mensuração dos indicadores dessa Variável, foi utilizada a Classificação do Grau de Satisfação em Relação ao PAA-CDS (Quadro 6), definida a partir das Escalas Likert, as quais requerem que o entrevistado indique seu grau de concordância ou discordância a declarações relativas ao que se quer medir. As escalas de classificação obedecem a intervalos de 0,7 pontos e são coloridas para facilitar a visualização dos resultados de acordo com a pontuação: entre 3,3 e 4,0, verde; entre 2,5 e 3,2, azul; entre 1,7 e 2,4, amarelo; entre 0,9 e 1,6, laranja; e até 0,8, vermelho.

Quadro 06 – Classificação do Grau de Satisfação em Relação ao PAA-CDS

Grau de satisfação em relação ao PAA	Valores
A) Está altamente satisfeito	Entre 3,3 e 4,0
B) Está satisfeito	Entre 2,5 e 3,2
C) Está indeciso sobre os efeitos do PAA	Entre 1,7 e 2,4
D) Está insatisfeito	Entre 0,9 e 1,6
E) Está altamente insatisfeito	Até 0,8

Fonte: Adaptado de Brandalise (2008, p. 192)

Na **variável III** do instrumento de pesquisa, o foco é verificar o grau de satisfação dos agricultores familiares em relação à forma da gestão da Cooperativa. De forma análoga ao procedimento executado para a variável 2, para os cálculos de mensuração dos indicadores desse conjunto, utiliza-se a Classificação do Grau de Satisfação (Quadro 7), definida a partir das Escalas Likert, as quais requerem que o entrevistado indique seu grau de concordância ou discordância a declarações relativas ao que se quer medir.

Quadro 07 – Classificação do Grau de Satisfação em Relação à Gestão da Cooperativa

Grau de satisfação em relação à Gestão da Cooperativa	Valores
A) Está altamente satisfeito	Entre 3,3 e 4,0
B) Está satisfeito	Entre 2,5 e 3,2
C) Está indeciso sobre a eficiência da Gestão da Cooperativa	Entre 1,7 e 2,4
D) Está insatisfeito	Entre 0,9 e 1,6
E) Está altamente insatisfeito	Até 0,8

Fonte: Adaptado de Brandalise (2008, p. 192)

Nesta Etapa II, a apresentação dos dados foi discutida junto aos resultados, evidenciando os possíveis efeitos negativos e positivos do PAA-CDS, segundo a percepção e satisfação dos agricultores familiares, bem como de seus *feedbacks* referentes à forma de gestão da Cooperativa.

Etapa III – Proposta de Intervenção na Política Pública

Realizar uma proposta de melhorias e de intervenção junto aos órgãos responsáveis pelo Programa PAA, além de propor ações de aperfeiçoamento na gestão da Cooperativa, se for o caso.

4 MÉTODO E TÉCNICAS DE PESQUISA DA PRODUÇÃO TÉCNICA

Neste capítulo são apresentados os detalhamentos sobre a metodologia que deu suporte a este estudo, incluindo o delineamento da pesquisa, o tipo, o universo, amostra, seleção dos sujeitos, e ainda a forma de coleta de dados e o seu tratamento. Também se elencam as limitações do método escolhido.

4.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Vergara (2007) explicou que há várias taxonomias de tipos de pesquisa. A autora propôs dois critérios básicos para a classificação da metodologia de pesquisa: quanto aos fins e quanto aos meios. Quanto aos fins, uma pesquisa pode ser: exploratória, descritiva, explicativa, metodológica, aplicada e intervencionista. Já quanto aos meios, uma pesquisa pode ser: pesquisa de campo, de laboratório, pesquisa telematizada, documental, bibliográfica, experimental, *ex post facto*, participante, pesquisa-ação e estudo de caso.

As diferentes tipologias de pesquisa não são excludentes, havendo a possibilidade de uma pesquisa ser, por exemplo, ao mesmo tempo bibliográfica, documental, de campo e estudo de caso. Nesse sentido, considerando que há diferentes maneiras de classificar metodologicamente uma pesquisa, optou-se por seguir a taxionomia de Vergara (2007).

Quanto aos fins, a pesquisa foi **descritiva e explicativa**. A pesquisa descritiva expõe características de determinada população, podendo estabelecer correlações entre variáveis e, apesar de não ter o compromisso de explicar fenômenos, serve de base para explicar esses fatos. Já a pesquisa explicativa tem como objetivo esclarecer quais fatores contribuem, de alguma forma, para a ocorrência de determinado fenômeno (Vergara, 2007). Assim, a pesquisa teve caráter descritivo, considerando que se avaliaram percepções, expectativas e grau de satisfação dos agricultores familiares em relação a uma política pública. Possui caráter explicativo, pois visou explicar a razão dos fenômenos, isto é, o desenvolvimento de um Modelo de Avaliação de Satisfação, capaz de verificar os efeitos de determinadas variáveis, através da aplicação do Modelo.

Quanto aos meios, a pesquisa foi **bibliográfica, documental, de campo e estudo de caso**. Bibliográfica, pois se analisaram diversos materiais como livros, artigos, dissertações, teses, leis, decretos e resoluções, visando à fundamentação teórica do tema. A pesquisa também foi documental, porque utilizou-se de relatórios e documentos de trabalhos internos da Cooperativa

COAFASO. A pesquisa foi de campo, porque coletou dados primários junto aos agricultores familiares participantes do PAA-CDS. Por fim, possuiu caráter de estudo de caso, considerando que se investigou em profundidade uma determinada população.

4.2 UNIVERSO, AMOSTRA E SUJEITOS

Nesta pesquisa foi utilizada uma avaliação censitária das informações, pois o levantamento envolveu todas as unidades da população estudada (Lakatos & Marconi, 2006).

Os sujeitos desta pesquisa eram agricultores familiares da região Oeste do Paraná associados à COAFASO (local onde se testou o Modelo MAS), fornecedores de alimentos do Programa de Aquisição de Alimentos, modalidade de Compra com Doação Simultânea.

Constatou-se que os agricultores familiares associados da COAFASO (incluindo matriz e filiais), participaram do PAA-CDS, entre o período de 2012 e 2014, sendo contemplados com as seguintes propostas: a) ano de 2012, por meio da Matriz de Foz do Iguaçu, com a participação de 69 produtores; b) ano de 2012, por meio da filial de Medianeira, com a participação de 69 produtores e; c) ano de 2014, por meio da filial de Missal, com 60 produtores.

Em consulta ao presidente da COAFASO e a alguns especialistas da área, foi questionado se havia diferenças significativas em relação aos perfis dos agricultores, que participaram das três propostas, pois em cada uma delas os produtores familiares foram diferentes. Foi informado que os perfis são os mesmos, pois a grande maioria dos requisitos já são pré-estabelecidos pelo próprio PAA. O que diferenciou uma proposta em relação à outra foram os tipos e quantidades de produtos entregues ao PAA. Essas informações também puderam ser confirmadas, analisando os arquivos das três diferentes propostas do PAA.

Sendo assim, optou-se por considerar **uma avaliação censitária com os 69 produtores de Foz do Iguaçu**, que participaram da proposta de 2012, pois se observou que possuem as mesmas características gerais dos demais produtores.

4.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Em relação à coleta de dados, os procedimentos ocorreram em três etapas. A **primeira etapa** consistiu no levantamento de informações correlatas ao tema, através de livros, artigos, dissertações, teses, legislações, dentre outros. Verificaram-se os conceitos, tipos e etapas das políticas públicas, bem como o histórico das políticas públicas direcionadas à agricultura familiar.

Na **segunda etapa** realizou-se o levantamento de informações gerais sobre os dados do PAA, entre o período de 2003 e 2014, examinando sua evolução, montante de recursos financeiros, modalidades mais utilizadas pelos agricultores familiares e quantidade de produtos adquiridos. Isso permitiu o embasamento necessário para constatar que a Modalidade de Compra com Doação Simultânea era a que mais envolvia recursos financeiros, como destacado nas Figuras 7 e 8. Esses foram os pressupostos que estimularam a construção do Modelo de Avaliação de Satisfação dos agricultores familiares, proposto neste estudo.

Na **terceira etapa**, a obtenção de dados deu-se, por meio de formulários de coleta de dados semiestruturados (conforme Apêndice A), à cooperativa escolhida para aplicação do Modelo MAS, cujo objetivo foi investigar o grau de satisfação dos agricultores familiares em relação à política pública PAA-CDS.

Ressalta-se que, no formulário para a elaboração das questões da Variável III (Grau de Satisfação em Relação à Gestão da Cooperativa ou Associação), contou-se como referência o questionário de Lopes e Basso (2012).

4.4 PROCEDIMENTOS E ANÁLISE DE DADOS

Com o objetivo de constatar a aplicabilidade do Modelo MAS, a partir das respostas alcançadas com os formulários, realizaram-se as três etapas estabelecidas pela metodologia, conforme detalhadas na seção 3.2

Na **Etapa I**, realizou-se uma análise unidimensional das questões da Variável I – caracterização dos agricultores familiares participantes do PAA, buscando alcançar possíveis inferências que auxiliassem nas sugestões de intervenções, bem como constatar a viabilidade do Modelo MAS.

Na **Etapa II**, o objetivo foi determinar o grau de satisfação desses agricultores familiares em relação ao PAA e em relação à gestão da Cooperativa ou Associação, às quais estão associados.

Para tanto, os dados foram tabulados e classificados segundo os critérios do modelo. A cada conjunto de análises, as respostas mais assinaladas foram exploradas e discutidas.

Foram feitas também análises do tipo bidimensional, na qual se cruzaram os dados do formulário, utilizando testes de independência. Considerando que não foi possível realizar testes de independência quando houve valores nulos em quaisquer das variáveis, foi necessário juntar classes adjacentes, conforme procedimentos detalhados no Quadro 8. Tais análises permitiram determinar as possíveis associações entre as respostas dos agricultores familiares.

Para a realização operacional da análise unidimensional, sugere-se a utilização do aplicativo *Excel* da *Microsoft*, fazendo-se uso da tabela dinâmica. Já para a análise bidimensional, uma vez obtidas as tabelas dinâmicas, utilizar o aplicativo *Action*, através do menu “suplemento” do *Excel*. Segundo a Consultoria Estatística e Qualidade (2015), o *Action* é um *software* de estatística, que trabalha junto com o *Excel* de forma integrada. O *software* permite a realização, de maneira mais automática, de várias análises estatísticas.

Por fim, na **Etapa III**, foram propostas as possíveis intervenções de melhoria na política pública e na gestão das cooperativas ou associações.

Quadro 08 – Tratamento dos Valores das Classes Adjacentes das Questões do Formulário de Pesquisa (Apêndice A)

QUESTÕES (Q)	ANÁLISE	TRATAMENTO DAS CLASSES ADJACENTES
(Q4*XQ14)	Relação entre a experiência e o êxito na entrega dos produtos	Juntaram-se os valores da classe “c. Sim, pois não aceitaram a troca” aos da classe “b. Sim, mas troquei por outros produtos”.
(Q10XQ31)	Relação entre o número de participação por modalidade (cooperativa e individual) e o nível de satisfação ou insatisfação quanto ao preço	Juntaram-se os valores da classe “c. Indecisos/Neutros” aos da classe “d. Insatisfeitos” e os valores da classe “e. Muito Insatisfeito” aos da classe “Insatisfeito”, e ainda, os valores da Classe “a. Muito satisfeitos” aos da classe “b. Satisfeito”.
(Q8*XQ45)	Relação quanto ao período da filiação (antes ou depois do PAA) dos associados, quanto ao nível de satisfação ou insatisfação e também sua participação na cooperativa	Juntaram-se os valores da classe “d. Insatisfeitos” aos da classe “Indeciso/Neutro” e os valores da Classe “a. Muito satisfeitos” aos da classe “b. Satisfeito”.
(Q5X32)	Relação entre a mão de obra familiar e o nível de satisfação ou insatisfação quanto ao aumento da renda	Juntaram-se os valores da classe “c. Indecisos/Neutros” aos da classe “d. Insatisfeitos”; os valores da Classe “a. Muito satisfeitos” aos da classe “b. Satisfeito”, e os valores da classe “c. Acima de 5” aos da classe “b. 3 a 4”.
(Q45X14)	Relação entre a satisfação ou insatisfação na participação na cooperativa e o êxito na entrega dos produtos	Juntaram-se os valores da classe “c. Indecisos/Neutros” aos da classe “d. Insatisfeitos” e os valores da Classe “a. Muito satisfeitos” aos da classe “b. Satisfeito”.
(Q41X38)	Relação entre o nível de satisfação ou insatisfação com o PAA e o nível de satisfação ou insatisfação com a compra de bens duráveis	Juntaram-se os valores da classe “c. Indecisos/Neutros” aos da classe “d. Insatisfeitos”.
(Q41X31)	Relação entre o nível de satisfação ou insatisfação com o PAA e o nível de satisfação ou insatisfação com os preços pagos pelos produtos	Juntaram-se, referente a questão 31, os valores da classe “e. Muito Insatisfeito” aos da classe “d. Insatisfeito” e dividiram-se os valores da classe “c. Indeciso/Neutro” entre os da classe “d. Insatisfeito” e da classe “b. Satisfeito”. E ainda, se juntaram os valores de “a. Muito satisfeitos” à classe “b. Satisfeito”.
(Q41X43)	Relação entre o nível de satisfação ou insatisfação com o PAA e o nível de satisfação ou insatisfação com a assistência da cooperativa sobre os procedimentos do PAA	Dividiram-se, referente a questão 43, os valores da classe “c. Indeciso/Neutro” entre a classe “d. Insatisfeito” e a classe “b. Satisfeito”. E ainda, se juntaram os valores de “a. Muito satisfeitos” à classe “b. Satisfeito”.
(Q41X46)	Relação entre o nível de satisfação ou insatisfação com o PAA e o nível de satisfação ou insatisfação com o atendimento recebido da Cooperativa	Dividiram-se, referente a questão 46, os valores da classe “c. Indeciso/Neutro” entre a classe “d. Insatisfeito” e a classe “b. Satisfeito”. E ainda se juntaram os valores da “a. Muito satisfeitos” à classe “b. Satisfeito”.

Fonte: Elaborado pelo autor (2015)

Nota: (*) Questões n.º 4 e 8 obtiveram 56 dados. Um dos agricultores não respondeu.

4.5 LIMITAÇÕES DOS MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

Considerou-se que o presente método teve duas limitações. A primeira referiu-se à dificuldade logística de se obter resposta de toda a população definida, pois existia a possibilidade de ir até a propriedade do agricultor e ele estar ocupado, ou solicitar que retorne em outro momento, ou se negar a responder. Ressalta-se que se verificou junto à COAFASO, CONAB e MDS, que não haveria, até o final do ano de 2015, nenhum evento que reunisse todos os agricultores avaliados em um mesmo local. Assim, foi necessário dirigir-se às propriedades dos 69 agricultores familiares, os quais estavam distribuídos por toda região rural do município de Foz do Iguaçu e limítrofes, como Santa Terezinha e São Miguel do Iguaçu. Por fim, conseguiu-se fazer o levantamento de 57 de um total de 69 agricultores familiares. Alguns agricultores não foram localizados e outros optaram por não participar da pesquisa.

A segunda limitação referiu-se à forma da coleta dos dados. Considerando o perfil da população estudada – agricultores familiares com pouco nível de escolaridade e com certa dificuldade de leitura –, optou-se pela realização da coleta por meio de entrevista, tendo como referência o Formulário de Pesquisa, contendo questões fechadas. Consequentemente, foram os próprios entrevistadores que realizaram as anotações das respostas dos produtores, com base em seus comentários. Nesse sentido, por mais que os entrevistados solicitassem aos agricultores objetividade nas respostas, alguns realizavam relatos e, a partir desses relatos, os entrevistadores assinalavam as respostas mais coerentes. Dessa forma, existe a possibilidade de certa interferência por parte dos entrevistadores, ocasionando algum viés em algumas respostas do Formulário de pesquisa.

5 CONTEXTO DA SITUAÇÃO PROBLEMA

Neste capítulo apresenta-se a vinculação entre a problemática de pesquisa e a demanda apresentada pela organização escolhida para testar o Modelo MAS. Assim sendo, na seção (5.1) é apresentada a caracterização da COAFASO.

Como já mencionado, a presente pesquisa teve duas perspectivas de análises. A primeira tratou-se da avaliação da política pública PAA, através do Modelo MAS, no intuito de verificar o grau de satisfação dos fornecedores (agricultores familiares) dos produtos desse programa. Sob essa ótica, o objetivo foi confirmar a hipótese em relação a algumas fraquezas apresentadas pelo PAA, indicadas pelos agricultores em outros estudos, e na entrevista informal, realizada com o presidente da COAFASO. Essas fraquezas estavam relacionadas principalmente ao preço pago pelos produtos, ao baixo limite de entrega de cada produtor e à falta de apoio para capacitação dos agricultores familiares. Assim, essa primeira análise teve como finalidade contribuir com melhorias na política pública, repassando para a CONAB e o MDS os principais aspectos detectados, a partir das análises sobre a aplicação do Modelo MAS.

A segunda perspectiva de análise dessa pesquisa referiu-se à avaliação do grau de satisfação dos agricultores familiares associados da COAFASO, em relação à efetividade da gestão da organização.

5.1 CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO ONDE FOI APLICADO O MODELO MAS

Os dados apresentados nesta seção foram obtidos através do Escritório de Contabilidade da COAFASO. A Cooperativa da Agricultura Familiar e Solidária do Oeste do Paraná (COAFASO) nasceu de uma ampla discussão entre agricultores da região do extremo Oeste do Paraná, organizados em Associações. Esses produtores sentiram a necessidade de organizarem melhor a sua produção e ampliar e legalizar a sua comercialização. No início, decidiram estudar a criação de uma cooperativa em cada Município. Após estudos mais detalhados entre esses empreendedores, optou-se por criar uma única cooperativa, que abrangesse todas estas associações, dentro da microrregião.

A COAFASO foi fundada no dia 18 de outubro do ano de 2011, com sede na cidade de Foz do Iguaçu, região Oeste do Paraná, com área de ação em todo o estado do Paraná. Tem como objetivos estimular a produção, a recepção, a armazenagem e a comercialização de produtos, oriundos da agricultura familiar de seus associados ou de terceiros. A cooperativa vem atuando

nestes segmentos de mercado em sua área de ação e, portanto, em mercados convencionais locais, no varejo – através de três lojas próprias de venda, localizadas em Foz do Iguaçu, Medianeira e Missal –, e em mercados institucionais em quatro municípios de sua área de atuação – Foz do Iguaçu, Medianeira, Missal e Santa Terezinha de Itaipu. Assim, ademais da realização da comercialização em canais convencionais (lojas próprias e feiras itinerantes), a COAFASO participa do PNAE e PAA. Os principais produtos da organização são frutas, verduras, panificados, mel, bebidas e sucos e demais produtos coloniais.

A COAFASO possui na atualidade 340 cooperados filiados. Eles adquirem uma cota da cooperativa, no valor de R\$ 100,00, que lhes dá direito de participar nas decisões da organização. Para cada projeto da COAFASO, há despesas operacionais inerentes à sua execução, que são compartilhadas entre os cooperados. Quanto ao faturamento, a receita operacional bruta da cooperativa está na faixa de 2 a 3 milhões de reais anuais (ano-base: 2015).

6 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo tem como objetivo testar a aplicabilidade do modelo proposto, conforme etapas detalhadas na subseção (3.2). Visando verificar a pertinência para a prática nas políticas públicas, foi necessário aplicar o modelo proposto para a análise dos pontos fortes e as limitações do modelo. O capítulo está subdividido em 2 seções: **a primeira** apresenta a aplicação do modelo, os resultados, análises e propostas de intervenção. **A segunda seção** evidencia a avaliação do modelo proposto.

6.1 APLICAÇÃO DO MODELO PROPOSTO

Com o objetivo de demonstrar a aplicabilidade do modelo proposto, organizou-se esta seção conforme as etapas descritas no seu detalhamento (3.2). Na **primeira etapa** definiu-se a cooperativa ou associação onde foi aplicado o Modelo MAS. Posteriormente, foi determinada a população e, em seguida, delimitou-se a amostra. Por meio do Formulário de Pesquisa, na **segunda etapa** identificou-se o perfil dos agricultores familiares e, ao mesmo tempo, foi determinado o grau de satisfação desses agricultores familiares, em relação ao PAA e à gestão da Cooperativa onde estão filiados. Ainda nesta etapa, foram analisados e discutidos os dados, bem como suas associações e possíveis implicações. Por fim, na **terceira etapa** foram propostas as possíveis melhorias na política pública e na gestão da cooperativa.

6.1.1 Etapa I – Definição da organização para a aplicação do Modelo MAS

A primeira etapa do modelo proposto teve como objetivo encontrar uma organização (cooperativa ou associação), para que o modelo pudesse ser aplicado. Como já demonstrado, (Capítulo 4) a COAFASO possuía o perfil adequado para a verificação da aplicabilidade.

Para verificar se o instrumento de coleta de dados apresentava fidedignidade, validade e operatividade, realizou-se um pré-teste, com a aplicação de 5 questionários, visando identificar possíveis ambiguidades e dificuldade de interpretação, considerando o perfil dos agricultores familiares. Verificou-se, na região investigada, que a Emater não faz um atendimento periódico aos agricultores familiares. Então, optou-se por substituí-la pela sigla ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural, pois há Organizações não Governamentais que desempenham atividades junto

aos agricultores familiares na região de Foz do Iguaçu/PR. Por outro lado, considerando que o foco do modelo são os aspectos operacionais e socioeconômicos, optou-se por delimitar as perguntas a esses dois aspectos, deixando de mencionar os aspectos diretos da sustentabilidade ambiental e dos impactos ambientais.

6.1.2 Etapa II – Aplicação do instrumento de pesquisa, tabulação e discussão dos resultados dos dados

O formulário de pesquisa, cujo modelo encontra-se no Apêndice A desta dissertação, foi aplicado durante os meses de agosto e setembro de 2015, de maneira censitária, a 69 agricultores familiares filiados à COAFASO, pertencentes ao município de Foz do Iguaçu e regiões limítrofes.

6.1.2.1 VARIÁVEL I – Caracterização dos agricultores familiares participantes do PAA

Os dados relativos às questões da **Variável I - Caracterização dos agricultores familiares participantes do PAA** (questões 01 a 18) caracterizaram os agricultores familiares, em relação aos seguintes indicadores: dados sobre a atividade rural, a propriedade, o número de membros da família; motivo da participação no PAA; filiação junto às cooperativas; relacionamento com as cooperativas e unidades receptoras; início da participação no PAA e quantidade de modalidades que participam; predisposição para a produção de orgânicos; êxito na entrega dos produtos do PAA; principal dificuldade para participar no PAA; e impactos do PAA sobre a produção e a comercialização.

Dentre as respostas alcançadas, observou-se que a maioria dos agricultores familiares residiam no município há mais de 11 anos, correspondendo a 57,9% (Tabela 01). Isso pode significar uma oportunidade de potencialização de relacionamento entre os próprios agricultores familiares, bem como na parceria destes agricultores familiares com as demais organizações relacionadas com o PAA – como a prefeitura, ATER e cooperativas.

Tabela 01 – Quantidade de Anos que Mora no Município

Anos	Número de Agricultores	Proporção (%)
1 a 5	7	12,3
6 a 10	17	29,8
Acima de 11	33	57,9
Total	57	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2015

Quanto à experiência dos agricultores familiares no meio rural, a maioria relatou possuir mais de 11 anos de dedicação às atividades do campo, correspondendo a 68,4% (Tabela 02).

Tabela 02 – Quantidade de Anos que Trabalha no Meio Rural

Anos	Número de Agricultores	Proporção (%)
1 a 5	5	8,8%
6 a 10	13	22,8%
Acima de 11	39	68,4%
Total	57	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo, 2015

Em relação ao tamanho da propriedade, a maioria dos agricultores familiares possuíam pequenas propriedades e a área de suas terras oscilava entre 0,5 e 4,9 hectares. Esses dados demonstraram que a política pública estava alinhada ao público foco do PAA: os pequenos agricultores familiares.

Tabela 03 – Qual o tamanho da sua propriedade rural?

Área (ha)	Número de Agricultores	Proporção (%)
1 a 4,9	36	63,1%
5 a 9,9	7	12,3%
10 a 14,9	6	10,6%
Acima de 15	7	12,3%
Não responderam	1	1,7
Total	57	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo, 2015

Questionados sobre o início de suas atividades como produtor familiar, as respostas apontaram que a maioria (61,4%) era agricultores familiares há mais de 11 anos (Tabela 04). Isto mostrou que os produtores possuíam considerável experiência no processo produtivo, bem como no conhecimento das oportunidades de escoamento e de comercialização de seus produtos.

Tabela 04 – Quantidade de anos que é produtor familiar

Anos	Número de Agricultores	Proporção (%)
1 a 5	5	8,8%
6 a 10	16	28,1%
Acima de 11	35	61,4%
Não responderam	1	1,7
Total	57	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo, 2015

Buscou-se saber, ainda, quantos membros da família trabalhavam na agricultura familiar. As respostas apontaram que 52,6% das famílias tinham de 3 a 4 membros com dedicação à

agricultura familiar. Por outro lado, 33,3% das famílias só possuíam de 1 a 2 membros que trabalhavam nessa atividade. E, finalmente, apenas 14,0% das famílias possuíam mais de 5 membros que trabalhavam diretamente na agricultura familiar (Tabela 05). Foi possível inferir que a maioria dos agricultores familiares conseguiam lidar com suas atividades contando apenas com seus familiares. Entretanto, 34% das famílias poderiam necessitar de mão de obra externa, considerando principalmente a época da plantação e da colheita. A contratação de mão de obra pode implicar em maior custo de produção, resultando em diminuição da margem de lucro.

Tabela 05 – Quantidade de membros de sua família que trabalha na agricultura familiar

Quantidade de membros	Número de Agricultores	Proporção (%)
1 a 2	19	33,3%
3 a 4	30	52,6%
Acima de 5	8	14,0%
Total	57	100,00%

Fonte: Pesquisa de campo, 2015

Visando constatar o canal por meio do qual os agricultores familiares se inteiraram do PAA, lhes foi perguntado como ficaram sabendo do programa pela primeira vez. A maioria ficou sabendo da existência da política pública por meio da Prefeitura (66,7%). Outros 14,0% indicaram que foram avisados pela cooperativa sobre o programa e 12,3% pelos técnicos das ATER. 7,0% revelaram que se inteiraram do PAA de outra forma, destacando a interação com Organizações não Governamentais (ONGs) de apoio ao pequeno produtor (Tabela 06). Notou-se uma sintonia entre os atores da política pública visando a divulgação do programa público.

Tabela 06 – Canais pelo qual inteirou-se sobre o PAA

Canais	Número de Agricultores	Proporção (%)
Cooperativa	8	14%
Governo Estadual	0	0%
CONAB	0	0%
Prefeitura	38	66,7%
Organizações de assistência e extensão rural	7	12,3%
Outras	4	7%
Total	57	100,00%

Fonte: Pesquisa de campo, 2015

Questionados sobre o ano de sua primeira participação no PAA, verificou-se que os primeiros agricultores realizaram sua primeira entrega em 2008 (12,3%), sendo que o ano de 2012 foi o que mais atraiu agricultores familiares a ingressar no PAA (33,4%) (Tabela 07). Percebeu-se que, apesar do PAA ter iniciado em 2003, os primeiros agricultores pesquisados só realizaram a

primeira entrega 5 anos depois. Considerando que a COAFASO foi implantada em 2011, notou-se um considerável incremento na participação dos agricultores em 2012.

Tabela 07 – Ano da primeira entrega pelo PAA

Ano da primeira entrega	Número de Agricultores	Proporção (%)
2008	7	12,3%
2009	13	22,8%
2010	10	17,5%
2011	7	12,3%
2012	19	33,4%
2013	1	1,8%
Total	57	100,00%

Fonte: Pesquisa de campo, 2015

Também buscou-se saber se os agricultores familiares já eram ou não associados a uma cooperativa quando tiveram a intenção de realizar a primeira entrega do PAA. Praticamente a metade dos agricultores não eram filiados (48,2%), enquanto que 51,8% já pertenciam ao quadro de associados da COAFASO (Tabela 08). Nesse sentido, o PAA tornou-se um instrumento para congregação dos agricultores familiares por meio das cooperativas e associações e, uma vez organizados em uma entidade, passaram a possuir uma maior capacidade de participação nos diferentes projetos relacionados ao meio rural.

Tabela 08 – Momento de filiação à cooperativa

Filiação	Número de Agricultores	Proporção (%)
Já era associado antes do PAA	27	48,2%
Me associei para participar do PAA	29	51,8%
Não responderam	1	1,0%
Total	57	100,00%

Fonte: Pesquisa de campo, 2015

Também em relação ao PAA, interrogou-se sobre o principal motivo de participação dos agricultores familiares no PAA. A maioria ingressou na política pública visando o aumento da renda (73,6%), enquanto que apenas 1,8% iniciou sua participação no PAA atraído pelos preços. Já 21,1% iniciou sua participação no PAA a convite da cooperativa (Tabela 09). Esses dados revelaram as dificuldades dos agricultores familiares em relação à comercialização de seus produtos, sendo muito difícil a venda direta e individual em grandes organizações, como supermercados, hotéis e hospitais, dado que essas organizações necessitavam de grandes volumes e de maneira ininterrupta. Por isso, os agricultores familiares veem nos mercados institucionais (PAA, Pronaf e Pnae) uma saída para o escoamento da produção.

Tabela 09 – Motivo de participação no PAA

Fato motivador	Número de Agricultores	Proporção (%)
Aumento da renda	42	73,6%
Preço pago pelo PAA	1	1,8%
A convite da Cooperativa ou Associação	12	21,1%
Outro	2	3,5%
Total	57	100,00%

Fonte: Pesquisa de campo, 2015

Ainda sobre o PAA, questionou-se aos agricultores familiares se eles participavam de outras modalidades do Programa, além da Modalidade de Compra com Doação Simultânea (via CONAB). Um total de 57,9% revelou que participa de outra modalidade (Compra com Doação Simultânea – Individual – via Termo de Adesão pela Prefeitura), conforme apresenta a Tabela 10. Notou-se que quando a Cooperativa não apresentava nenhuma proposta de entrega de alimentos ao PAA, os agricultores familiares realizavam suas entregas via CDS pela prefeitura. Ou seja, como o limite do PAA por unidade familiar era estabelecido por DAP, ora os agricultores participavam do PAA com a Cooperativa, ora com o PAA via Prefeitura.

Tabela 10 – Quantidade de modalidades que participam do PAA

Quantidade de Participação	Número de Agricultores	Proporção (%)
Não	24	42,1%
Sim	33	57,9%
Total	57	100,00%

Fonte: Pesquisa de campo, 2015

Por outro lado, buscou-se saber sobre a qualidade dos produtos entregues pelos agricultores familiares. Assim, questionou-se se eles já haviam tido problemas no momento da entrega dos produtos às unidades receptoras, no caso da COAFASO, no Banco de Alimentos da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu. A pesquisa revelou que apenas um pequeno percentual (5,3%) teve problemas no momento da entrega dos produtos (Tabela 11).

Tabela 11 – Existência de Problemas na entrega dos produtos – qualidade

Problemas na entrega-qualidade	Número de Agricultores	Proporção (%)
Não	54	94,7%
Sim	3	5,3%
Total	57	100,00%

Fonte: Pesquisa de campo, 2015

Ainda, dentre as respostas alcançadas, verificou-se que mais de 80,7% dos agricultores familiares declarou ter interesse na produção de produtos orgânicos, considerando principalmente seu preço de venda mais atrativo (Tabela 12).

Tabela 12 – Interesse na produção de orgânicos

Produção de Orgânicos	Número de Agricultores	Proporção (%)
Não	8	14%
Sim	46	80,7%
Já produzo orgânicos	3	5,3%
Total	57	100,00%

Fonte: Pesquisa de campo, 2015

Em relação ao êxito da entrega dos produtos, considerando a relação de produtos acordados com a CONAB, questionou-se aos agricultores se alguma vez eles deixaram de entregar os produtos. A maioria dos agricultores familiares (61,4%) conseguiu entregar os produtos combinados. Dentre os que não conseguiram, (28,1%) propuseram a troca por outro produto e foi aceita pela CONAB/Banco de Alimentos. No entanto, um total de 10,5% não alcançaram êxito na entrega dos produtos combinados (Tabela 13).

Quanto à principal dificuldade em participar do PAA, 66,6% declararam que são as questões relacionadas à documentação. Já 29,9% revelaram outras dificuldades como: anseio pela descontinuidade do programa; demora na renovação das propostas; pouca diversidade de itens aceitos e baixos preços dos produtos (Tabela 14). Ressalta-se que 2 agricultores familiares revelaram que não tiveram nenhuma dificuldade na participação do PAA.

Tabela 13 – Problemas em entregar os produtos acordados na proposta

Problemas na entrega	Número de Agricultores	Proporção (%)
Não, sempre entreguei o combinado	35	61,4%
Sim, mas troquei por outros produtos	16	28,1%
Sim, pois não aceitaram a troca	6	10,5%
Total	57	100,00%

Fonte: Pesquisa de campo, 2015

Tabela 14 – Principal dificuldade para participar do PAA

Dificuldades	Número de Agricultores	Proporção (%)
Documentação	38	66,6%
Qualidade dos Produtos	0	0%
Quantidade mínima exigida de produtos	2	3,5%
Outras	17	29,9%
Total	57	100,00%

Fonte: Pesquisa de campo, 2015

Buscou-se saber também se os agricultores familiares conheciam vizinhos que tinham o desejo de participar no PAA, porém por algum motivo não participaram. Como indicam os dados da Tabela 15, 47,4% dos entrevistados conheciam alguém que deixou de participar do PAA. Os principais motivos segundo os agricultores familiares eram estes: acharam o PAA complicado (7,4%); faltava documentação (44,4%); não eram associados da Cooperativa (48,2%).

Tabela 15 – Conhecimento de pessoas impedidas de participar no PAA

Conhecimento de pessoas	Número de Agricultores	Proporção (%)
Não	30	52,6%
Sim	27	47,4%
Total	57	100,00%

Fonte: Pesquisa de campo, 2015

Ainda dentre as respostas alcançadas, verificou-se que, na percepção dos agricultores familiares, a produção está diretamente relacionada ao PAA, pois 94,7% consideraram que, se o PAA acabasse, a produção da agricultura familiar diminuiria, dado que não havia mercado institucional para comprar esses produtos (Tabela 16).

Tabela 16 – Relação PAA e produção

Se o PAA acabar a produção	Número de Agricultores	Proporção (%)
Se mantém	3	5,3%
Diminui	54	94,7%
Não tem relação direta, pois só entrego o excesso da produção	0	0%
Total	57	100,00%

Fonte: Pesquisa de campo, 2015

No mesmo sentido do questionamento anterior, buscou-se saber a percepção dos agricultores familiares quanto à relação entre o PAA e a comercialização, perguntando-lhes o que aconteceria com a comercialização caso o PAA fosse finalizado. 91,2% dos entrevistados acreditam que a comercialização diminuiria, caso o PAA deixe de existir (Tabela 17).

Tabela 17 – Relação PAA e comercialização

Se o PAA acabar a produção	Número de Agricultores	Proporção (%)
Se mantém	5	8,8%
Diminui	52	91,2%
Não tem relação direta, pois tenho outros meios de comercialização	0	0%
Total	57	100,00%

Fonte: Pesquisa de campo, 2015

Dessa forma, após realizar o levantamento das informações dos entrevistados, verificou-se que o perfil predominante dos agricultores familiares foi:

- Viviam há mais de 11 anos no município e possuíam também mais de 11 anos de experiência na agricultura familiar.
- Recebiam a assistência de ONGs de apoio ao pequeno produtor.
- Possuíam em média 8 ha de terra e tinham entre 3 e 4 membros familiares.
- Tinham uma significativa sintonia com a prefeitura.
- Aumentaram significativamente sua participação no PAA, em 2012, através da COAFASO.
- Entraram no PAA visando o aumento da renda.
- Muitos deles também participaram da entrega individual do PAA.
- Desejavam produzir produtos orgânicos.
- A maioria entregava seus produtos com êxito e de acordo com a proposta inicial.
- Tiveram sérias dificuldades em atender as solicitações quanto à documentação do PAA.
- Perceberam que o fim do PAA poderia impactar enormemente à produção e a comercialização da Agricultura Familiar.

6.1.2.2 VARIÁVEL II – Grau de satisfação em relação ao programa de aquisição de alimentos

Os dados relativos à **Variável II – Grau de Satisfação em Relação ao PAA** (questões 19 a 41) referiram-se às questões que objetivaram identificar o grau de satisfação dos agricultores familiares em relação ao PAA, considerando aspectos operacionais e socioeconômicos, e visando avaliar os indicadores provenientes das seguintes categorias: informação e capacitação; grupos prioritários do PAA; documentação exigida pelo PAA; questões operacionais do PAA; aspectos financeiros do PAA; os efeitos do PAA na produção; os efeitos sociais do PAA.

O Quadro 9 e a Figura 11, mostram a frequência de dados. O total proporcional de cada resposta em cada alternativa foi: muito satisfeito (17%); satisfeito (50%); indeciso/neutro (12%); insatisfeito (20%); muito insatisfeito (1%).

Quadro 09 – Proporção de Respostas da Variável II – Grau de Satisfação PAA

VARIÁVEL II		Muito satisfeito (A)	Satisfeito (B)	Indeciso/Neutro (C)	Insatisfeito (D)	Muito Insatisfeito (E)
GRAU DE SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO AO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)						
Em relação às informações/capacitações recebidas, indique o grau de satisfação:						
19.	Com as organizações de assistência e extensão rural	33,3%	63,1%	1,8%	1,8%	0%
20.	Com o apoio recebido pelo governo (prefeitura, Estado ou CONAB)	17,5%	45,6%	31,7%	5,2%	0%
21.	Com o PAA, considerando as explicações/treinamento para o entendimento sobre a Modalidade de Compra com Doação Simultânea	14,1%	64,9%	10,5%	10,5%	0%
Em relação aos grupos prioritários do PAA, indique o grau de satisfação:						
22.	Com os grupos prioritários definidos pelo MDS (CadÚnico; assentados; indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais; mulheres; e produtos orgânicos ou agroecológicos)	3,5%	3,5%	12,3%	73,7%	7,0%
23.	Com o percentual de 40% de mulheres e 5% de orgânicos, como obrigatórios na Compra com Doação Simultânea	38,6%	54,3%	5,3%	1,8%	0%
Em relação à documentação exigida pelo PAA, indique o grau de satisfação:						
24.	Com as exigências para a obtenção da DAP	1,8%	49,1%	35,1%	14,0%	0%
25.	Com o PAA, considerando a documentação exigida (CPF e DAP)	7,0%	14,0%	5,3%	73,7%	0%
26.	Com as condições e obrigações estabelecidas no termo de compromisso	10,5%	19,3%	10,5%	57,9%	1,8%
Em relação às questões operacionais do PAA, indique o grau de satisfação:						
27.	Com os critérios de qualidade estabelecidos, no momento da entrega dos produtos	26,3%	70,1%	1,8%	1,8%	0%
28.	Com os produtos solicitados para compor a proposta à CONAB, refletindo as características da região	15,8%	42,1%	31,6%	10,5%	0%
29.	Com relação à embalagem dos produtos, pois recebo ajuda da prefeitura ou da CONAB	8,8%	19,3%	26,3%	45,6%	0%
30.	Com relação ao transporte do produto, pois recebo ajuda da prefeitura ou da CONAB	12,5%	23,2%	21,4%	42,9%	0%
Em relação aos aspectos financeiros do PAA, indique o grau de satisfação:						
31.	Com os preços pagos por meus produtos pelo PAA	0%	10,5%	24,6%	61,4%	3,5%
32.	Com o PAA, pois permitiu o aumento de minha renda	17,5%	72,0%	7,0%	3,5%	0%
33.	Com o PAA, pois o preço pago por meus produtos me permite cobrir os custos de produção	29,8%	63,2%	3,5%	3,5%	0%
Em relação aos efeitos na produção, indique o grau de satisfação:						
34.	Com o PAA, pois me ajudou na compra de bens móveis como carro, moto, caminhão, trator, roçadeira ou arados	7,0%	54,4%	8,8%	29,8%	0%
35.	Com o PAA, pois com o programa passei a produzir novos produtos	12,3%	70,2%	14,0%	3,5%	0%

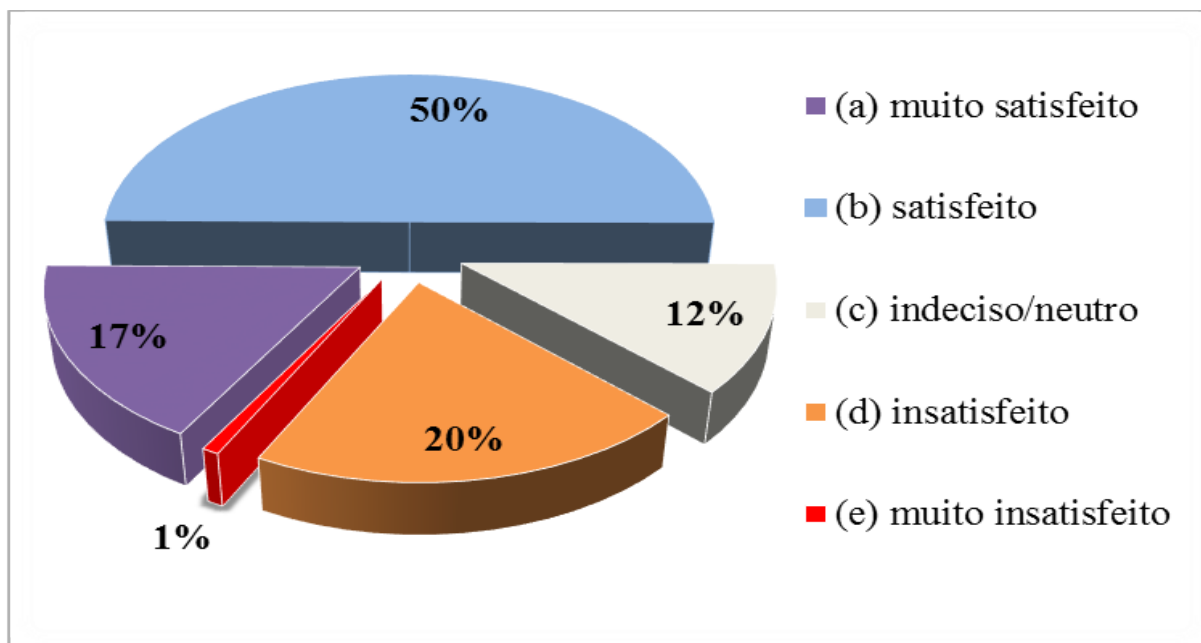
(continua)

Quadro 09 (continuação):

VARIÁVEL II GRAU DE SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO AO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)		Muito satisfeito (A)	Satisfeito (B)	Indeciso/Neutro (C)	Insatisfeito (D)	Muito Insatisfeito (E)
36.	Ao PAA, pois com o Programa aumentei minha área de produção	19,3%	61,4%	14%	3,5%	1,8%
37.	Com o PAA, pois passei a utilizar novas tecnologias, como irrigação, máquinas/implementos ou agricultura orgânica	14,0%	71,9%	8,8%	3,5%	1,8%
Em relação aos efeitos sociais do PAA , indique o grau de satisfação :						
38.	Com o PAA, pois me ajudou na compra de bens duráveis como geladeira, celular, televisão, computador ou antena parabólica	14,0%	77,2%	1,8%	7,0%	0%
39.	<u>Somente responder se tiver filhos em idade escolar (até 18 anos)</u> Como o PAA, pois me ajudou para que meus filhos continuassem na escola ou que voltassem a estudar	20,0%	68,0%	8,0%	4,0%	0%
40.	Com o PAA, pois mesmo fornecendo para o Programa, não deixei de consumir nenhum produto para vender para o PAA	26,3%	71,9%	1,8%	0%	0%
41.	Com o funcionamento do PAA como política pública de ajuda ao agricultor familiar	36,8%	61,4%	1,8%	0%	0%
Total		214	635	161	260	10

Fonte: Pesquisa de campo, 2015

Figura 11 – Proporção de respostas da Variável II – Grau de Satisfação PAA



Fonte: Pesquisa de campo, 2015

Observou-se que, nessa variável, a alternativa B (satisfeito) foi a mais assinalada, com destaque para as questões 32, 37, 38 e 40, que revelou os agricultores familiares estarem satisfeitos

com o PAA em relação ao aumento da renda, possibilitado com as entregas dos produtos; com o incentivo do PAA para a utilização de novas tecnologias; com o PAA quanto à possibilidade da compra de bens duráveis; bem como com a segurança alimentar familiar, pois mesmo entregando ao PAA, não deixaram de manter uma boa alimentação.

Quanto aos entrevistados que escolheram a alternativa (D) insatisfeito, destacaram-se as questões 22, 25 e 31, revelando que discordavam de alguns aspectos do programa. Estavam insatisfeitos quanto aos grupos prioritários estabelecidos pelo MDS (Questão 22), pois só permitia a participação dos agricultores familiares, após verificarem que tais grupos prioritários não desejam participar da proposta de entrega. De igual modo, manifestaram insatisfação quanto à documentação exigida para a participação no PAA (Questão 25). Também estavam descontentes quanto aos preços pago pela CONAB aos produtos do PAA (Questão 31).

Iniciando a análise do MAS, a partir dos dados absolutos do Quadro 9, procedeu-se a análise da pontuação obtida nesse conjunto de questões. Estas respostas, junto aos seus respectivos pesos, permitiram a elaboração do grau de satisfação em relação ao PAA (Quadro 10).

Quadro 10 – Alocação de Pesos e Elaboração do Grau de Satisfação dos Agricultores Familiares PAA

(a) N° Respostas	(b) Pesos	(a X b) Resultado
A=214	4	856
B=635	3	1905
C=161	2	322
D=260	1	260
E=10	0	0
(c) Soma dos Resultados		3343
(d) N° de questões		1280
(e = c / d) Resultado		2,61

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2015)

O índice encontrado de 2,61 (Quadro 10) mostrou que os agricultores familiares estavam **satisfeitos** (Quadro 6) com o PAA.

Considerando o perfil dos agricultores familiares do município de Foz de Iguaçu foi possível verificar que participaram do PAA-CDS com bastante êxito, pois observou-se que são agricultores familiares experientes, há muitos anos no município e que, ademais, recebem apoio da Prefeitura e de ONGS. Segundo Basso (2004), a experiência dos agricultores no interior da dinâmica socioeconômica tem possibilitado sua construção no papel de sujeitos, pois, ao experimentarem situações e relações produtivas, mobilizavam-se para, também, se colocarem

enquanto atores sociais com interesses próprios. Por meio dessas características foi possível inferir que o perfil dos agricultores familiares e o contexto da região está estreitamente relacionado ao grau de satisfação dos agricultores familiares.

A modalidade do PAA-CDS tem cumprido com seus objetivos principais na região de Foz do Iguaçu/PR, pois o resultado, por meio da aplicação do modelo MAS, demonstrou que os agricultores familiares estavam satisfeitos com a política pública. No entanto, foi possível verificar que o resultado esteve muito mais próximo dos “indeciso” do que em relação aos “muito satisfeito”. Isso se deve justamente ao grau de insatisfação de alguns agricultores, como já exposto anteriormente.

Assim, alinhado ao princípio da efetividade das ações públicas, faz-se necessário encontrar maneiras de atenuar a insatisfação desses agricultores familiares. A alternativa mais viável seria contribuir com melhorias na política pública, alterando-a para que todos os atores estejam alinhados e satisfeitos, segundo suas expectativas.

É importante ressaltar que o modelo MAS foi proposto para ser aplicado a diferentes regiões do Brasil, permitindo verificar os perfis dos diferentes agricultores familiares, espalhados no território nacional. Isso possibilitaria conhecer o perfil e o grau de satisfação desses agricultores familiares, não só na esfera municipal, como também em âmbito nacional. Com tais informações, seria possível implementar alterações na política pública que permitiriam melhorias a nível local e algumas mais abrangentes.

6.1.2.3 VARIÁVEL III – Grau de satisfação em relação à gestão da cooperativa ou associação

A Variável III – Grau de satisfação em relação à gestão da Cooperativa ou Associação (questões 42 a 51), visa avaliar o grau de satisfação dos agricultores familiares, no que se refere à gestão da cooperativa, por meio dos seguintes indicadores: grau de participação da proposta do PAA; procedimentos dos PAA repassados pela Cooperativa ou Associação; apoio operacional da Cooperativa ou Associação; grau de oportunidade dada aos cooperados; atendimento e resolução de conflitos dos cooperados; grau de participação nas assembleias gerais; estratégias adotadas pela cooperativa ou associação para celebração de parcerias; e transparências das informações e dos canais de reclamações.

O Quadro 11 e a Figura 12, apresentam a frequência de dados. O total proporcional de cada resposta por alternativa foi: muito satisfeito (19%); satisfeito (50%); indeciso/neutro (17%); insatisfeito (13%); muito insatisfeito (1%).

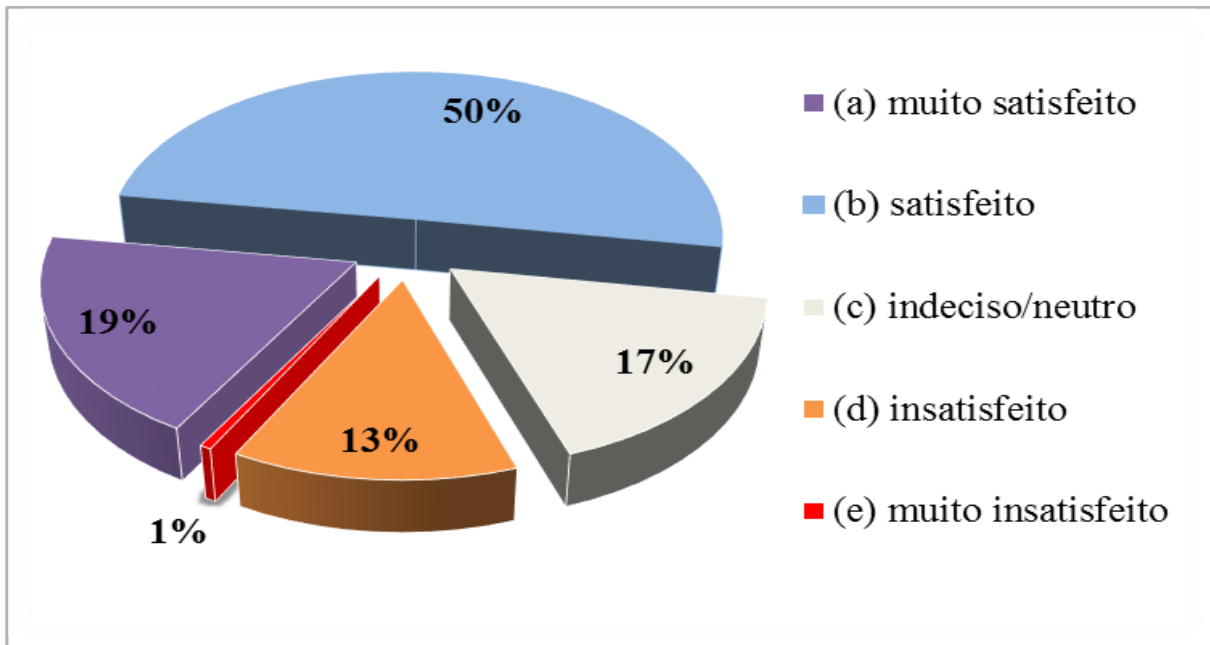
Quadro 11 – Frequência de Respostas da Variável III – Grau de Satisfação – Gestão da Cooperativa

VARIÁVEL III GRAU DE SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO ÀS ORGANIZAÇÕES FORNECEDORAS DO PAA (COOPERATIVAS OU OUTRAS ASSOCIAÇÕES)		Muito satisfeito (A)	Satisfeito (B)	Indeciso/Neutro (C)	Insatisfeito (D)	Muito Insatisfeito (E)
Em relação aos aspectos de gestão da Cooperativa ou Associação, indique o grau de satisfação:						
42.	Com o nível de sua participação na elaboração da proposta do PAA pela Cooperativa ou Associação	21,1%	59,6%	19,3%	0%	0%
43.	Com a assistência da Cooperativa ou Associação sobre os procedimentos do PAA	15,8%	64,9%	15,8%	3,5%	0%
44.	Com o apoio operacional da Cooperativa ou Associação (ajuda para embalagens, transporte e certificação de orgânicos)	7,0%	14,0%	45,6%	31,6%	1,8%
45.	Com as oportunidades dadas pela Cooperativa ou Associação para a participação de todos os cooperados	36,8%	57,9%	3,5%	1,8%	0%
46.	Com a forma como os diretores/as dialogam e atendem os associados(as)	12,3%	56,1%	28,1%	3,5%	0%
47.	Com a forma de participação nas Assembleias Gerais da Cooperativa ou Associação	10,5%	72%	14,0%	3,5%	0%
48.	Com as formas adotadas pelos diretores da Cooperativa ou Associação para resolver os conflitos entre a cooperativa ou Associação e os filiados	14,0%	72,0%	12,2%	1,8%	0%
49.	Com as estratégias da Cooperativa ou Associação para alcançar novas parcerias	68,4%	19,3%	5,3%	7,0%	0%
50.	Com a transparência das informações da Cooperativa ou Associação aos filiados	3,5%	80,7%	7,0%	8,8%	0%
51.	Com os canais de reclamações existentes	0%	8,8%	19,3%	68,4%	3,5%
Total		108	288	97	74	3

Fonte: Pesquisa de campo, 2015

Observa-se que, na Variável III, a alternativa *Satisfeito* (B) foi a mais assinalada, com 288 respostas (50%), com destaque às questões 43, 47, 48 e 50. Elas revelaram que os agricultores familiares estavam satisfeitos com a gestão da Cooperativa, principalmente quanto aos indicadores de assistência técnica da cooperativa; à forma de participação nas assembleias; à maneira de resolução de conflitos e também quanto à transparência das informações.

Por outro lado, um percentual de 17% escolheu a alternativa (C) *Indeciso/Neutro*, destacando-se as questões 42, 44 e 46. Esses agricultores familiares não tiveram opinião formada sobre temas importantes da gestão da cooperativa, como participação na elaboração da proposta do PAA (questão 42); apoio operacional da cooperativa (questão 44); e forma que os diretores da COAFASO dialogam com os cooperados (questão 46).

Figura 12 – Frequência de respostas da Variável III – Grau de Satisfação – Gestão Cooperativa

Fonte: Pesquisa de campo, 2015

Já 13% declararam estar insatisfeitos em relação à gestão da Cooperativa, destacando principalmente a falta de apoio operacional da COAFASO (questão 44) e os canais de reclamação (questão 51).

Efetuada a análise através do MAS, a partir dos dados absolutos do Quadro 11, procedeu-se à avaliação da pontuação obtida nesse conjunto de questões. Estas respostas, junto aos seus respectivos pesos, permitiram a elaboração do grau de satisfação em relação à gestão da Cooperativa ou Associação (Quadro 12).

Quadro 12 – Alocação de Pesos e Elaboração do Grau de Satisfação dos Agricultores Familiares em Relação à Gestão da Cooperativa ou Associação

(a) N° Respostas	(b) Pesos	(a X b) Resultado
A=108	4	432
B=288	3	864
C=97	2	194
D=74	1	74
E=3	0	0
(c) Soma dos Resultados		1564
(d) N° de questões		570
(e = c / d) Resultado		2,74

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2015)

O índice encontrado de 2,74 (quadro 10) mostrou que os agricultores familiares estão **satisfeitos** (Quadro 7) com a gestão da Cooperativa.

Os agricultores familiares declararam estar satisfeitos com a forma da gestão da cooperativa. Isso demonstra, de certa maneira, que a organização tem se guiado pelos princípios do cooperativismo e fomentado uma gestão democrática e participativa, sem retirar a autonomia e independência dos cooperados. Observou-se, inclusive, através dos comentários dos agricultores familiares, que a avaliação positiva da gestão da cooperativa deveu-se também à participação da organização em outros projetos, considerando principalmente a participação no PNAE.

Apesar dessa avaliação positiva, notou-se que há um considerável percentual que preferiu manter a neutralidade. Observou-se também que há aspectos concretos a serem melhorados, na busca da satisfação de mais cooperados, visando uma equidade de tratamento, renda e sentimento de pertencimento ao grupo.

No intuito de avaliar novas percepções e grau de satisfação dos agricultores familiares, fez-se o cruzamento (análise bidimensional) entre algumas questões do Formulário de Pesquisa, conforme já detalhado no Quadro 08, visando verificar se existiam associações entre o perfil dos entrevistados e possíveis inferências sobre os comportamentos.

Tabela 18 – Teste de independência (qui-quadrado – X^2)

Análises Bidimensionais	p-valor
(Q4 X Q14)	0,50*
(Q10 X Q31)	0,36*
(Q8 X Q45)	0,94*
(Q5 X 32)	0,64*
(Q45 X 14)	0,36*
(Q41 X 38)	0,10*
(Q41 X 31)	0,03
(Q41 X 43)	0,95*
(Q41 X 46)	0,56*

Nota: se p-valor > 0,05 (5% de significância), as associações entre as variáveis são independentes (*).

Fonte: Dados da pesquisa, 2015

Dos nove cruzamentos realizados entre as questões do formulário de pesquisa e que se deduzia poder haver uma relação entre as respostas (Tabela 18), verificou-se que apenas em um cruzamento, questão 41 versus questão 31, houve dependência entre as variáveis, sendo as demais consideradas independentes entre si.

Na análise da associação (*Q41XQ31*) o objetivo foi verificar se havia relação entre o grau de satisfação ou insatisfação com o PAA e o grau de satisfação ou insatisfação com os **preços pagos pelos produtos**. O teste de independência demonstrou que a variável *preço* possuiu grande influência na visão dos agricultores familiares, ocasionando um nível de insatisfação com toda a política pública do PAA, a partir da percepção dos baixos preços.

6.1.3 Etapa III – Proposta de Intervenção na Política Pública

A proposta de intervenção sugerida teve dois direcionamentos. O primeiro foi a proposição de melhorias na política pública PAA, com base no grau de satisfação dos fornecedores (agricultores familiares) dos produtos desse programa, no sentido de atenuar possíveis debilidades do PAA.

O segundo direcionamento da proposta de intervenção foi orientado aos diretores da COAFASO, apresentando-lhes possíveis alternativas para minimizar as prováveis insatisfações dos cooperados, em relação à forma de gestão da organização.

A intervenção utilizada foi do tipo *consultoria*, pois teve como objetivo avaliar os processos e métodos da política pública e da gestão da COAFASO. Consultorias são uma espécie de serviço fornecido por pessoas altamente treinadas e qualificadas, solicitadas a auxiliar, de maneira prática e independente à organização, na identificação de problemas de gerenciamento e recomendações de soluções (Oliveira, 2005).

A partir dos resultados sobre os indicadores pesquisados e discutidos na etapa anterior, apresentam-se a seguir duas propostas de melhoria e intervenção. Uma direcionada aos órgãos públicos responsáveis pelo Programa PAA (MDS e CONAB), Quadro 13, e outra proposta de melhoria à Cooperativa COAFASO (Quadro 14). Considerando que o objetivo deste estudo era verificar possíveis debilidades do PAA e da gestão das Cooperativas e Associações, as propostas de intervenção estiveram direcionadas sob aqueles indicadores que receberam maiores pontuações na alternativa “Indeciso/Neutro”, “Insatisfeito” e “Muito Insatisfeito”.

Quadro 13 – Proposta de Melhoria na Política Pública PAA

Indicador	Debilidade	Intervenção
<p>Apoio das organizações de assistência e extensão rural</p>	<p>Verificou-se que no município de Foz do Iguaçu há duas Organizações não Governamentais – Cooperativa de Trabalho e Assistência Técnica do Paraná (Biolabore) e o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (Capa) –, que com o apoio da Itaipu, tem prestado assistência aos agricultores familiares. No entanto, observou-se a reduzida participação da Emater. Sua participação é essencial, uma vez que haverá regiões do Brasil que não contam com o apoio de ONG e haverá a possibilidade de os agricultores familiares ficarem desassistidos.</p>	<p>Estabelecer critérios para a participação efetiva da Emater e, onde ela não tenha condições de atender aos agricultores familiares, sugere-se que esses agricultores possam ser beneficiários prioritários dos editais do Plano Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.</p>
<p>Apoio recebido pelo governo (prefeitura, Estado ou CONAB)</p>	<p>Apesar do significativo apoio da prefeitura, é quase nulo o apoio do Estado do Paraná e da CONAB. Considerando que o êxito da Política Pública PAA depende de todos os atores, recomenda-se uma maior aproximação do Estado do Paraná, principalmente da CONAB, com os agricultores familiares. O Diretor da COFASO e os agricultores revelaram que desde a inauguração da Cooperativa não tiveram nenhuma capacitação por parte da CONAB. Também relataram que a CONAB realizou algumas visitas, mas com o objetivo de fiscalizar os produtos (qualidade, armazenamento e distribuição).</p>	<p>Aproximação da CONAB junto aos agricultores familiares desenvolvendo atividades de capacitação e informação.</p>
<p>Grupos prioritários definidos pelo MDS (CadÚnico; assentados; indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais; mulheres; e produtos orgânicos ou agroecológicos).</p>	<p>Muitos dos agricultores familiares não concordam com os grupos prioritários definidos pelo MDS, principalmente os agricultores que possuem uma parcela de terra menor do que a de muitos assentados. No entanto, estes só podem participar da proposta da CONAB caso não seja totalmente atendida pelos grupos prioritários. Ressalta-se que os grupos prioritários foram estabelecidos em 2003, através do Programa Fome Zero e que já se passaram 12 anos dessa política pública afirmativa.</p>	<p>Reavaliar a política pública afirmativa dos grupos prioritários, visando verificar se uma atual igualdade de condições, entre todos os grupos causaria prejuízos sociais a alguns deles.</p>
<p>Documentação exigida (CPF e DAP).</p>	<p>Os agricultores familiares e as cooperativas se queixam, pois já atualizam a DAP no MDA. Porém, a cada proposta, devem enviar novamente o documento impresso. Eles ressaltam que para a participação no PAA – modalidade Termo de Adesão-Prefeitura – não é necessário entregar documentos físicos.</p>	<p>Realizar cruzamento automático de dados da DAP entre o MDA e a CONAB, no momento da inserção das propostas cadastradas, sem a necessidade do uso da documentação física.</p>

(continua)

Quadro 13 (continuação):

Indicador	Debilidade	Intervenção
Condições e obrigações estabelecidas no termo de compromisso	Os agricultores familiares consideraram uma burocracia a assinatura do termo de compromisso, pois pensam que a Cooperativa já assumiria os compromissos, sendo eles correspondem apenas pelos atos, enquanto filiados. A cooperativa tem dificuldade de explicar aos agricultores familiares a necessidade da assinatura do termo de compromisso individual e isso acarreta atraso, pois é preciso convencê-los e então recolher todas as suas assinaturas.	Capacitação/seminário, por parte da CONAB, sobre os procedimentos burocráticos e necessários do PAA-CDS, tendo em vista a importância do termo de compromisso, tanto para a Cooperativa como para a CONAB.
Ajuda no transporte dos produtos pela prefeitura ou pela CONAB, especialmente para produtos como leite e queijos.	Os agricultores familiares declararam insatisfação quanto ao apoio recebido para o transporte das mercadorias, pois alguns produtos necessitam ser transportados em veículos especiais e isso acarreta aumento no preço da produção.	Realizar estudo de viabilização comercial e, se for pertinente, oferecer linha de crédito específica para a aquisição de veículos para transporte de mercadorias pelas cooperativas.
Preços pagos aos produtos do PAA	Os agricultores familiares entendem que seus produtos não podem ser comparados com os produtos convencionais dos supermercados, considerando principalmente suas especificidades de produção, pois apesar de muitos produtos não possuírem o selo de orgânicos, vários são produzidos com um manejo diferenciado. Os agricultores familiares ressaltam que, no PNAE, esses produtos com manejo diferenciado recebem um melhor preço. Além disso, a maioria dos agricultores familiares, dado seu grau de instrução, são incapazes de ler e entender as resoluções e procedimentos para estabelecimento do cálculo do preço.	Valorização dos produtos oriundos da agricultura familiar, bem como capacitar as cooperativas para explicar aos agricultores a formação de preços.
Quantidade de membros familiares que trabalham na agricultura familiar	33% dos entrevistados revelaram que apenas 1 ou 2 membros trabalham na agricultura familiar e que isso impacta negativamente em algumas das fases da produção, principalmente na colheita. Esses produtores se veem obrigados a contratar mão de obra e isso repercute no custo da produção.	Disponibilizar um serviço de ATER, objetivando que o agricultor identifique o sistema produtivo adequado à sua mão de obra disponível.

Fonte: Elaborado pelo Autor (2015)

Quadro 14 – Proposta de Melhoria na Gestão da Cooperativa – COAFASO

INDICADOR	DEBILIDADE	INTERVENÇÃO
Participação na elaboração da proposta do PAA	<p>Notou-se que muitos agricultores familiares se mantiveram neutros quanto à satisfação na construção da proposta do PAA. Esse fato pode levar a uma certa centralização da diretoria da COAFASO, pois há muitos agricultores familiares que não se posicionam sobre os assuntos.</p>	<p>Abordar, nas assembleias gerais ou em outros eventos da cooperativa, a importância da participação dos filiados em todas as etapas do processo de cadastramento da proposta.</p>
Apoio operacional da Cooperativa ou Associação (ajuda para embalagens, transporte e certificação de orgânicos)	<p>Os agricultores familiares manifestaram que, em relação às embalagens e ao transporte, há pouco apoio da Cooperativa. Também comentaram que estariam de acordo em compartilhar os custos, pois, neste caso, ao contratar serviços para todos os agricultores familiares, se alcançariam melhores preços.</p>	<p>Realizar plano de contratação (embalagens e transporte), com detalhamento de preços e custos, apresentando aos agricultores a previsão de rateio.</p>
Forma como os diretores(as) dialogam e atendem os associados(as)	<p>Mesmo reconhecendo que o relacionamento entre dirigentes e cooperados são complexos, a cooperativa deveria capacitar sua equipe, visando um atendimento imparcial e equânime entre os filiados</p>	<p>Capacitar a equipe da gestão da Cooperativa sobre temas como: atendimento, negociação e resolução de conflitos.</p>
Canais de reclamação existentes	<p>A maioria dos agricultores familiares declararam desconhecer se a Cooperativa tinha algum canal de reclamação. Muitos ressaltaram a importância da realização da reclamação de maneira não identificável, pois inferem que alguns agricultores podem ter queixas, mas não reclamam, pelo receio de se indisporerem junto aos diretores da Cooperativa</p>	<p>Criar formulário, no <i>website</i>, para recebimento de reclamação dos cooperados, sem a possibilidade de serem identificados.</p>

Fonte: Elaborado pelo Autor (2015)

6.2 AVALIAÇÃO DO MODELO PROPOSTO

Em conclusão, o Modelo MAS permitiu avaliar a situação dos agricultores familiares de Foz do Iguaçu, filiados da COAFASO, investigando suas percepções sobre o grau de satisfação, referente ao PAA e à gestão da Cooperativa, permitindo ainda possíveis inferências a partir dos indicadores individuais.

Em linhas gerais, verificou-se que os agricultores familiares estão satisfeitos com o PAA e com a gestão da cooperativa. Contudo, a aplicação do Modelo constatou os apontamentos de estudos realizados – Quadro 3 (Holanda, 2012; Paula, 2012; Lemos, 2012; Nascimento Neto, 2012; Valeriano, 2012; Dias et al., 2013; Mota et al., 2014, Cirino et al., 2014; Lemos e Lima, 2014) –, que indicaram debilidades em alguns indicadores do PAA. Na aplicação-piloto do Modelo MAS, concluiu-se que os agricultores estão insatisfeitos quanto aos grupos prioritários estabelecidos pelo MDS, quanto à documentação exigida para a participação no PAA, bem como com os preços pagos pela CONAB aos produtos do PAA.

Pelo fato de a metodologia ser composta por uma ampla gama de indicadores, o Modelo pode ser uma alternativa de monitoramento e avaliação da política pública, uma vez que pode ser aplicado a várias regiões do país e, a partir dessas conclusões, oportunizar ajustes mais acertados ao programa.

Nesse sentido, o Modelo atua como ferramenta de avaliação de desempenho da política pública PAA, contribuindo para responder a principal pergunta, fato gerador dos programas: a política pública tem solucionado um problema? Considerando a complexidade da avaliação das políticas públicas e o processo cognitivo de cada autor do processo (Dias & Matos, 2012; Heidemann & Salm, 2014; Secchi, 2014), o Modelo MAS não tem a pretensão de ser uma ferramenta única neste processo avaliativo, mas, sim, somar-se a outras informações, indicadores e sistemas, permitindo aos órgãos públicos um volume de informações, que facilite aos gestores a tomada de decisão.

A aplicação desta metodologia permite ganhos sociais e organizacionais. Sociais porque permite detectar a satisfação de um dos atores participantes do PAA. Agricultores familiares satisfeitos significam alimentos em volume, necessários para atender às pessoas em condições de insegurança alimentar. Ganhos organizacionais porque permite aos gestores das cooperativas ou associações obterem *feedback* dos filiados, permitindo ajustes operacionais e de atendimento, de acordo com os princípios do cooperativismo. Contribui, assim, para que as cooperativas ou

associações sejam, como indica Gawlak (2007), empreendimentos cooperativos em sua essência e uma alternativa socioeconômica que leva ao sucesso do grupo, com equilíbrio e justiça.

O Modelo MAS possui ainda potencial de replicação, podendo ser inspirador para outras avaliações de políticas públicas do meio rural, como por exemplo o PNAE, desde que seja adaptado segundo suas legislações e perfil dos agricultores participantes.

Ressaltou-se também o caráter inovador da metodologia, pois com embasamento às teorias e às legislações pertinentes, possibilita uma avaliação completa da satisfação dos agricultores familiares participantes do PAA-CDS, independentemente de suas localidades, sob diferentes indicadores operacionais e socioeconômicos.

De maneira geral, o Modelo proposto alcançou seu objetivo principal, uma vez que na consolidação e cálculo das respostas (Quadros 10 e 12) se constatou o grau de satisfação dos agricultores familiares e, por meio das análises unidimensional e bidimensional, foi possível inferir os pontos fortes e debilidades em relação ao PAA-CDS e à gestão das cooperativas e associações.

Um dos pontos fortes do Modelo é a padronização para o cálculo geral do Grau de Satisfação. Uma vez que o pesquisador tabule as respostas dos formulários de pesquisa aplicados, basta seguir a sequência de três etapas do Modelo MAS, que se alcança o resultado geral, sem margem para subjetividade nos cálculos. Quanto à interpretação das questões de maneira individual, há certo grau de subjetividade na análise, pois dependerá do contexto e da experiência do pesquisador. Outra vantagem do Modelo é que, através das correlações bidimensionais, é possível solucionar problemas que estejam diretamente relacionados, evitando a implementação de ajustes apenas paliativos, que logo permitirão que os problemas ressurgam.

Ressalta-se a importância da aplicação da análise bidimensional, relacionando questões que possam trazer associações relevantes. Na aplicação-piloto, aqui praticada, somente uma correlação teve resultado dependente, no entanto as correlações independentes também auxiliaram para a conclusão dos resultados. Portanto, considerando que cada aplicação do Modelo gerará resultados diferentes, é possível que em outras regiões existam mais correlações possíveis entre os perfis dos agricultores familiares.

Quanto à coleta dos dados, notou-se certa dificuldade, pois os agricultores familiares estão bastante dispersos territorialmente e isso dificulta a aplicação dos questionários, impactando em maior tempo e custos. No entanto, um planejamento prévio pode facilitar a aplicação dos instrumentos de pesquisa. Assim, recomenda-se um alinhamento com a Cooperativa ou Associação onde será aplicado o Modelo, no intuito de realizar a coleta de dados em eventos que reúnam os agricultores, como capacitação, grandes feiras ou assembleia geral. Por outro lado, destaca-se a facilidade da tabulação dos dados.

Uma limitação observada no instrumento de pesquisa foram os poucos indicadores sociais estabelecidos na Variável I do questionário. Indicadores envolvendo, por exemplo, dados de escolaridade e renda, teriam permitido cruzamentos mais ricos nas análises do tipo *bidimensional*.

Ainda quanto às debilidades técnicas do Formulário de pesquisa, observaram-se algumas inconsistências, sendo necessária a realização dos seguintes ajustes:

- a) **Fechar a questão 3** para facilitar a tabulação, direcionando os agricultores familiares a enquadrar suas quantidades de hectares em um destes intervalos, (0,5 a 4,9 ha), (5,0 a 9,9 ha), (10 a 14,9 ha), (acima de 15 ha).
- b) **Retirar a questão 11**, pois através das respostas da questão 10, já é possível obter a informação desejada.
- c) **Dividir em duas partes a questão 15** para não induzir os entrevistados a pensarem em uma dificuldade do PAA. Isto porque, no modelo aplicado à COAFASO, alguns agricultores familiares declararam não ter havido dificuldade na participação do PAA. Em consequência, na primeira parte se questionaria os entrevistados para saber se tiveram dificuldade para participar do PAA (sim ou não). Já a segunda parte da questão seria direcionada àqueles que responderam “sim”, solicitando que indiquem qual foi a dificuldade encontrada (documentação; qualidade dos produtos; quantidade mínima exigida de produtos; Outras_____).

Dessa forma, uma vez sanadas as debilidades técnicas do Formulário de Pesquisa, no Apêndice B, é apresentada a versão final do Instrumento.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desta dissertação foi o de propor um modelo de avaliação da política pública (PAA), modalidade *Compra com Doação Simultânea* (CDS), capaz de detectar o grau de satisfação dos agricultores familiares, em relação aos aspectos operacionais e socioeconômicos do programa público. Ele foi alcançado, conforme retratado no capítulo anterior.

O Modelo de Avaliação de Satisfação (MAS) dos agricultores familiares foi desenvolvido a partir de três pilares principais: referencial teórico, estudos científicos anteriores e legislações pertinentes ao PAA. Após a consolidação dessas informações e com o Modelo Lógico do IPEA como referência, verificou-se quais deveriam ser os elementos fundamentais para a avaliação do programa público, sob a percepção de um de seus principais atores, os agricultores familiares. A Cooperativa COAFASO foi escolhida para a aplicação do Modelo. Os resultados gerais demonstraram que os agricultores familiares estavam satisfeitos com o PAA tanto quanto com a gestão da cooperativa. No entanto, determinado número de produtores manifestou insatisfação com alguns indicadores, especialmente quanto ao preço pago por seus produtos. Esses dados permitiram constatar a indicação de outros estudos já realizados, no sentido da necessidade de melhoria pontuais na política pública.

Portanto, a questão de pesquisa foi objetivamente respondida, pois através do MAS foi possível responder qual é o grau de satisfação dos agricultores familiares, em relação ao PAA-CDS.

A presente pesquisa cumpriu também com suas expectativas sociais e operacionais, uma vez que o Modelo desenvolvido permitirá a coleta de informações do PAA de forma padronizada e podendo ser aplicado em todas as regiões do Brasil, possibilitando ajustes operacionais e socioeconômicos pelos órgãos públicos e cooperativas, gerando benefícios para os atores do PAA, bem como para as comunidades locais.

Pretende-se, com o Modelo MAS, preencher uma lacuna na literatura, considerando escassos os estudos direcionados para avaliar políticas públicas do meio rural. Notou-se que esses estudos estavam limitados a regiões ou contextos bastante específicos. Por meio dessa pesquisa, inferiu-se que as políticas públicas do meio rural são raramente avaliadas de maneira abrangente. De fato, não foram encontradas, nas bases de dados públicas, informações significativas que pudessem contribuir, de forma construtiva, com a elaboração da metodologia aqui proposta. Essa escassez de metodologias e informações dificultaram a tomada de decisão e melhoria efetiva dos gargalos identificados. Como contribuição, também se espera que esse Modelo possa ser replicado, com as devidas adaptações, a outras políticas públicas do meio rural.

Uma limitação desta pesquisa foi o fato de não se ter encontrado um modelo de avaliação específico de políticas públicas do meio rural, para que servisse de referência. Dessa forma, utilizou-se como referência, para a construção do MAS, o Modelo Lógico do IPEA, que, apesar de ser um dos mais abrangentes, não pôde ser utilizado em sua plenitude, dado a especificidade das políticas públicas rurais.

O fato de haver aplicado o Modelo em apenas uma Cooperativa também foi uma limitação deste estudo, dado que as informações foram coletadas de *pessoas* e cada uma delas possui um processo de cognição diferenciado. Assim, a aplicação em apenas uma organização pode ter causado algum viés à pesquisa.

Durante a realização deste trabalho, foram detectados alguns assuntos que se relacionaram com a pesquisa e que podem ser objetos de próximos estudos.

A primeira sugestão se trata de investigar a real relação entre o PAA e a sustentabilidade – esta que defende a indissociabilidade entres os pilares: ambiental, social e econômico. Apesar de ser um dos objetivos do PAA o fomento à sustentabilidade, verificaram-se raríssimos estudos que investigaram essa relação.

A segunda sugestão, de cunho mais técnico, seria a elaboração do Modelo MAS em um aplicativo, capaz de coletar as informações dos agricultores familiares através de aparelho móvel – celular, *tablet* etc –, sendo uma inovação criativa para coletar dados avaliativos das políticas públicas.

Considerando que não esteve no escopo desta dissertação a investigação dos impactos do PAA em seu entorno, quiçá uma pesquisa também poderia investigar a interface entre o PAA e o desenvolvimento local, verificando o real alcance da política pública aos cidadãos e organizações não beneficiários diretos do programa.

REFERÊNCIAS

- Almeida, L. M. M. C., Ferrante, V. L. S. B., Paulillo, L. F., & Bergamasco S. M. P. P. (2009). Redes e programas de segurança alimentar no município de Araraquara-SP como instrumentos de desenvolvimento rural. *Estud. Soc. e Agric.*, 17(2), 422-458.
- Andrade, M. C., & Alves, D. C. (2013). Cooperativismo e agricultura familiar: um estudo de caso. *RAIMED - Revista de Administração IMED*, 3(3), 194-208.
- Banco Central do Brasil. (2015). *FAQ – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar*. Recuperado em 02 de junho, 2015, de <http://www.bcb.gov.br/?PRONAFFAQ>
- Basso, D. (2004). A produção e a gestão de políticas públicas de desenvolvimento rural pelos agricultores familiares de Dois Vizinhos, Paraná. In S. Scheneider, M. K. Silva & P. E. M. Marques (Orgs.). *Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural*. (2a ed.) Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Bertolini, G. R. F. (2004). *Modelo de avaliação da percepção dos consumidores em relação aos produtos ecologicamente corretos*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.
- Birkland, T. A. (2010). *An introduction to the policy process: theories, concepts and models of public policy making*. (3a ed.) New York: M. E. Sharp.
- Brandalise, L. T. (2008). *A percepção do consumidor na análise do ciclo de vida do produto: um modelo de apoio à gestão empresarial*. Cascavel: EDUNIOESTE.
- Carneiro, M. J., & Maluf, R. S. (Orgs.). (2003). *Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*. Rio de Janeiro: Mauad.
- Carneiro, L. M., Panhoca, L., Sampaio, C. A. C., & Pacheco, V. (2014). Práticas de controle em empreendimentos solidários: estudo de caso a partir da perspectiva institucional. *G&DR*, 10(4), 3-25.
- Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB (2009). *Agricultura e abastecimento alimentar: políticas públicas e mercado agrícola*. Brasília: CONAB.
- Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB (2015). *Modalidades do PAA*. Recuperado em 20 de junho, 2015, de <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar/entenda-o-paa/modalidades-1/modalidades>
- Consultoria Estatística e Qualidade (2015). *Software Action*. Estatcamp - Consultoria em estatística e qualidade, São Carlos - SP, Brasil. Recuperado em 29 de outubro, 2015, de <http://www.portalaction.com.br/sobre-o-action>
- Conterato, M. A., Niederle, P. A., Triches, R. M., Marques, F. C., & Schultz, G. (2011). Mercantilização e mercados: a construção da diversidade da agricultura na ruralidade contemporânea. In S. Schneider, & M. Gazolla (Orgs.). *Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Costa, B. A. L., Amorim Junior, P. C. G., & Silva, M. G. (2015). As Cooperativas de Agricultura Familiar e o Mercado de Compras Governamentais em Minas Gerais. *RESR*, 53(1), 109-126, Jan/Mar.

Decreto n. 1.946, de 28 de junho de 1996 (1996). Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Diário Oficial da União. Brasília, DF: Presidência da República.

Decreto n. 7.775, de 4 de julho de 2012 (2012). Regulamenta o art. 19 da Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos (...). Diário Oficial da União. Brasília, DF: Presidência da República.

Dias, R., & Matos, F. (2012). *Políticas públicas: princípios, propósitos e processos*. São Paulo: Atlas.

Faria, C. A. P. (2005). *A política da avaliação de políticas públicas*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 20(50), 97-169.

Gawlak, Albino (2007). *Cooperativismo: primeiras lições*. (3a ed.) Brasília: SESCOOP. Recuperado em 12 de agosto, 2015, de: <http://www.ocbmt.coop.br/TNX/storage/webdisco/2009/12/28/outros/f2acdd6df5f27518fd2c908db92a1275.pdf>

Gomes, N. N., Jr., & Almeida, N., Filho. (2010). Segurança alimentar e nutricional como princípio ético social de orientação de políticas públicas nacionais. In N. A. Almeida Filho & P. Ramos (Orgs.). *Segurança alimentar e desenvolvimento territorial*. Campinas: Editora Alínea.

Grisa, C., & Schneider, S. (2014). Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. *RESR*, 52(1), 125-146.

Guanziroli, C. E., Cardim S. E. C. S., Romeiro, A. R., Sabbato A. D., Buainain, A. M., Rezende, G. C., & Bittencourt, G. A. (1996). *Projeto de Cooperação Técnica INCRA / FAO*. Recuperado em 10 de maio, 2015, de <http://www.faser.org.br/anexos/Retratodaagriculturafamiliar.pdf>

Heidemann, F. G., Salm, J. F. (Orgs.). (2014). *Políticas públicas e desenvolvimento*. (3a ed.). Brasília: Editora Universidade de Brasília.

Hespanhol, R. A. M. (2013). Programa de Aquisição de Alimentos: Limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. *Soc. & Nat.*, 25(3), 469-483.

Holanda, D. R. (2012). *Desenvolvimento rural sustentável: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no território da cidadania Vales do Curu e Aracatiaçu – CE*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/6283>

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2010). *Como elaborar modelo lógico: roteiro para formular programas e organizar avaliação*. M. Cassiolato & S. Guerresi (Coord.). Brasília: IPEA.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2006). *Censo Agricultura Familiar, 2006*. Recuperado em Maio, 2015, de http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/defaulttab_censoagro.shtm

- Jannuzzi, P. M. (2011). Avaliação de programas sociais no Brasil: repesando práticas e metodologias das pesquisas avaliativas. *Planejamento e políticas públicas - PPP*, n. 36, 251-275.
- Kotler, P. (1998). *Administração de marketing*. (5a ed.) São Paulo: Atlas.
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (2006). *Metodologia científica*. (4a ed.). São Paulo: Atlas.
- Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964* (1964). Dispõe sobre o estatuto da terra. Diário Oficial da União. Brasília, DF: Presidência da República.
- Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971* (1971). Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas. Diário Oficial da União. Brasília, DF: Presidência da República.
- Lei n. 10.696, de 02 de julho de 2003* (2003). Institui o Programa de Aquisição de Alimentos. Diário Oficial da União. Brasília, DF: Presidência da República.
- Lemos, S. M., & Lima, I. S. (2014). O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como política pública para a agricultura familiar e o desenvolvimento local. *Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica*, 25(1), 069-092.
- Lizote, S. A., Verdinelli, M. A., Zimmermann, M., Silveira, T., & Rosa, E. T. (2013, outubro). Análise de variáveis de relacionamento em cooperados: um estudo exploratório com associados a cooperativas de crédito. *SEGET Simpósio de Excelência em Gestão da Tecnologia*.
- Lopes, C. R., & Basso, D. (2012). *Satisfação do quadro da Cresol Santo Antonio*. Recuperado em 24 de junho, 2015, de <http://www.cresol.com.br/site/upload/downloads/123.pdf>
- Maia, C. M. (2009). Percepções que permeiam o conceito de agricultura familiar e a cronologia da luta pela sustentabilidade: panorama nacional e internacional. In F. D. Soglio & R. R. Kubo (Orgs.). *Agricultura e Sustentabilidade*. (Cap. 5, pp. 75-96). Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Malhotra, N. K. (2001). *Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada*. (3a ed.). Porto Alegre: Bookman.
- Mallmann, L. Z., Eckhardt, R. R., Rempel, C., & Périco E. (2013). Análise da sustentabilidade ambiental e econômica de pequena propriedade rural do RS. *Estudo & Debate*, 20(1), 7-20.
- Mattei, L. (2010). Análise da produção acadêmica sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF) entre 1996 e 2006. *Estud. Soc. e Agric.*, 18(1), 56-97.
- Mendes, A. M. C. P., Souza-Lima, J. E., Hammerschmidt, K. S. A., Lourenço, M. S., & Guaragni, M. V. (2010). Indicadores, políticas públicas e sustentabilidade. In C. L. Silva & J. E. Souza-lima (Orgs.). *Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável*. (Cap. 1, pp. 15-40). São Paulo: Saraiva.
- Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA (2015). *Conceito de agricultura familiar*. Recuperado em 13 de abril, 2015, de <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/programas-complementares/beneficiario/agricultura-familiar>
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS (2014). *Manual operativo: modalidade compra com doação simultânea operação por meio de termo de adesão*. (Versão 1.0,

fevereiro de 2014). Recuperado em 02 de fevereiro, 2015, de http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar/entenda-o-paa/manualPAA_06.03.pdf

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS (2015a). *Programa de aquisição de alimentos*. Recuperado em 10 de dezembro, 2014, de <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar>

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS (2015b). *PAA: Limite de compra de alimentos de agricultores familiares é ampliado*. Recuperado em 10 de janeiro, 2015, de <http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2014/agosto/paa-limite-de-compra-de-alimentos-de-agricultores-familiares-e-ampliado>

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG (2013). *Programa Gespública - Pesquisa de avaliação da Satisfação: Guia Metodológico*. (Versão 1/2013) Brasília: MP, SEGEP

Nascimento, D. T., Silva, E., Johann, J. A., & Basso, D. (2015, outubro). Produção científica sobre políticas públicas para a agricultura familiar: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). *Anais do Encontro Nacional dos Cursos de Graduação em Administração*, Foz do Iguaçu, PR, Brasil, 26.

Nazzari, R. K. & Zimmermann, P. (2015). Agricultura familiar, capital social e cooperativismo. L. T. Brandalise & G. R. F. Bertolini (Orgs.). *Gestão das Unidades Artesanais: uma tecnologia social para capacitação de empreendedores da agricultura familiar*. Cascavel, PR: Edunioeste, 185p.

Oliveira, E. S. (2005). *Crerios de decisão relevantes na escolha e contratação de serviços de consultoria de gestão: a perspectiva dos clientes*. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. Disponível: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-16102005-144827/es.php>

Oliveira, J. R. (2007). *O comprometido do cooperado com a cooperativa*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Maria. Disponível: http://cascavel.ufsm.br/tede/tde_arquivos/12/TDE-2007-08-21T194659Z-773/Publico/Rudnei.pdf

Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB (2015). *Conceito de Cooperativismo*. Recuperado em 08 de setembro, 2015, de <http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/index.asp>

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO (2014). *O que é agricultura familiar*. Recuperado em 10 de maio, 2015, de <http://www.fao.org/family-farming-2014/home/what-is-family-farming/pt/>

Pérez, F. I. C. (2011). *Agricultura familiar superando desafios em contextos concorrenciais: estudo de caso realizado na região Noroeste e Missões do Estado do Rio Grande do Sul*. Dissertação de mestrado, Universidade de Santa Maria, Santa Maria, RS. Disponível em: http://cascavel.ufsm.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4439

Pereira, J. R., Cançado, A. C., Rodrigues, F. O., & Silva, E. E. (2013). Cultura organizacional e cultura brasileira: compreendendo as fragilidades do cooperativismo brasileiro. *Revista NAU Social*, 4(6), p. 61-81, Maio/Out.

Pires, M.L.L.; Silva, E. S. *Cenários e tendências do cooperativismo brasileiro*. Recife: Bagaço.

Plataforma de Gestão de Indicadores – PGI (2015). *Programa de Aquisição da Agricultura Familiar*. Recuperado em 02 de junho, 2015, de <http://pgi.gov.br/pgi/indicador/pesquisar>

Ramos, M. P., & Schabbach, L. M. (2012). O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. *Rev. Adm. Pública*, 46(5), 1271-294.

Resolução CMN/BACEN nº 2.191, de 24 de agosto de 1995 (1995). Institui o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Revogada. Diário Oficial da União. Brasília, DF: Banco Central do Brasil.

Rissardo, J. R. B. (2012). *Políticas de aquisição de alimentos na região centro-ocidental paranaense*. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR. Disponível em: www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/1_Producoes_Academicas/Políticas_de_Aquisicao_de_Alimentos_na_Regiao_Centro_Ocidental_Paranaense_Joao_Ricardo_Barbosa_Rissardo.pdf

Rosalem, V., Silva, E. A., Silva, F. F., & Alcântara, V. C. (2009). Gestão de cooperativas: um estudo sob o olhar do cooperado. *APGS*, 1(1), 46-66.

Rua, M. G. (2009). *Políticas Públicas*. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC.

Secretaria de Avaliação e Gestão de Informação. (2011). *Apresentação do Programa de Aquisição de Alimentos*. Recuperado em 10 de dezembro, 2014, de http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/visi_paa_geral/documentos/Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20Institucional%20do%20PAA%20-%20202.pdf

Schmitz, H., & Mota, D. M. (2008). Agricultura familiar: categoria teórica e/ou de ação política? *Fragmentos de Cultura*, Goiânia, 18(5/6), 435-446, maio/jun..

Schneider, S., Cazella, A. A., & Mattei, L. (2009). Histórico, caracterização e dinâmica do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (1995-2003). In S. Schneider, M. K. Silva & P. E. M. Marques (Orgs.). *Políticas públicas e participação social no Brasil rural*. (2a ed., pp. 21-49). Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Schultz, G. (2011). Relações com o mercado e [re] construção das identidades socioprofissionais na agricultura orgânica. In S. Schneider & M. Gazolla (Orgs.). *Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais*. (Parte II, pp. 167-185) Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Seechi, L. (2013). *Políticas Públicas: Conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. (2a ed.) São Paulo: Cengage Learning.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE / MG. (2008) *Políticas Públicas: conceitos e práticas*. B. Lopes & J. N. Amaral (Supervisores). R. W. Caldas (Coord). Belo Horizonte: Sebrae/MG.

- Silva, M. K., & Marques, P. E. M. (2009). Democratização e políticas públicas de desenvolvimento rural. In S. Schneider, M. K. Silva & P. E. M. Marques (Orgs.). *Políticas Públicas e Participação Social no Brasil*. (2a ed., pp. 9-20). Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Simão, A. G., Silva, C. L., Silva, H. P., Castanheira, M. A. V., Jurec, P. S. A., & Wiens, S. (2010). Indicadores, políticas e sustentabilidade. In C. L. Silva & J. E. Souza-lima (Orgs.). *Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável*. (Cap. 2, pp. 41-56). São Paulo: Saraiva.
- Simioni, F.J., Siqueira, E. S., Binotto, E., Spers, E.E., & Araújo, Z. A. S. (2009). Lealdade e oportunismo nas cooperativas: desafios e mudanças na gestão. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 47(03), 739-765.
- Souza-Esquerdo, V. F., & Bergamasco, S. M. P. P. (2014). Análise sobre o acesso aos programas de políticas públicas da agricultura familiar nos municípios do circuito das frutas. *RESR*, 52(1), 205-222.
- Tanaca, E. K. T., Souza, H. M., Filho, & Ganga G. M. D. (2014). Proposta de um modelo de avaliação dos fornecedores do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): o caso do município de São Carlos – SP. *Gest. Prod.*, 21(4), 781-792.
- Valeriano, C. A. N. (2012) *O programa de aquisição de alimentos como instrumento mediador para o desenvolvimento local: o caso da CPR - doação através do MMNEPA em Santa Maria do Pará*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Pará, Belém, PA. Disponível em: http://ppgedam.ufpa.br/download/disserta/dissertacoes2010/dissert_CARLA_VALERIANO.pdf
- Valnier, A. (2011). *Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma análise comparativa nos estados de Rondônia e Acre*. 2011. Dissertação de mestrado, Universidade de Taubaté, Taubaté, SP.
- Veloso, F. (2011). *Políticas públicas no município de Junqueirópolis (SP): o PRONA e o PAA*. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP. Disponível em: http://base.repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/96708/veloso_f_me_prud.pdf?sequence=1
- Vergara, S. C. (2007). *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. (8a ed.). São Paulo: Atlas.
- Wu, X., Ramesh, M., Howlett, M., & Fritzen, S. (2014). *Guia de políticas públicas: gerenciando processos*. (Traduzido por Ricardo Avelar de Souza). Brasília: ENAP.

ANEXO A: MODELO LÓGICO DO IPEA – PROGRAMAS JÁ EXISTENTES

PROCEDIMENTOS PARA MODELO LÓGICO DE PROGRAMAS EXISTENTES

ETAPA 1 – Coleta e Análise das Informações

a) Coleta de documentação

A equipe gerencial do programa deve disponibilizar toda a documentação existente, que será útil para a preparação de entrevistas e para a pré-montagem do modelo lógico. Nesse caso, uma equipe externa ao programa, responsável pelo processo de construção do modelo lógico, definirá o que será útil dentre os documentos disponibilizados. Esses podem ser, por exemplo, espelho do Programa no PPA, relatórios gerenciais (quando houver) e relatórios de avaliação externa (quando houver).

b) Entrevistas com integrantes da equipe gerencial

Os responsáveis pela construção do modelo lógico irão realizar entrevistas (ver roteiro de questões no Anexo I) com os integrantes da equipe gerencial para obter informações necessárias e sanar dúvidas e lacunas. Essas informações, adicionadas àquelas retiradas dos documentos coletados, serão sistematizadas em documento auxiliar para a pré-montagem do modelo lógico. Os responsáveis pela aplicação do modelo lógico atuarão como uma equipe assessora do processo.

As entrevistas devem ser individuais e realizadas com o gerente de programa e os coordenadores de ação.

c) Sistematização das informações coletadas

Na análise dos documentos e das entrevistas realizadas, a equipe assessora irá extrair as seguintes informações: problema que dá origem ao programa (descritores, se possível), causas e consequências do problema, objetivo do programa, público-alvo, recursos, ações, produtos, resultados e fatores relevantes do contexto. Todas essas informações serão sistematizadas em documento auxiliar para a etapa da pré-montagem.

É importante cuidar da consistência dessas informações. Quando houver duas ou mais informações diferentes, elas devem ser mantidas e registradas na pré-montagem do modelo lógico.

ETAPA 2 – Pré-Montagem do Modelo Lógico

Uma vez de posse das informações levantadas na etapa anterior, a equipe assessora já tem os principais elementos para a construção do diagrama em que será organizado o Modelo Lógico. Sugere-se que seja feito um exercício de *pré-montagem* do modelo lógico, do início até o fim.

Serão utilizados painéis para afixar as cartelas com as informações do modelo lógico do programa.

A equipe gerencial do programa não participa desta etapa.

Passos do Processo de Pré-Montagem:

a) Explicação do problema e referências básicas (objetivo, público-alvo e beneficiários).

Inicialmente, explicita-se o problema e os descritores na situação inicial. A seguir, inicia-se o processo de explicação do problema identificando as suas principais consequências. Isso feito, é o momento de refletir sobre as causas do problema e explorar todas as relações causais necessárias e suficientes para compor a explicação do problema. Os vínculos de causalidade deverão ser dispostos no formato de árvore de problemas, conforme diagrama apresentado anteriormente.

Para programas existentes, os responsáveis pela pré-montagem da explicação do problema irão fazer um exercício que não só considera as informações coletadas nas entrevistas, como faz uma espécie de “engenharia reversa” em que as ações que integram o programa revelam uma pista de possíveis causas a serem apontadas na explicação que está sendo construída. O próprio enunciado do problema pode ser diferente do que foi captado nas entrevistas, pois pode ser necessária uma reformulação no momento da pré-montagem, para ser consistente com o que o programa faz e com o que pode de fato alterar.

Em relação às referências básicas do programa, é importante buscar a concordância do grupo para uma única assertiva sobre o objetivo geral do programa.

Os objetivos específicos do programa deverão ser definidos como diretrizes que norteiam o conjunto das ações e não como específico para cada ação, o que será contemplado na etapa seguinte, com a elaboração dos resultados intermediários.

b) Estruturação do programa para alcance de resultados

A estruturação do programa, tendo em vista o alcance de resultados, deve ser apresentada em cinco colunas: recursos, ações, produtos, resultados intermediários e resultado final. Podem ser construídas nessa ordem, com exceção da coluna de recursos, que preferencialmente deverá ser preenchida por último.

A coluna *recursos* idealmente deve compreender tanto recursos orçamentários próprios quanto recursos de parceiros ou de programas complementares. Se não estiverem disponíveis na etapa da pré-montagem, pode ser assinalado apenas se são recursos orçamentários ou não orçamentários, sem se explicitar o valor.

Na coluna *ações*, deverão ser incluídas todas as ações do programa, orçamentárias e não orçamentárias – desde que gerem algum produto que contribua para um resultado. Para cada ação deve corresponder um *produto* na coluna seguinte. Esse produto deve ser aquilo que é diretamente gerado pela ação do programa. Pode ser que o produto de uma ação seja um recurso necessário ou uma pré-condição para que outra ação aconteça, e nesse caso isso deve ser representado por uma flecha que retorne para a coluna recursos (primeiro caso) ou ações (segundo caso).

As duas últimas colunas se referem aos resultados do programa. A coluna do *resultado final* deve conter em geral apenas um enunciado, que está diretamente relacionado ao objetivo do programa, refletindo a mudança no problema. Já a coluna de *resultados intermediários* evidencia mudanças nas causas do problema e reúne os resultados que, partindo dos produtos do programa, levam àquele resultado final. Tanto o resultado final quanto os resultados intermediários devem ser verificáveis e, portanto, não podem ser enunciados de maneira genérica. Um resultado intermediário pode ser consequência de um ou mais produtos; da mesma forma, um produto pode contribuir para mais de um resultado intermediário. Dependendo da complexidade do programa, pode ser que alguns resultados intermediários levem a outros, que por sua vez levarão ao resultado final.

O importante é que os vínculos causais estejam adequadamente representados no fluxograma, de forma que seja possível ver claramente a relação entre aquilo que o programa deve produzir e o resultado a que se propõe.

Observação

A definição dos resultados intermediários provavelmente será a parte mais complexa da pré-montagem. Pode ser preferível definir primeiro o resultado final, e depois uni-lo a cada um dos produtos do programa por meio de um ou mais resultados intermediários. Se esse exercício se mostrar inverossímil, talvez o resultado final esteja muito distante do que o programa realmente faz: considere propor a sua reformulação.

Uma vez incluídos todos os elementos nas colunas e construídos os vínculos causais, cabe revisar a consistência da estruturação lógica montada, questionando se os resultados intermediários são todos necessários e, no seu conjunto, suficientes para produzir o resultado final; se os produtos são efetivamente capazes de gerar os resultados intermediários e assim por diante.

c) Definição de Fatores de Contexto

Ao fim, deverão ser listados os fatores de contexto do programa levantados durante a coleta de informações. Como já salientado, os fatores de contexto devem ser separados de acordo com a sua influência positiva ou negativa sobre a probabilidade de o programa atingir os resultados esperados.

ORIENTAÇÕES GERAIS DA PRÉ-MONTAGEM

Colocar apenas um item ou ideia em cada “cartela”, limitando as palavras no diagrama. Providenciar mais detalhe em quadros separados ou numa narrativa escrita.

Utilizar os elementos coletados. Deve-se trazer para o Modelo Lógico todos os elementos essenciais levantados na Etapa 1. (Quando algum enunciado proposto não puder compor o fluxograma, deixar anotado em uma “cartela” à parte e questionar sobre sua relevância quando da validação com a equipe gerencial do programa).

Não incluir informações que não tenham sido coletadas anteriormente. Pode ser que durante a montagem do Modelo Lógico surjam lacunas ou inconsistências; por exemplo, pode ser que a meta de determinada ação seja insuficiente para garantir o respectivo resultado. Anotar e levantar a questão na etapa de validação.

Um modelo lógico deve representar a teoria subjacente ao programa e contemplar apenas aspectos que o grupo considere essenciais para mostrar como o programa funciona.

ETAPA 3 – Validação do Modelo Lógico

A validação do modelo lógico do Programa será feita pelos integrantes da equipe gerencial durante Oficina organizada pela assessoria externa. A opção pela realização de uma Oficina se deve aos recursos e técnicas utilizados que favorecem o compartilhamento de ideias nos trabalhos de grupo.

Para auxiliar a visualização do modelo lógico pré-montado pela assessoria externa, serão utilizados painéis com as cartelas previamente elaboradas, onde estarão registradas as informações selecionadas. Além dessas, serão registradas as lacunas e inconsistências e afixadas em outro painel.

Para o desenvolvimento da Oficina, uma pessoa da assessoria externa assumirá o papel moderador de grupo. O moderador deverá cumprir integralmente o seu papel, principalmente no que diz respeito à neutralidade em todo o processo. As demais pessoas da assessoria externa deverão intervir o mínimo possível, mas poderão esclarecer dúvidas da equipe gerencial e questioná-la a respeito de suas próprias dúvidas. Para garantir que a equipe gerencial participe ativamente da montagem do modelo lógico, o modera-

dor deverá explicar o passo a passo da Oficina e deixar claro o que significa cada um dos elementos que compõem o modelo lógico, de maneira a evitar que integrantes da equipe gerencial tenham dificuldades em incluir novas ideias ou propor mudanças no modelo lógico existente. De início, o moderador deverá assumir o papel de condutor da metodologia, de forma a evitar que o modelo perca a sua lógica.

A seguir são apresentados os passos a serem seguidos durante a Oficina com a equipe gerencial.

a) Checagem dos componentes do modelo lógico

A equipe gerencial irá checar cada uma das ideias contidas nas cartelas e irá sugerir as correções pertinentes, de forma compartilhada e consensuada.

As cartelas não incluídas durante a pré-montagem deverão ser discutidas com a equipe gerencial, que deverá confirmar sua exclusão ou propor sua reinserção no modelo lógico.



No que se refere aos fatores de contexto, apurar se há mudanças nos mesmos que possam afetar o desempenho do Programa, registrando numa nova cartela.

b) Análise de vulnerabilidade

Realizar a análise de vulnerabilidade, conforme as orientações citadas anteriormente.

Este é um momento importante de reflexão da gerência do programa em relação a eventuais fragilidades nas ações propostas e que pode resultar tanto na reformulação da ação como em sua estratégia de implementação.

APÊNDICE A: FORMULÁRIO DE PESQUISA

 Formulário de Coleta de Dados 	
<p>Este instrumento de pesquisa que tem por finalidade verificar o nível de satisfação dos Agricultores Familiares em relação ao Programa de Aquisição de Alimentos - PAA (Modalidade Compra com Doação Simultânea) operacionalizada pela CONAB. É composto por 3 conjuntos de perguntas: Variável I – Perfil; Variável II – Avaliação do PAA; e Variável III – Avaliação da Gestão das Cooperativas ou Associação. Esta pesquisa tem como objetivo a criação de um Modelo de Satisfação capaz de verificar os pontos fortes e possíveis fracos do PAA e da Gestão das Cooperativas ou Associações. Favor assinalar somente uma alternativa de resposta. Sua colaboração é muito importante. <i>Não é necessário identificar-se.</i></p>	
VARIÁVEL I CARACTERIZAÇÃO DO AGRICULTORES FAMILIARES PARTICIPANTES DO PAA	
<p>1. Há quantos anos está neste município? a.() 1 a 5 anos b.() 6 a 10 anos c.() acima de 11 anos</p> <p>2. Há quantos anos trabalha no meio rural? a.() 1 a 5 anos b.() 6 a 10 anos c.() acima de 11 anos</p> <p>3. Qual o tamanho da sua propriedade rural? _____ hectares OU _____ alqueires.</p> <p>4. Há quantos anos é produtor familiar? a.() 1 a 5 anos b.() 6 a 10 anos c.() acima de 11 anos</p> <p>5. Qual é a quantidade de membros de sua família que trabalha na agricultura familiar? a.() 1 a 2 b.() 3 a 4 c.() acima de 5</p> <p>6. Como ficou sabendo do PAA pela primeira vez? a.() Cooperativa b.() Gov. Estadual c.() CONAB d.() Prefeitura e.() Organizações de assistência e extensão rural f.() Outro. Qual: _____.</p> <p>7. Em que ano realizou a primeira entrega do PAA? _____.</p> <p>8. Quando você começou a fazer parte da Cooperativa ou Associação para entregar pelo PAA? a.() Já era associado antes do PAA b.() Me associei para participar do PAA</p> <p>9. Qual foi o motivo de sua entrada no PAA? a.() aumento da renda b.() preço pago pelo PAA c.() é mais fácil vender d.() a convite da Cooperativa ou Associação e.() Outro. Qual: _____.</p> <p>10. Você participa de outras modalidades do PAA, além da Compra com Doação Simultânea? a.() Não b.() Sim, <i>então escolha a modalidade abaixo:</i> b1.[] <i>Compra com Doação Simultânea (individual)</i> b2.[] <i>Compra Institucional</i> b3.[] <i>Formação de Estoque</i> b4.[] <i>PAA-Leite</i> b5.[] <i>Compra Antecipada</i></p>	<p>11. Você participa da entrega de produtos ao PAA, diretamente, sem a participação da Cooperativa ou Associação? a.() Não b.() Sim</p> <p>12. Já teve produtos recusados pela Unidade Recebedora, como por exemplo, por questões de qualidade? a.() Não b.() Sim</p> <p>13. Em relação aos orgânicos você já pensou em iniciar essa produção, dado seu maior preço de venda? a.() Não b.() Sim c.() Já produz orgânicos</p> <p>14. Você já deixou de entregar algum produto que estava combinado na proposta da cooperativa ou associação? a.() Não, sempre entreguei o combinado b.() Sim, mas troquei por outros produtos c.() Sim, pois não aceitaram a troca</p> <p>15. Qual a principal dificuldade para participar do PAA? a.() Documentação b.() Qualidade dos Produtos c.() Quantidade mínima exigida de produtos d.() Outras _____.</p> <p>16. Conhece agricultores/pessoas que ficaram sabendo do PAA (Compra com Doação Simultânea) e não participaram? a.() Não b.() Sim, <i>então escolha a motivo abaixo:</i> b1.[] <i>Muito complicado</i> b2.[] <i>Faltaram documentos</i> b3.[] <i>Não eram da Cooperativa ou Associação.</i> b4.[] <i>Outros: _____.</i></p> <p>17. Em sua opinião, se o Programa PAA acabar, a Produção na Agricultura Familiar? a.() Se mantém b.() Diminui c.() Não tem relação direta, pois só entrego o excesso da produção.</p> <p>18. Em sua opinião, se o Programa PAA acabar, a comercialização na Agricultura Familiar? a.() Se mantém b.() Diminui c.() Não tem relação direta, pois tenho outros meios de comercialização.</p>

	<h2>Formulário de Coleta de Dados</h2>	
---	--	---

Esse conjunto de questões objetiva a identificação do grau de satisfação em relação ao PAA, considerando aspectos operacionais e socioeconômicos.

VARIÁVEL II		Muito satisfeito (A)	Satisfeito (B)	Indeciso/Neutro (C)	Insatisfeito (D)	Muito Insatisfeito (E)
GRAU DE SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO AO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)						
Em relação às informações/capacitações recebidas indique o grau de satisfação:		Assinalar somente uma alternativa				
19.	Com as organizações de assistência e extensão rural.					
20.	Com o apoio recebido pelo governo (prefeitura, Estado ou CONAB).					
21.	Com o PAA, considerando as explicações/treinamento para o entendimento sobre a Modalidade de Compra com Doação Simultânea.					
Em relação aos grupos prioritários do PAA indique o grau de satisfação:		Assinalar somente uma alternativa				
22.	Com os grupos prioritários definidos pelo MDS (CadÚnico; assentados; indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais; mulheres; e produtos orgânicos ou agroecológicos).					
23.	Com o percentual de 40% de mulheres e 5% de orgânicos, como obrigatórios na Compra com Doação Simultânea.					
Em relação às documentações exigidas pelo PAA indique o grau de satisfação:		Assinalar somente uma alternativa				
24.	Com as exigências para a obtenção da DAP.					
25.	Com o PAA, considerando as documentações exigidas (CPF e DAP).					
26.	Com as condições e obrigações estabelecidas no termo de compromisso.					
Em relação às questões operacionais do PAA indique o grau de satisfação:		Assinalar somente uma alternativa				
27.	Com os critérios de qualidade estabelecidos, no momento da entrega dos produtos.					
28.	Com os produtos solicitados para compor a proposta à CONAB, refletindo as características da região.					
29.	Com relação à embalagem dos produtos, pois recebo ajuda da prefeitura ou da CONAB.					
30.	Com relação ao transporte do produto, pois recebo ajuda da prefeitura ou da CONAB.					
Em relação aos aspectos financeiros do PAA indique o grau de satisfação:		Assinalar somente uma alternativa				
31.	Com os preços pagos por meus produtos pelo PAA.					
32.	Com o PAA, pois permitiu o aumento de minha renda.					
33.	Com o PAA, pois o preço pago por meus produtos me permite cobrir os custos de produção.					
Em relação aos efeitos na produção indique o grau de satisfação:		Assinalar somente uma alternativa				
34.	Com o PAA, pois me ajudou na compra de bens móveis como carro, moto, caminhão, trator, roçadeira ou arados.					
35.	Com o PAA, pois com o programa passei a produzir novos produtos.					
36.	Ao PAA, pois com o Programa aumentei minha área de produção.					
37.	Com o PAA, pois passei a utilizar novas tecnologias, como irrigação, máquinas/implementos ou agricultura orgânica.					
Em relação aos efeitos sociais do PAA indique o grau de satisfação:		Assinalar somente uma alternativa				
38.	Com o PAA, pois me ajudou na compra de bens duráveis como geladeira, celular, televisão, computador ou antena parabólica.					
39.	<i>Somente responder se tiver filhos em idade escolar (até 18 anos)</i> Como o PAA, pois me ajudou para que meus filhos continuassem na escola ou que voltassem a estudar.					
40.	Com o PAA, pois mesmo fornecendo para o Programa, não deixei de consumir nenhum produto para vender para o PAA.					
41.	Com o funcionamento do PAA como política pública de ajuda ao agricultor familiar.					



	Formulário de Coleta de Dados	
---	-------------------------------	---

Esse conjunto de questões objetiva a identificação do grau de satisfação em relação a gestão da Cooperativa ou Associação, através da qual você entrega os produtos do PAA, considerando aspectos operacionais, participativos e de gestão.

VARIÁVEL III		Muito satisfeito (A)	Satisfeito (B)	Indeciso/Neutro (C)	Insatisfeito (D)	Muito Insatisfeito (E)
GRAU DE SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO ÀS ORGANIZAÇÕES FORNECEDORAS DO PAA (COOPERATIVAS OU OUTRAS ASSOCIAÇÕES)						
Em relação aos aspectos de gestão da Cooperativa ou Associação indique o grau de satisfação:		Assinalar somente uma alternativa				
42.	Com o nível de sua participação na elaboração da proposta do PAA pela Cooperativa ou Associação.					
43.	Com a assistência da Cooperativa ou Associação sobre os procedimentos do PAA.					
44.	Com o apoio operacional da Cooperativa ou Associação (ajuda para embalagens, transporte e certificação de orgânicos).					
45.	Com as oportunidades dadas pela Cooperativa ou Associação para a participação de todos os cooperados.					
46.	Com a forma como os diretores/as dialogam e atendem os associados/as					
47.	Com a forma de participação nas Assembleias Gerais da Cooperativa ou Associação.					
48.	Com as formas adotadas pelos diretores da Cooperativa ou Associação para resolver os conflitos entre a cooperativa ou Associação e os filiados					
49.	Com as estratégias da Cooperativa ou Associação para alcançar novas parcerias.					
50.	Com a transparência das informações da Cooperativa ou Associação aos filiados.					
51.	Com os canais de reclamações existentes.					

***Espaço para observações e avaliação do próprio questionário:**

APÊNDICE B: VERSÃO FINAL DO FORMULÁRIO DE PESQUISA

 	
Formulário de Coleta de Dados	
<p>Este instrumento de pesquisa que tem por finalidade verificar o nível de satisfação dos Agricultores Familiares em relação ao Programa de Aquisição de Alimentos - PAA (Modalidade Compra com Doação Simultânea) operacionalizada pela CONAB. É composto por 3 conjuntos de perguntas: Variável I – Perfil; Variável II – Avaliação do PAA; e Variável III – Avaliação da Gestão das Cooperativas ou Associação. Esta pesquisa tem como objetivo a criação de um Modelo de Satisfação capaz de verificar os pontos fortes e possíveis fracos do PAA e da Gestão das Cooperativas ou Associações. Favor assinalar somente uma alternativa de resposta. Sua colaboração é muito importante. <i>Não é necessário identificar-se.</i></p>	
VARIÁVEL I CARACTERIZAÇÃO DO AGRICULTORES FAMILIARES PARTICIPANTES DO PAA	
<p>1. Há quantos anos está neste município? a.(<input type="checkbox"/>) 1 a 5 anos b.(<input type="checkbox"/>) 6 a 10 anos c.(<input type="checkbox"/>) acima de 11 anos</p> <p>2. Há quantos anos trabalha no meio rural? a.(<input type="checkbox"/>) 1 a 5 anos b.(<input type="checkbox"/>) 6 a 10 anos c.(<input type="checkbox"/>) acima de 11 anos</p> <p>3. Qual o tamanho da sua propriedade rural? a.(<input type="checkbox"/>) 0,5 a 4,9 ha b.(<input type="checkbox"/>) 5,0 a 9,9 ha c.(<input type="checkbox"/>) 10 a 14,9 há c.(<input type="checkbox"/>) acima de 15 ha</p> <p>4. Há quantos anos é produtor familiar? a.(<input type="checkbox"/>) 1 a 5 anos b.(<input type="checkbox"/>) 6 a 10 anos c.(<input type="checkbox"/>) acima de 11 anos</p> <p>5. Qual é a quantidade de membros de sua família que trabalha na agricultura familiar? a.(<input type="checkbox"/>) 1 a 2 b.(<input type="checkbox"/>) 3 a 4 c.(<input type="checkbox"/>) acima de 5</p> <p>6. Como ficou sabendo do PAA pela primeira vez? a.(<input type="checkbox"/>) Cooperativa b.(<input type="checkbox"/>) Gov. Estadual c.(<input type="checkbox"/>) CONAB d.(<input type="checkbox"/>) Prefeitura e.(<input type="checkbox"/>) Organizações de assistência e extensão rural f.(<input type="checkbox"/>) Outro. Qual: _____</p> <p>7. Em que ano realizou a primeira entrega do PAA? _____</p> <p>8. Quando você começou a fazer parte da Cooperativa ou Associação para entregar pelo PAA? a.(<input type="checkbox"/>) Já era associado antes do PAA b.(<input type="checkbox"/>) Me associei para participar do PAA</p> <p>9. Qual foi o motivo de sua entrada no PAA? a.(<input type="checkbox"/>) aumento da renda b.(<input type="checkbox"/>) preço pago pelo PAA c.(<input type="checkbox"/>) é mais fácil vender d.(<input type="checkbox"/>) a convite da Cooperativa ou Associação e.(<input type="checkbox"/>) Outro. Qual: _____</p> <p>10. Você participa de outras modalidades do PAA, além da Compra com Doação Simultânea? a.(<input type="checkbox"/>) Não b.(<input type="checkbox"/>) Sim, <i>então escolha a modalidade abaixo:</i> b1.[<input type="checkbox"/>] <i>Compra com Doação Simultânea (individual)</i> b2.[<input type="checkbox"/>] <i>Compra Institucional</i> b3.[<input type="checkbox"/>] <i>Formação de Estoque</i> b4.[<input type="checkbox"/>] <i>PAA-Leite</i> b5.[<input type="checkbox"/>] <i>Compra Antecipada</i></p>	<p>11. Já teve produtos recusados pela Unidade Receptora, como por exemplo, por questões de qualidade? a.(<input type="checkbox"/>) Não b.(<input type="checkbox"/>) Sim</p> <p>12. Em relação aos orgânicos você já pensou em iniciar essa produção, dado seu maior preço de venda? a.(<input type="checkbox"/>) Não b.(<input type="checkbox"/>) Sim c.(<input type="checkbox"/>) Já produzo orgânicos</p> <p>13. Você já deixou de entregar algum produto que estava combinado na proposta da cooperativa ou associação? a.(<input type="checkbox"/>) Não, sempre entreguei o combinado b.(<input type="checkbox"/>) Sim, mas troquei por outros produtos c.(<input type="checkbox"/>) Sim, pois não aceitaram a troca</p> <p>14. Você teve algum tipo de dificuldade para participar do PAA? a.(<input type="checkbox"/>) Não b.(<input type="checkbox"/>) Sim, <i>então escolha a motivo abaixo:</i> b1.[<input type="checkbox"/>] <i>Documentação</i> b2.[<input type="checkbox"/>] <i>Qualidade dos Produtos</i> b3.[<input type="checkbox"/>] <i>Quantidade mínima exigida de produtos</i> b4.[<input type="checkbox"/>] <i>Outros: _____</i></p> <p>15. Conhece agricultores/pessoas que ficaram sabendo do PAA (Compra com Doação Simultânea) e não participaram? a.(<input type="checkbox"/>) Não b.(<input type="checkbox"/>) Sim, <i>então escolha a motivo abaixo:</i> b1.[<input type="checkbox"/>] <i>Muito complicado</i> b2.[<input type="checkbox"/>] <i>Faltaram documentos</i> b3.[<input type="checkbox"/>] <i>Não eram da Cooperativa ou Associação.</i> b4.[<input type="checkbox"/>] <i>Outros: _____</i></p> <p>16. Em sua opinião, se o Programa PAA acabar, a Produção na Agricultura Familiar? a.(<input type="checkbox"/>) Se mantém b.(<input type="checkbox"/>) Diminui c.(<input type="checkbox"/>) Não tem relação direta, pois só entrego o excesso da produção.</p> <p>17. Em sua opinião, se o Programa PAA acabar, a comercialização na Agricultura Familiar? a.(<input type="checkbox"/>) Se mantém b.(<input type="checkbox"/>) Diminui c.(<input type="checkbox"/>) Não tem relação direta, pois tenho outros meios de comercialização.</p>



Formulário de Coleta de Dados



Esse conjunto de questões objetiva a identificação do grau de satisfação em relação ao PAA, considerando aspectos operacionais e socioeconômicos.

VARIÁVEL II		Muito satisfeito (A)	Satisfeito (B)	Indeciso/Neutro (C)	Insatisfeito (D)	Muito Insatisfeito (E)
GRAU DE SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO AO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)						
Em relação às informações/capacitações recebidas indique o grau de satisfação:		Assinalar somente uma alternativa				
18.	Com as organizações de assistência e extensão rural.					
19.	Com o apoio recebido pelo governo (prefeitura, Estado ou CONAB).					
20.	Com o PAA, considerando as explicações/treinamento para o entendimento sobre a Modalidade de Compra com Doação Simultânea.					
Em relação aos grupos prioritários do PAA indique o grau de satisfação:		Assinalar somente uma alternativa				
21.	Com os grupos prioritários definidos pelo MDS (CadUnico; assentados; indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais; mulheres; e produtos orgânicos ou agroecológicos).					
22.	Com o percentual de 40% de mulheres e 5% de orgânicos, como obrigatórios na Compra com Doação Simultânea.					
Em relação às documentações exigidas pelo PAA indique o grau de satisfação:		Assinalar somente uma alternativa				
23.	Com as exigências para a obtenção da DAP.					
24.	Com o PAA, considerando as documentações exigidas (CPF e DAP).					
25.	Com as condições e obrigações estabelecidas no termo de compromisso.					
Em relação às questões operacionais do PAA indique o grau de satisfação:		Assinalar somente uma alternativa				
26.	Com os critérios de qualidade estabelecidos, no momento da entrega dos produtos.					
27.	Com os produtos solicitados para compor a proposta à CONAB, refletindo as características da região.					
28.	Com relação à embalagem dos produtos, pois recebo ajuda da prefeitura ou da CONAB.					
29.	Com relação ao transporte do produto, pois recebo ajuda da prefeitura ou da CONAB.					
Em relação aos aspectos financeiros do PAA indique o grau de satisfação:		Assinalar somente uma alternativa				
30.	Com os preços pagos por meus produtos pelo PAA.					
31.	Com o PAA, pois permitiu o aumento de minha renda.					
32.	Com o PAA, pois o preço pago por meus produtos me permite cobrir os custos de produção.					
Em relação aos efeitos na produção indique o grau de satisfação:		Assinalar somente uma alternativa				
33.	Com o PAA, pois me ajudou na compra de bens móveis como carro, moto, caminhão, trator, roçadeira ou arados.					
34.	Com o PAA, pois com o programa passei a produzir novos produtos.					
35.	Ao PAA, pois com o Programa aumentei minha área de produção.					
36.	Com o PAA, pois passei a utilizar novas tecnologias, como irrigação, máquinas/implementos ou agricultura orgânica.					
Em relação aos efeitos sociais do PAA indique o grau de satisfação:		Assinalar somente uma alternativa				
37.	Com o PAA, pois me ajudou na compra de bens duráveis como geladeira, celular, televisão, computador ou antena parabólica.					
38.	<i>Somente responder se tiver filhos em idade escolar (até 18 anos)</i> Como o PAA, pois me ajudou para que meus filhos continuassem na escola ou que voltassem a estudar.					
39.	Com o PAA, pois mesmo fornecendo para o Programa, não deixei de consumir nenhum produto para vender para o PAA.					
40.	Com o funcionamento do PAA como política pública de ajuda ao agricultor familiar.					

	Formulário de Coleta de Dados	
---	-------------------------------	---

Esse conjunto de questões objetiva a identificação do grau de satisfação em relação a gestão da Cooperativa ou Associação, através da qual você entrega os produtos do PAA, considerando aspectos operacionais, participativos e de gestão.

VARIÁVEL III		Muito satisfeito (A)	Satisfeito (B)	Indeciso/Neutro (C)	Insatisfeito (D)	Muito Insatisfeito (E)
GRAU DE SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO ÀS ORGANIZAÇÕES FORNECEDORAS DO PAA (COOPERATIVAS OU OUTRAS ASSOCIAÇÕES)						
Em relação aos aspectos de gestão da Cooperativa ou Associação indique o grau de satisfação:		Assinalar somente uma alternativa				
41.	Com o nível de sua participação na elaboração da proposta do PAA pela Cooperativa ou Associação.					
42.	Com a assistência da Cooperativa ou Associação sobre os procedimentos do PAA.					
43.	Com o apoio operacional da Cooperativa ou Associação (ajuda para embalagens, transporte e certificação de orgânicos).					
44.	Com as oportunidades dadas pela Cooperativa ou Associação para a participação de todos os cooperados.					
45.	Com a forma como os diretores/as dialogam e atendem os associados/as					
46.	Com a forma de participação nas Assembleias Gerais da Cooperativa ou Associação.					
47.	Com as formas adotadas pelos diretores da Cooperativa ou Associação para resolver os conflitos entre a cooperativa ou Associação e os filiados					
48.	Com as estratégias da Cooperativa ou Associação para alcançar novas parcerias.					
49.	Com a transparência das informações da Cooperativa ou Associação aos filiados.					
50.	Com os canais de reclamações existentes.					

***Espaço para observações e avaliação do próprio questionário:**
